

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO**

**ANÁLISE DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL A PARTIR DA TEORIA
DO SISTEMA-MUNDO**

Nilton Calzia França

Florianópolis (SC), 20 de maio de 2005.

NILTON CALZIA FRANÇA

**ANÁLISE DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL A PARTIR DA
TEORIA DO SISTEMA-MUNDO**

**Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Economia,
ao Programa de Pós-Graduação em Economia da
Universidade Federal de Santa Catarina.**

**Área de Concentração:
Transformações do Capitalismo.**

Orientador: Prof. Dr. Pedro Antonio Vieira.

Florianópolis (SC), 20 de maio de 2005.

ANÁLISE DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL A PARTIR DA TEORIA DO SISTEMA-MUNDO

Nilton Calzia França

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de MESTRE EM ECONOMIA – Área de Concentração: Transformações do Capitalismo – e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, em maio de 2005.

Prof. Dr. Celso Weydman
Coordenador de Curso

Banca Examinadora:

Orientador: Prof.Dr. Pedro Antônio Vieira
Programa de Pós-Graduação em Economia/UFSC

Membro: Hoyêdo Lins
Programa de Pós-Graduação em Economia/UFSC

Membro: Paulino de Jesus F. Cardoso
Departamento de História/UFSC

Membro: Helton Ouriques
Departamento de Economia/UFSC

DEDICATÓRIAS

Aos meus pais, *in memoriam* à *Gelcy Calzia* (1934 -1989), e *Antônio França* pela coragem de protestarem contra as injustiças de nosso país em uma época politicamente tão conturbada, pela simplicidade que adotaram em suas vidas e pelo carinho dispensado de forma gratuita não só aos seus filhos, mas também aos amigos e colegas que os rodearam.

Às queridas Luízas: à esposa *Ana Luíza* e à filha *Maria Luísa*, pelo envolvimento durante este mestrado, e principalmente, pelo carinho motivador sempre presente nas horas mais difíceis, inclusive àquelas em que não estávamos juntos.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Pedro Vieira, que foi uma verdadeira “pedra” na qual alicercei o meu projeto de dissertação de mestrado sobre a Análise do Trabalho Escravo no Brasil.

À Evelise, pelos seus lembretes e incentivos, repletos de um singular humor; aos estagiários Daniel Mallmann e Carla Almeida, pela sua disposição e atenção sempre presente.

A todos os meus colegas de curso das diferentes áreas de concentração de estudos, em especial, Graciela Rocco e Sérgio Santos, pela grande troca de idéias e motivações.

Aos meus professores do início do curso até o final: Edvaldo, Sílvio, Idaleto, Renato, Nicolau, Magda, Westphal, Tusi, Wagner e Lauro, pelo conhecimento adquirido.

Aos meus colegas e amigos do CEFET de São José, pelas idéias debatidas nas lutas do dia-a-dia, e, em especial, à bibliotecária Raquel, por sua colaboração face às normas desta dissertação.

Aos amigos das Livrarias Catarinenses, em especial Jane Weber, Patrícia Mosená e Fernando J. da Silva, pelo atendimento e empenho em procurar obras e mandá-las trazer inclusive, da matriz em Curitiba.

Às funcionárias da Biblioteca Universitária, em especial Marly e Neuseli, pelo apoio e atendimento simpático demonstrado ao final deste Curso de Mestrado.

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** - Número de escravos por período de 25 anos no “século do açúcar” de Boxer.....p.066
- Quadro 2** - População de escravos e livres em Minas Gerais.....p.090
- Quadro 3** - Nº de escravos desembarcados p/ as atividades mineira e de plantagem.....p.093
- Quadro 4** - Estimativa do nº de africanos desembarcados no Brasil (em milhares).....p.094
- Quadro 5** - Exportação colonial brasileira (1500-1820).....p.095
- Quadro 6** - Produção de metais e cálculo suplementar.....p.122
- Quadro 7** - Gráfico da produção de metais.....p.123
- Quadro 8** - População de livres e escravos.....p.124
- Quadro 9** - Número de escravos para todas as atividades.....p.125
- Quadro 10** - Atividades coloniais e nº de escravos por período de 50 anos.....p.126
- Quadro 11** – Tabela e gráfico dos escravos do Brasil.....p.127

SUMÁRIO

Resumo	p. 001
Résumé	p. 002
Introdução	p. 003
1 Metodologia	p. 011
1.1 A economia-mundo e o sistema colonial: unidades de análise	p. 011
1.2 As componentes do sistema colonial de Amaral Lapa	p. 012
1.3 A escolha de Immanuel Wallerstein	p. 013
1.4 Definição da unidade macroscópica de análise	p. 015
2 A incorporação do Brasil à semiperiferia da economia-mundo através da cadeia mercantil do açúcar (C. 1492-1580)	p. 019
2.1 A economia-mundo capitalista europeia e as novas vastas áreas	p. 019
2.1.1 <i>A divisão do trabalho</i>	p. 022
2.1.2 <i>O Brasil na divisão do trabalho da economia-mundo europeia: a economia-mundo incorpora o território brasileiro</i>	p. 023
2.1.3 <i>O doce do açúcar, o amargo da escravidão – o território brasileiro é incorporado à cadeia mercantil do açúcar</i>	p. 028
2.1.4 <i>O impacto do territorialismo ibérico</i>	p. 029
2.1.5 <i>Os diferentes tipos de trabalho na economia-mundo</i>	p. 034
2.2 O trabalho escravo no Brasil patriarcal-açucareiro	p. 039
2.2.1 <i>A cadeia mercantil do açúcar e a energia verde que governa</i>	p. 039
2.2.2 <i>Crise na semiperiferia e a União Ibérica – a evolução do Brasil colonial</i>	p. 047
2.3 A ligação entre o início do escravismo no Brasil e a economia-mundo	p. 051

3 A União Ibérica e a consolidação do sistema mundial (C. 1580-1680)	p. 055
3.1 O domínio espanhol sobre Portugal e a repercussão no Brasil	p. 055
3.1.1 <i>O insucesso militar português na África e a invasão da Espanha de Filipe II</i>	p. 055
3.1.2 <i>A afirmação da cadeia mercantil do açúcar português perante o mundo</i>	p. 057
3.1.3 <i>O açúcar luso-brasileiro e sua posição na economia-mundo</i>	p. 060
3.2 Holandeses no Brasil e o fim da predominância econômica do açúcar	p. 064
3.2.1 <i>A Holanda hegemônica na Europa e no resto do mundo</i>	p. 064
3.2.2 <i>Uma análise da adoção do trabalho escravo no Brasil</i>	p. 065
3.2.3 <i>Transição para a nova atividade brasileira</i>	p. 067
3.3 A associação da atividade escravista açucareira do Brasil ao sistema mundial	p. 069
4 A corrida da semiperiferia por metais e a mineração brasileira no século XVIII (C. 1680-1792)	p. 073
4.1 O século XVII longo de Giovanni Arrighi	p. 073
4.1.1 <i>Origens do declínio da hegemonia global holandesa</i>	p. 074
4.1.2 <i>Os estados da economia-mundo européia e o seu revigoramento metalífero</i>	p. 075
4.2 A empresa mineradora luso-brasileira: estruturação	p. 077
4.2.1 <i>As novas relações sociais do Brasil colonial</i>	p. 078
4.2.2 <i>Uma ligação da mineração no Brasil com a economia-mundo</i>	p. 081
4.3 O novo ciclo e uma análise final: consolidação do comércio triangular	p. 085
4.3.1 <i>O declínio da produção mineira</i>	p. 087
4.3.2 <i>Razões do insucesso da atividade mineira do Brasil</i>	p. 088
4.4 Os elos do trabalho escravo mineiro do Brasil com o mundo moderno	p. 092

5 A grande luta no centro e a nova expansão capitalista do século XIX (C.1792-1888)	P. 096
5.1 Revoluções e guerras na Europa: a corte portuguesa no Brasil	p.097
5.1.1 <i>A revolução da economia-mundo capitalista</i>	p.097
5.1.2 <i>O fim do Brasil colonial e a formação do império</i>	p.098
5.2 Hegemonia britânica e o advento do ciclo do café no Brasil	p.100
5.2.1 <i>Política inglesa contra o tráfico português de escravos</i>	p.101
5.2.2 <i>Os escravos do café são escravos do Brasil</i>	p.103
5.3 O trabalho escravo na nova atividade mundial agrícola brasileira	p.104
5.3.1 <i>A divisão do trabalho na nova cadeia mercantil</i>	p.104
5.3.2 <i>A população escrava na atividade cafeeira</i>	p.106
5.4 O domínio econômico inglês e a abolição da escravatura mundial	p.107
5.4.1 <i>A campanha abolicionista e o fim da monarquia imperial</i>	p.108
5.4.2 <i>A nova política da era da abolição no Brasil</i>	p.109
5.5 Imposições hegemônicas e a crise do final da escravocracia brasileira	p.111
6 Conclusão	P.113
7 Referências	P.116
8 Apêndice	P.120
9 Anexos	P.128

RESUMO

O presente texto tem como objetivo maior, ordenar as várias etapas de utilização do trabalho escravo no Brasil, relacionando-as com a formação das cadeias mercantis da economia-mundo européia, iniciando pela rede internacional açucareira do longo século XVI e culminando com a expansão mundial da atividade cafeeira no século XIX.

Portanto, foi observado o fenômeno do *milagre europeu* de Robin Blackburn, que nada mais é, do que a emergência do *sistema-mundo* de Immanuel Wallerstein, posicionado este sistema sobre os escombros do feudalismo da teoria de Caio Prado Júnior.

Também foi pesquisado, conforme os pressupostos da historiografia brasileira, que os trabalhadores africanos tiveram seus destinos ligados à História do Novo Mundo, sendo a escravidão moderna americana determinada pelos imperativos econômicos das nações que assumiram a liderança do sistema-mundo, já desde meados do século XV.

Enfim, verificando-se os principais elos entre a modernidade européia e o regime escravista brasileiro, procurou-se demonstrar algumas das interferências mais substanciais da economia-mundo capitalista no Brasil colonial e, por fim, no Brasil imperial.

RÉSUMÉ

Le présent texte a comme objectif majeur, ordonner les plusieurs étapes d'utilisation du travail esclave au Brésil relatif à la formation des chaînes mercantiles de l'économie-monde européenne, initiée par le réseau international sucrier du long siècle XVI et culminant avec l'expansion mondiale de l'activité caféière dans le siècle XIX.

Pourtant, c'est perceptible le phénomène du miracle européen de Robin Blackburn, que n'est plus que l'émergence du système-monde d'Immanuel Wallerstein, étant ce système positionné sur les décombres du féodalisme de la théorie de Caio Prado Júnior.

Aussi, nous avons fait une recherche, conforme les présuppositions de l'historiographie brésilienne, que les travailleurs africains eurent leurs destines articulés dans l'Histoire du Nouveau Monde, étant l'esclavage moderne américaine délibérée par les impératives économiques des nations que revendiquent la liderance du système-monde, depuis la moitié du siècle XV.

Pour conclure, en vérifiant les principales liaisons entre la modernité européenne et le régime de l'esclavage brésilienne, nous avons essayé de démontrer quelques interférences plus substantielles de l'économie-monde capitaliste au Brésil colonial et, enfin, au Brésil impérial.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação procurou estabelecer ligações entre o trabalho escravo adotado no Brasil e a formação da economia-mundo capitalista. Tratou-se de uma abordagem bastante diferente daquelas adotadas para o estudo da escravidão em nosso país. A diferença principal consiste em adotar como unidade de análise o sistema-mundo de **Immanuel Wallerstein**, que se originou na Europa no século XV e foi se espalhando por todo o globo terrestre até atingir, no final do século XIX, praticamente todo o mundo. Adotar como unidade de análise a economia-mundo, implica considerar que é ela que comanda os processos econômicos, políticos e sociais transcorridos nos espaços políticos nacionais, dentro e fora das fronteiras européias.

Dessa forma, os principais estudiosos brasileiros da moderna escravidão não deixaram de mencionar, entre as causas deste fenômeno, a expansão comercial da Europa, ou o sistema capitalista internacional.

Assim, **Maurício Goulart** nos diz sobre a vinculação entre os números de trabalhadores africanos trazidos para o Brasil com as atividades do açúcar, do ouro e do café no contexto mundial. **Roberto Simonsen** apresenta as estimativas do período colonial que funcionaram em prol da constituição das estruturas capitalistas no âmbito da história econômica brasileira. **Caio Prado Júnior** resgata uma sintética análise do Brasil colônia e império, com intuito de elaborar a crítica à história econômica do Brasil contemporâneo. **Celso Furtado** nos apresenta a análise da formação econômica brasileira, formação esta dependente de imposições externas e de um crescimento tardio endógeno.

Jacob Gorender mostra nosso escravismo colonial com sendo um modo de produção inédito na história mundial, ou como ele mesmo destacou, “um modo de produção historicamente novo”. **Gilberto Freire** considera a sociedade patriarcal brasileira e a miscigenação como os motores de nossa vida econômica e política. **Sérgio Buarque de Holanda** apresenta recorte filosófico-antropológico sobre algumas razões as que teriam levado a formação de nossas raízes históricas.

Poderíamos ver a partir destas referências, que nenhum destes autores tradicionais concebe uma economia-mundo organicamente constituída e operando acima das economias e sociedades nacionais.

Também foi importante verificar que, aproximadamente nas últimas três décadas, salvaguardando-se exceções como a obra de **Luiz Felipe Alencastro** sobre o papel do tráfico de africanos para a construção político-econômica do Brasil, bem como a tese de **Suely Queiroz** no tocante ao desenvolvimento da escravidão afro-brasileira, o eixo temático preferencial entre os historiadores brasileiros especializados em escravismo, tem sido as análises particularizadas no tempo e no espaço, o que se chamou corriqueiramente de microhistória.

Dessa forma, recorrendo às fontes sobre escravagismo no Brasil, a obra sobre a relação entre a senzala e os senhores, embora ter sido considerada para a presente temática como uma fonte secundária em virtude de razões já expostas, foi cabível a afirmação do autor no início de sua teoria sobre a *formação da sociedade patriarcal brasileira* que, “quando em 1532 se organizou econômica e civilmente a sociedade brasileira, já foi depois de um século inteiro de contato dos portugueses com os trópicos; de demonstrada na Índia e na África sua aptidão para a vida tropical.” (**Gilberto Freire**, 1950, p.95)

O pressuposto acima é fundamental, pois somente a partir de 1530 que efetivamente seria originada uma sociedade colonial portuguesa na América, sociedade esta que aos poucos fora se miscigenando e consolidando um patriarcalismo escravista agro-exportador. Seria ainda relevante, apresentarmos recortes complementares antes do debate metodológico do capítulo preliminar, onde participariam historiadores brasileiros da escola tradicional e da escola recente.

Logo, seguindo nossa tradição historiográfica, teríamos em primeiro, sobre a tese que retrata as raízes do Brasil, a argumentação em complemento a anterior que, “a tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências.” (**Holanda**, 1936, p.31)

Quanto a estas *origens*, a nascente das mesmas, bem como a transição pré-capitalista, pode ser também explicada a partir do recorte analítico de **Carlos Roberto de Oliveira**, em umas das mais recentes teses abrangentes sobre a *história do trabalho mundial*. Constatou-se que, a etapa final do servilismo medieval enquanto organização histórica do trabalho coincide com a própria decadência deste antigo regime feudo-clerical. Mas, qual é a relação com este tema? Vejamos abaixo que, a medida que se fortalecem as estruturas estatais no contexto europeu ocidental, as relações de trabalho se ajustam a estas novas imposições do capitalismo em formação.

Nesta tese sobre a história do trabalho, o pesquisador afirmou que, “o feudalismo é a última etapa no processo histórico das formações pré-capitalistas. Em que pese a generalização consagrada pela historiografia clássica, nem toda a Europa ocidental conheceu as formas fundamentais do feudalismo e as partes que conheceram romperam suas *estruturas feudais de modo desigual e cronologicamente diverso*.” (Oliveira, 2003, p.47)

Com base neste raciocínio, é importante salientar também que, em geral, divide-se a Era Medieval, em duas etapas, chamadas de Alta Idade Média e de Baixa Idade Média. Entretanto, Oliveira (2003) teria destacado (de maneira distinta) quanto as duas etapas de caracterização histórica do feudalismo: 1) a primeira idade feudal compreende a formação e a organização do sistema de apropriação entre os séculos IV e IX, marcada politicamente pelas invasões bárbaras e a instituição dos reinos merovíngio e carolíngio; 2) a segunda idade seria o pleno funcionamento do feudalismo na Europa, como resultado da desagregação do reino carolíngio e do surgimento do poder local como característica dominante.

O historiador complementa que, “entre os séculos X e XII, ocorre o domínio dos senhores feudais, legitimado pelas instituições políticas básicas....A Igreja, que realizara um trabalho de base na organização da sociedade feudal, assume agora um papel histórico decisivo na consolidação desse processo.” (Oliveira, 2003, p. 48)

Os séculos XIII e XIV assinalam o início da decadência do *sistema feudalista* enquanto organização política e econômica. Entretanto, a divisão de trabalho denominada de relação servil ou servilismo não se desfaz tão rapidamente, pois o “trabalho livre” se afirmaria de forma lenta e gradual entre os países europeus. Porém, seria na segunda metade do século XV e no século XVI que estas novas formas de controle de trabalho de fato se organizam em torno da criação do mundo moderno e das Grandes Descobertas. *Mas, o que tem isto a ver com esta dissertação?* Objetivamente, é importante observar que o trabalho livre evolui de forma diferenciada em relação ao escravista, pois enquanto o primeiro vai ganhando força gradativamente na Europa centro-ocidental, o segundo vai sendo adotado na América de forma radical e emergencial.

Dessa forma, sobre a formação do sistema mundial e a nova divisão do trabalho, em complemento ao defendido pelos historiadores, destacou-se ainda que, “no entanto, para a economia-mundo européia como um todo, consideramos 1450-1640 como a unidade temporal significativa durante a qual foi criada uma economia-mundo capitalista, uma economia-mundo que era com certeza , na frase de Braudel, vasta mas fraca.” (Wallerstein, 1974, p.74)

Assim, retomando assertivas da atual historiografia geral brasileira, mais especialmente sobre a *expansão comercial e marítima europeia* – da parte dedicada às sociedades modernas destacam seus autores que,

“no decorrer do século XIV, a Europa passou por uma crise econômica e social de enormes proporções, marcada por guerras, rebeliões populares, diminuição da produção agrícola, fome prolongada e uma epidemia de peste negra que matou mais de um terço da população. Passada a tormenta, a economia europeia conheceu um período de grande crescimento. Mas, em meados do século XV, surgiram obstáculos a essa expansão, configurando uma crise de crescimento. Uma das saídas encontradas para a superação da crise foram as Grandes Navegações. A partir do século XV, os europeus se lançaram à exploração de mares que pouco conheciam. Essa aventura permitiu a abertura de novas rotas para os mercados tradicionais do Oriente, além do encontro de novas fontes de metais preciosos para a cunhagem de moedas. Os pioneiros na expansão marítima foram os portugueses e espanhóis, seguidos por ingleses, franceses e holandeses.”
(Arruda & Piletti, 1999, p. 175)

A partir destas considerações acima, poderíamos levar em grande conta a necessidade de um capítulo preliminar, de cunho explicativo metodológico, com seu eixo voltado a questão da escolha ideal de unidade de análise para uma dada pesquisa ou mesmo uma tese. Um debate entre o sociólogo **Wallerstein** e o historiador **Amaral Lapa** foi montado para que ficasse mais clara ao leitor, sobre a relevância de se adotar em uma dissertação deste tipo, uma unidade macroscópica, pois o Brasil durante mais de trezentos anos de sua História compôs, com Portugal e Angola, um sistema colonial à parte, segundo **Lapa** (1994) e **Alencastro** (2000).

No entanto, quanto ao constructo do sistema-mundo de **Wallerstein** (1974), o mesmo comprovou que existe desde meados do séc. XV, um sistema moderno que expandiu e se tornou mundial, com um pequeno centro hegemônico no noroeste europeu, uma grande área semiperiférica contornando-o e vastas áreas periféricas subordinadas e dependentes.

Encerrando estes recortes analíticos e resgatando novamente a história da sociedade patriarcal brasileira pode-se acrescentar também, em relação ao início da colonização no Brasil, quando o especialista nos mostra que a partir de 1532, “formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição.” (**Freire**, 1950, p. 95)

Mas, ao que se deve a formação desta sociedade escravocrata nas Américas? Então, poderíamos buscar uma boa resposta na tese sobre *a moderna escravidão na África*.

Paul Lovejoy (2002) desenvolveu uma diferenciada explicação historicista a respeito das formas escravistas oriundas da África dos meados do século XIV até fins do XIX. Este historiador, nas suas próprias palavras nos afirmou inicialmente que,

“a escravidão foi um importante fenômeno da história, estando presente em muitos lugares, da antigüidade clássica a épocas muito recentes. A África esteve intimamente ligada a esta história, tanto como fonte principal de escravos para as antigas civilizações, o mundo islâmico, a Índia e as Américas, quanto como uma das principais regiões onde a escravidão era comum. Na verdade, na África a escravidão durou até o século XX – muito mais do que nas Américas.” (Lovejoy, 2002, p. 29)

Na sequência, este autor apresenta sua justificativa, nos escrevendo: “Tal antigüidade e persistência requer explicação, tanto para compreender o desenvolvimento histórico da escravidão na África, quanto para avaliar a relativa importância do tráfico de escravos para este desenvolvimento.” Sobre os estágios de expansão do escravismo africano, ele destaca que, “de maneira geral, a escravidão se expandiu em pelo menos três estágios – 1350 a 1600, 1600 a 1800 e 1800 a 1900 – durante os quais o escravismo se tornou fundamental para a economia política africana.” (Lovejoy, 2002, p.29)

Quanto aos níveis desta expansão escravista africana, que estariam ligados ao comércio exterior, o estudioso salienta que,

“em primeiro lugar, a escravidão ocupou uma área geográfica cada vez maior, difundindo-se para fora daquelas regiões diretamente envolvidas no comércio exterior de escravos. Em segundo lugar, o papel dos escravos na economia e na sociedade tornou-se crescentemente importante, do que resultou a transformação da ordem social, econômica e política. Também nesse caso, o comércio exterior esteve associado a essa transformação.” (Lovejoy, 2002, p. 29)

Foi possível constatar nesta teoria, em relação às *definições de escravidão* elaboradas pelo seu criador e aqui expostas de forma sintética, onde como exemplo teríamos primeiramente: “A escravidão era uma forma de exploração.” (Lovejoy, 2002, p.29 e segs.) Ainda enfatizou que, os escravos eram uma propriedade e que eram estrangeiros e alienados pela origem. Como propriedade, eram bens móveis, podendo ser tratados como mercadoria. Assim, a escravidão era um meio de negar aos estrangeiros os direitos de uma dada sociedade.

Assim, foram construídos quatro capítulos descritivos de análises após o preliminar metodológico, onde foi estabelecida uma seqüência a começar pela incorporação do Brasil à economia-mundo no século XVI, sendo realizada uma abordagem inicial mais longa com o intuito de melhor explicar a formação da cadeia mercantil do açúcar, bem como a inserção do Brasil na nova divisão de trabalho da economia-mundo européia. No terceiro capítulo, foi retratado o século do açúcar (1580-1680) com a afirmação da cadeia açucareira mundial luso-brasileira frente à consolidação do sistema mundial. Na quarta parte, a ênfase concentrou-se na perpétua corrida civilizatória por metais, destacando-se a atividade mineira do Brasil no século XVIII com fins de gerar os meios de pagamento necessários à Portugal.

Enfim, na última parte, retratou-se a nova expansão capitalista liderada por aquilo que **Wallerstein** chamou de *mito organizativo*, qual seja, a revolução industrial, sendo que a Inglaterra assumiu a hegemonia do sistema-mundo calcada nesta revolução, coligando-se com as maiores potências da época com objetivo de vencer sua grande rival, a França, bem como interferir no sistema colonial americano, inclusive pressionando o Brasil para abolir no século XIX o tráfico de escravos da África, e, também impor o rompimento da forma de controle de trabalho escravista em toda a América.

Assim sendo, observou-se uma visão global destas considerações, na teoria sobre história do escravismo moderno, onde o historiador **Robin Blackburn** (2003) apresenta uma significativa e consistente análise a respeito da constituição dos sistemas europeus de escravidão colonial nas Américas, no período de 1500 a 1800, o que coincide com a formação do Brasil patriarcal-escravista.

Este estudioso destacou primeiramente que, “estes sistemas escravistas eram de caráter radicalmente novo se comparados com formas anteriores de escravidão, embora fossem compostos de ingredientes de aparência tradicional.” (**Blackburn**, 2003, p. 15)

Na seqüência, o pesquisador, após ter elaborado a premissa sobre o comércio atlântico enquanto mola propulsora das trocas globais do século XVI ao XIX, que envolveu as atividades agrícolas do tabaco, do algodão e do açúcar produzidos pelos escravos, facilitaram o nascimento de um novo mundo, elabora que, “os empreendimentos alicerçados na mão-de-obra e na produção dos escravos incorporaram, como tentarei demonstrar, formas aparentemente avançadas de organização técnica e econômica.” (**Blackburn**, 2003, p. 15) Vejamos o recorte de **Sheila de Castro Faria** (1998) aplicado ao Brasil colonial escravista-exportador.

Logo, quanto ao trabalho escravo brasileiro, observou-se de início na tese da colônia em movimento que, foram as formações das famílias não necessariamente consanguíneas determinantes para o funcionamento da economia colonial, em particular àquela ligada ao mundo agrário. Assim, a historiadora acrescentou que, “durante muitos anos, a historiografia brasileira privilegiou o estudo da *plantation* escravista, apresentando-a como modelo da produção brasileira até o final do século XIX. Pensado como um bloco, todo o período teria no escravismo, na grande produção e na exportação as razões da uniformidade.” (Faria, 1998, págs. 21-22)

Diante disto, a teoria acima têm como um dos seus principais pressupostos nas palavras de sua própria autora que,

“a sociedade colonial resultante deste modelo escravista, latifundiário e exportador compunha-se, basicamente, de senhores e escravos. Somente nesta relação poder-se-ia encontrar a lógica do sistema que funcionou durante quase quatrocentos anos no Brasil. A população que não se enquadrasse num dos dois grupos era caracterizada como destoante, marginal e desclassificada, devido à fluidez e ambigüidade de comportamento na produção e nas atividades sociais.” (Faria, 1998, p. 22)

A historiadora, após ter destacado os trabalhos de Ciro Cardoso e Jacob Gorender nos anos de 1970 em que ambos teriam discutido a ênfase na dependência externa, sendo que a lógica interna permitiu a criação da *teoria do modo de produção escravista colonial* (teoria esta criticada pelos seguidores da escola paulista), e, mencionado os acirrados debates da década de 1980 onde os argumentos de economistas e historiadores foram basicamente teóricos, assim como a análise dos textos com ênfase na história agrária e regional do século XIX, salienta sobre os balanços historiográficos do final da década de 1980 que, “entre todos os estudos, o que enfrentou decidida e corajosamente os debates teóricos sobre o período escravista brasileiro foi, sem dúvida alguma, o de João Fragoso, (.....) Apoiado numa ampla documentação, o autor inverteu pontos, antes tidos como inquestionáveis, principalmente os referentes à dinâmica do mercado interno colonial do século XVIII.” (Faria, 1998, p. 23)

Assim sendo, **João Fragoso** (1998) inicia sua tese argumentando que, “de todos os modelos explicativos do funcionamento da economia colonial brasileira, o de Caio Prado Júnior é, sem dúvida, o que fincou raízes mais profundas. (Fragoso, 1998, p. 57)

Completando sua abertura analítica, o autor da teoria da *acumulação mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)* ainda destacou que, “buscando romper com a teoria dos ciclos, para a qual cada época ou sistema econômico da Colônia corresponderia a um produto de exportação, Caio Prado tentava resgatar os fundamentos estruturais da história brasileira.” (Fragoso, 1998, p. 57)

Assim, **Fragoso** (1998) também salienta que, segundo Caio Prado, estes fundamentos ultrapassaram as meras conjunturas de sucessivas hegemonias de produtos tropicais para exportação. Lembrando a “Formação do Brasil contemporâneo” de Caio Prado Jr. (1942), Fragoso destacou um dos principais pressupostos na parte sobre o *sentido da colonização*, onde o mesmo explicava que, todo povo tem na sua evolução, um certo sentido (...) uma linha mestra de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa (.....) Logo, **Fragoso** na sequência, demonstra também que, a partir desta premissa Prado Jr. nos remete à *expansão marítima e comercial européia iniciada no século XV*.

Continuando seu raciocínio, o historiador da escola recente coloca:

“de fato, para ele (Caio Prado), compreender tal sentido implicaria tomar o descobrimento e posterior estruturação da sociedade e economia coloniais como capítulos da história comercial européia: se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos construímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros (.....) e em seguida café, para o comércio europeu (.....) Foi com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem de interesse daquele comércio, que se organizaram a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país.” (in **Fragoso**, 1998, págs. 57-58)

Concluindo este último recorte introdutório, finalmente acrescentaríamos que,

“tal situação, verdadeiro corolário da colonização, determinaria a emergência de um certo tipo de estrutura, assentada na contínua transferência de excedentes para a metrópole de além-mar. Isto, naturalmente, só poderia se traduzir numa economia colonial exportadora. A *estrutura exportadora* resultante combinaria, no caso brasileiro, três elementos que marcariam todo o período colonial: grande propriedade, monocultivo e trabalho escravo.” (Fragoso, 1998, p. 58)

Na sequência, o historiador levanta outra questão com a pergunta: *Que consequências derivam desse modelo?* Argumentos sobre estas *consequências* veremos nos últimos capítulos do presente trabalho, em virtude do enfoque temporal da referida tese corresponder ao período 1790-1830.

1 METODOLOGIA

1.1 A economia-mundo e o sistema colonial : unidades de análise

A escolha de uma ideal unidade de análise para o presente texto teve a influência das teorias do colonialismo. Até poderíamos deliberar, por exemplo, pela teorização do sistema colonial e do pacto a ele inserido, com a finalidade de formar elos com a escravidão brasileira. Porém, caso fosse tomado este rumo, a presente dissertação poderia ter problemas de consistência analítica. **Amaral Lapa** (1994), interpreta a partir das relações entre as nações hegemônicas européias e as suas colônias, como sendo um complexo que articula a economia em dimensões mundiais, um nome consagrado por muitos autores, como sendo sistema colonial.

Contudo, poderíamos propor esta unidade como sendo parte da economia-mundo européia de Braudel, porque esta sim representa o sistema como um todo, gerando uma hierarquia de dependência e subordinação, onde teríamos um centro decisório em torno da antiga Flandres (atual Bélgica). Mas, qual seria um outro bom motivo para não se adotar o *sistema colonial* como unidade principal de análise? Quando a América foi descoberta, já existia a pelo menos uns quarenta anos, o sistema mundial moderno de **Wallerstein**.

Outrossim, como seria difícil conceber o tal *sistema colonial* sem a participação da América colonizada desde o seu início, colonização esta que só ocorreu efetivamente a partir de 1530. Considerando-se que a economia-mundo européia, segundo **Braudel**, teria dado seus primeiros passos na primeira metade do século XV, e, que genoveses, venezianos e portugueses, já teriam nesse tempo colônias no Mediterrâneo, no Oriente, na África e nas ilhas atlânticas, pode-se supor que já existia um *sistema colonial* desde bem antes de 1500. Entretanto, este arcaico sistema era heterogêneo, facetado em micro-sistemas que subordinavam-se diretamente às respectivas metrópoles e eventualmente interligavam-se com outras colônias devido a determinado comércio de mercadorias específicas, como era o caso das rotas das especiarias do Oriente.

Logo, conclui-se de antemão que, este sistema consagrado como sendo *colonial*, não é compatível no sentido da temporalidade, pois está restrito a um período que vai, no máximo, de 1500 a 1800. **Wallerstein** elabora seu sistema mundial moderno, em uma unidade mais abrangente de análise, caracterizada por um período mínimo de 1450 a 1850.

Teríamos um problema geográfico com o *sistema colonial*, que não abrange muitas das áreas semiperiféricas que tinham estreita relação com o centro da economia-mundo e não comerciavam com as colônias americanas, africanas e asiáticas. Seria o caso, do trigo da Polônia e da prata da Hungria no século XVI. Tais restrições espaciais estariam longe inclusive, de mencionar a arena exterior de **Wallerstein**, qual seja, aquelas áreas longüinqüas que não fizeram parte da economia-mundo europeia até mais ou menos 1750, mas no entanto, comerciavam alguns produtos com áreas semiperiféricas e com áreas do centro do sistema mundial. A Rússia, por exemplo, chegou a fornecer peles para estas regiões centrais e da semiperiferia.

Logo, **Amaral Lapa** (1994), continuando sua defesa, enfatiza na introdução de sua tese que é nesse sistema (o *colonial*) que o Brasil se integra a partir da sua descoberta e que durante boa parte do período 1500-1800, *Portugal foi uma de suas nações nucleares*. **Wallerstein** (1974) não concordaria com este grifo, pois ele classifica Portugal e a Espanha como nações semiperiféricas desde o início da formação do sistema mundial. Uma nação nuclear entende-se como sendo central, pois a idéia de centro remete a idéia de núcleo. Na química o núcleo atômico sempre representou o centro do átomo, assim como analogamente na biologia, o núcleo sempre foi e será, o cérebro da célula.

1.2 As componentes do sistema colonial do historiador Amaral Lapa

José Roberto do Amaral Lapa, engendrando a concepção de sistema como eficiente instrumento metodológico de análise, nos apresenta ainda, partindo da expressão *sistema econômico* do Capital de Marx (1890), dois componentes do *sistema colonial*: o mercado interno e o comércio intercolonial. Ainda segundo o autor, sobre os componentes, ele escreve que, “permitiu melhor demonstrar o desempenho do Brasil e Portugal integrados nesse complexo.” (**Amaral Lapa**, 1994, p.6)

Na *unidade de análise* proposta na teoria do sistema colonial, o pesquisador defende dois desdobramentos inseridos na mesma unidade de análise. Vejamos, em primeiro, a questão do mercado interno colonial, sobre o *crescimento para dentro*, o autor elabora que, “essa afirmação não pretende, em momento algum, descondicionar, como um todo, a economia colonial dos mercados europeus.” (**Amaral Lapa**, 1994, págs.42-43)

Este historiador, buscando completar a questão do mercado interno colonial e evitando desconsiderar o todo, afirma que também seria importante, “antes, procurar mostrar que no seu interior é possível localizar sistemas de trocas, que não podem ser simplesmente negados com uma penada.” (Amaral Lapa, 1994, págs.42-43) Após designar o comércio intercolonial como sendo de uma capitania para outra, ou mesmo entre o Brasil e África, Lapa acrescenta: “Aceito o esquema de centro-periferia, o comércio intercolonial seria um circuito periférico que ocorre no interior do próprio pacto colonial”....., e completa que, “O comércio intercolonial representa portanto uma forma constante de flexibilização do pacto colonial...(Lapa, 1994, págs.64-65)

Dessa forma, seria pertinente resgatar sobre um rápido histórico do conceito da relação centro-periferia na tese de Lídia Goldenstein (1994) no tocante à questão da dependência dos países subdesenvolvidos. De acordo com esta autora, foi a partir do surgimento da CEPAL, mais precisamente em 1949 que desenvolveram-se as premissas sobre as relações de dependência econômico-financeira especialmente dos países latino-americanos face aos fundos internacionais de fomento das nações desenvolvidas. E na abordagem da economista, teríamos:

“Raúl Prebisch inicia o que ficou conhecido como teoria do subdesenvolvimento com um artigo no qual discute os problemas econômicos latino-americanos imputando-os à divisão internacional do trabalho, que, segundo ele, concentrava a produção industrial nos países que denominava de centrais e a inibia nos que denominava de periféricos.” (Goldenstein, 1994, p. 25)

1.3 A escolha de Immanuel Wallerstein

Na teoria do sistema mundial, o sociólogo, *sobre o estudo da mudança social*, partindo da escolha da grande marca divisória da história do homem, qual seja, *a criação do mundo moderno*, inicia a elaboração de uma pioneira unidade de análise argumentando por exemplo que, “este último acontecimento está no centro da maior parte da teoria das ciências sociais contemporâneas e, na verdade, na do século XIX igualmente.” (Wallerstein, 1974, p. 15) Quanto a um primeiro grande debate a cerca da história da luta de classes, ele pergunta:

“Dito de outra forma, serão as classes as únicas unidades operacionais significativas nas arenas sociais e políticas? Ou, como Weber argumentou, são elas apenas uma de uma trindade de unidades operacionais – classes, grupos de *status* e partidos – cujas interações explicam o processo político? Senti cada vez mais fortemente que este era um problema conceitual muito mais do que um problema empírico.” (Wallerstein, 1974, p.15)

Conforme um segundo debate, foi enfatizado que, “era acerca do grau em que podia existir, ou na realidade existia mesmo, um consenso de valores no seio de uma dada sociedade.” Então, destacou que, “o que é relevante neste momento é que me tornei portanto consciente do grau em que a sociedade como abstração estava fortemente limitada a sistemas político-jurídicos como realidade empírica.” Assim, completa que, “por isso, limitei-me a uma *análise de como operava o sistema colonial* para os países que eram, no século XIX e XX, colônias de potências européias e os que eram possessões ultramarinas dessas potências.” Logo, o sociólogo ainda afirma que, “a unidade de análise em todas estas questões era o *território colonial* tal como era legalmente definido pela potência administradora.” (Wallerstein, 1974, págs.16-17)

Em se tratando da primeira unidade de análise mencionada acima na tese do sistema mundial do sociólogo norte-americano, e, considerando o recorte parcial do historiador brasileiro, este destaca que, “o sistema colonial só pode ser definido e explicitado, em seus mecanismos básicos, através de todos os circuitos que o envolvem: metrópoles-metrópoles; metrópoles-colônias; colônias-colônias da mesma metrópole; colônias-colônias de diversas metrópoles; economias regionais de uma mesma colônia.” (Amaral Lapa, 1994, p. 69)

Wallerstein (1974), na busca de uma unidade de análise apropriada e após ter estudado o processo de independência dos estados latino-americanos e africanos na era contemporânea, ele finalmente admite que, “fui portanto forçado por esta lógica a dirigir a minha atenção para a Europa do início da Era Moderna.” Na sequência, este sociólogo, depois de ter abandonado a idéia de adotar como unidade de análise o Estado soberano, ou mesmo a da sociedade nacional e decidindo que nenhum dos dois era um sistema social, antecipa uma conclusão dizendo que, “neste esquema, o único sistema social era o sistema mundial.” (Wallerstein, 1974, p.18)

Com base nestes primeiros pressupostos, ele também admite que, “suponhamos na verdade que eu estava certo, que a unidade correta de análise era o sistema mundial, e que os estados soberanos devem ser vistos como um tipo de estrutura organizacional entre outras no seio deste sistema social único.” Enfim, após ele concluir grifando que, “apenas houve um mundo moderno”, salienta ainda a questão a qual, “um dos mais importantes impulsos das ciências sociais modernas tem sido o esforço para se conseguir a quantificação dos processos de pesquisa.” Também levanta a questão da objetividade, enquanto sinônimo de honestidade, e do comprometimento, dizendo que, “não acredito que exista uma ciência social não comprometida.” (Wallerstein, págs.19-20)

Talvez polemizando ainda apresenta que, “a verdade muda porque a sociedade muda.” Logo, “a objetividade é função da totalidade do sistema social. Na medida em que o sistema seja assimétrico, concentrando certos tipos de atividade de pesquisa nas mãos de grupos particulares, os resultados serão enviesados em favor desses grupos.” (Wallerstein, 1974, p. 20)

Antes de definirmos a unidade ideal de análise, poderíamos considerar a criação do mundo moderno, como sendo uma emergencial mudança liderada pelas sociedades mais avançadas da Europa, especialmente os estados mais fortes. Então, se as relações de trabalho mundial mudaram, seria porque mudou o tipo de sociedade que as conduziu.

1.4 Definição da unidade macroscópica de análise

Enfim, seria coerente apresentarmos uma justificativa final que reforça os condicionantes face à adoção ideal de uma unidade ampla de análise, inspirada também na obra de Braudel, especialmente na história da formação da economia-mundo europeia, retratada em sua última tese intitulada “Civilização Material, Economia e Capitalismo.”

Contudo, seria nos “Escritos sobre a História”, que este historiador fornece elementos de método e relações entre a História e as outras ciências humanas; na sétima parte do ensaio, baseado na monumental tese de Pierre Chaunu, propõe a distinção entre *estrutura* e *conjuntura*, onde destaca: “Nesse Atlântico visto a partir de 1504, o ano em que é acionado o privilégio de Sevilha, uma dúzia de anos após a viagem de Colombo, ainda não há *estruturas*, a bem dizer. Será preciso importá-las, construí-las em suma.” (Braudel, 1969, págs. 128-129)

Diante disto, após a definição da palavra *evento*, em que Braudel (1969) mostra como sendo o tempo curto da vida cotidiana, o do cronista, do jornalista, destaca: “Por *estrutura*, os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais.” E continua: “Para nós, historiadores, uma estrutura é sem dúvida, articulação, arquitetura, porém mais ainda, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula mui longamente.” (Braudel, 1969, p. 49) Dessa forma, para Braudel o exemplo mais acessível parece ser ainda a *coerção geográfica*, quando nos diz que durante séculos o homem foi prisioneiro de climas e vegetações, de populações de animais e de culturas. Ou, como ele mesmo afirma: “...de um equilíbrio lentamente construído, do qual não pode (*homem*) desviar-se sem o risco de pôr tudo novamente em jogo. Vede o lugar da (...) vida montanhesa, (...), vede a durável implantação das cidades, a persistência das rotas e dos tráficos..” (Braudel, 1969, p.50)

Assim, reforçando estas exposições, a concepção braudeliiana, quanto ao primeiro tomo da tese de Chaunu intitulado “Les structures géographiques” sobre a *estruturação do Atlântico Mediano* no século XVI, nos relata que, “a viagem, porque essa primeira parte é uma lenta e minuciosa viagem, se organiza do Velho para o Novo Mundo.” (Braudel, 1969, p. 130)

Após o destaque para as abordagens de Chaunu sobre “ilhas da Europa” (Canárias, Madeira e Açores), bem como os corpos geográficos leves e pesados que o Novo Mundo oferece, na sequência, a análise braudeliiana tenta esclarecer que, “acerca dessas questões, vastas ou restritas, esse livro traz luzes freqüentemente inéditas. Pierre Chaunu prodigalizou aí tesouros de erudição, e cada vez que suas *séries mercantes* lhe permitiam de antemão, multiplicou as anotações decisivas, fixou as trocas, assinalou os êxitos das grandes produções: couro, prata, ouro, açúcar, fumo...” (Braudel, 1969, p. 130)

O autor acima sinaliza seu próprio depoimento em tom poético, afirmando ainda: “O Atlântico, seus bordos europeus e americanos, essas ilhas em pleno oceano ou sobre as franjas continentais, essas vias aquáticas que vão uni-los – à hora das descobertas são espaços vazios: o homem está ausente, na melhor das hipóteses, raro, inutilmente presente. Não houve construção, aqui e ali, a não ser por acumulação de homens, brancos ou negros ou índios; (...)” (Braudel, 1969, p. 131)

Enfim, articulando a idéia central, o mesmo demonstra que, “o todo foi se organizando a partir de centros privilegiados, enterrado no quadro de estruturas preexistentes: as religiões, as instituições políticas, as administrações, os quadros urbanos, e, acima desse conjunto, um capitalismo mercantil antigo, insidioso, ágil, já capaz de transpor, de disciplinar o Oceano.” (Braudel, 1969, p. 131)

Em uma saudável crítica sobre à tese - “Sevilha e o Atlântico” - o teórico da *economia-mundo*, justifica: “Mas Pierre Chaunu se manteve, voluntariamente, no interior de sua única história serial, sem se preocupar com outras séries existentes.” Outrossim, lamenta: “Sevilha, em todo caso, tinha o direito de estar presente em sua totalidade viva e não apenas em seu porto, no sentido da ponte de barcos que a liga a Triana; e não somente, em suas instituições como a gloriosa *Casa de la Contratación*, mas também nas suas realidades econômicas, sociais, urbanas, na multidão de seus mercadores, revendedores, cambistas, marinheiros, seguradores. (.....)” (Braudel, 1969, p. 133)

Em outro recorte analítico, referindo-se aos dois volumes sobre *conjuntura* da imensa obra de Chaunu, o estudioso da totalidade econômica admite: “Trata-se, de fato, além do registro dos tráficos sevilhanos, da conjuntura internacional, mundial, dos ritmos de uma *Weltwirtschaft*, que seria estendida a todas as grandes civilizações e economias do mundo e que Pierre Chaunu, como eu mesmo (mas com muita prudência, t. II, p. 43) afirma que é *una*.” (Braudel, 1969, p.133)

Ainda assim, desdobra-se que, “com maior razão há uma conjuntura no século XVI, enquanto que os círculos se alargam, que a vida se acelera tão fortemente: então a “universidade das flutuações ... parece nascer, n’alguma parte entre Sevilha e a Vera Cruz.” E completa que, “não há dúvida, essa conjuntura do mundo não derruba tudo: “uma economia-mundo, em profundidade, não será possível senão muito mais tarde, não antes da explosão demográfica e técnica dos séculos XIX e XX...” (Braudel, 1969, p. 134)

Antes de retomarmos o debate da unidade maior de análise de Wallerstein, seria importante verificarmos a conclusão de Braudel, após análise da teoria de Pierre Chaunu sobre o império espanhol, onde afirmou-se: “Fora do universo hispânico, importa compreender a conjuntura do mundo.” (Braudel, 1969, p. 134)

Com este oportuno e necessário encaixe metodológico braudelianiano, podemos prosseguir ligando a conjuntura do mundo com o sistema mundial. No entanto, evidentemente é o sistema-mundo moderno de **Wallerstein** que norteia a maior parte deste trabalho – e que certamente irá orientar muitos outros – tendo (esta dissertação) como objeto central, ligar a criação da referida modernidade à evolução das *formas de controle de trabalho escravo* adotada para o Brasil desde o 1º quartel do século XVI, e, que somente declinariam (estas estruturas escravistas) efetivamente no último quartel do século XIX.

Dessa forma, **Wallerstein**, após ter abandonado um plano inicial quanto à adoção da sua unidade apropriada de análise sobre os *sistemas coloniais*, deixou claro que os mesmos não possuíam os elementos suficientes para possibilitar a construção de uma tese que fosse abrangente, no sentido temporal, espacial, e, principalmente no terreno social. Certamente, no ensaio do *sistema colonial* de **Amaral Lapa** (1994), que por sinal não deixa de ter uma certa consistência, faltou uma abordagem mais global. E isto é o que na teoria de **Wallerstein** tem de sobra, a visão do sistema como um todo, embora dividido pelas quatro zonas características.

Interessante também, foi o fato de que o sociólogo norte-americano, com base em seus próprios relatos introdutórios, partiu primeiramente de agudas análises sobre sistemas coloniais, tanto do contexto histórico americano, quanto do neocolonialismo africano.

Outrossim, curiosamente, **Lapa** também parece conhecer bem o sistema como um todo. Porém, talvez na vontade de explicar que o Brasil se inseria em um *sistema* (do grego *synistanai*, “colocar junto”) *colonial* atlântico, fazendo parte de um longo pacto colonial de três séculos entre as nações ultramarinas européias, ele tenha evitado lidar com uma macro-unidade. Percebe-se que o enfoque do historiador brasileiro, não deixou de ser conveniente para o seu objetivo, que por sinal foi espacialmente muito restrito.

Todavia, a unidade de análise escolhida para esta dissertação, vai ao encontro daquela unidade maior que **Wallerstein** definiu em termos de mundo moderno, após ter constatado a urgência de percorrer quase todo o planeta durante pelos menos uns quatrocentos anos (1450-1850), com fins de poder compreender melhor a formação das estruturas sociais do *sistema-mundo* capitalista europeu.

A abrangência de **Wallerstein** é impressionante. Ele trafega pelo Mediterrâneo e pelo Atlântico com extrema fluidez e coerência. Estabelece ligações sobre produtos os mais variados, desde o Oriente até a América, passando pela Europa. Explica a formação de classes e o fortalecimento dos estados do centro da economia-mundo. Comenta sobre a nova divisão de trabalho européia, incluindo a parceria dos países semiperiféricos, bem como as relações sociais servis e escravistas a eles relacionados. Faz arguições do modo de vida feudal quanto à divisão de trabalho, independente da formação do mundo moderno com seu trabalho assalariado.

Com base nesta irrefutável magnitude teórica, tal unidade de análise macroscópica não poderia deixar de ser a melhor escolha para a formatação desta dissertação. Aliás, poderá ainda ser o caminho ideal para muitas outras teses sobre história econômica e social.

Tal ensaio metodológico foi mais do que importante, a medida que nos fornece os instrumentos para então sim, procedermos a leitura do capítulo dois, mostrando que a partir do *evento* da descoberta do Novo Mundo e, em seguida do Brasil, os ibéricos puderam efetivamente fortalecer as suas próprias *estruturas* nacionais, em função das pressões dos impérios árabe e turco-otomano, e também de uma nova *conjuntura* recém criada na Europa: o sistema mundial moderno.

2 A INCORPORAÇÃO DO BRASIL À SEMIPERIFERIA DA ECONOMIA-MUNDO ATRAVÉS DA CADEIA MERCANTIL DO AÇÚCAR (C.1492-1580)

2.1 A economia-mundo capitalista européia e as novas vastas áreas

Uma vez que nos decidimos por abandonar a economia e sociedade nacional como o ponto de partida, vemo-nos diante da necessidade de compreender esta entidade chamada economia-mundo. Para tanto vamos seguir a construção conceitual e histórica feita pelo seu criador, **Immanuel Wallerstein** (1999). Diz ele:

“No final do século XV e começo do XVI, nasceu o que poderíamos chamar de uma economia-mundo européia. Trata-se de uma única entidade econômica, que em seu espaço convive com diferentes formas de entidades políticas (império, cidades-estados, nações-estado), sendo maior que qualquer uma delas, e por isso constitui-se num sistema mundial. E é uma <<economia-mundo>> devido a que o vínculo básico entre as partes do sistema é econômico, ainda que em certa medida seja reforçado por vínculos culturais e eventualmente, como veremos, por arranjos políticos, incluindo estruturas confederativas” (**Wallerstein**, 1999, p.22)

O autor afirma ainda que, “as técnicas do capitalismo moderno e da tecnologia da ciência moderna, que como sabemos estão uns tanto ligados entre si, permitiram que esta economia-mundo crescesse, produzisse, se expandisse sem a emergência de uma estrutura política unificada.” (**Wallerstein**, 1999, p. 22).

O capitalismo, defende Wallerstein, se apresentou com uma alternativa mais eficiente para a apropriação do excedente do que o império. Numa economia-mundo, o

“Estado se converte não tanto na empresa econômica central e sim no meio de assegurar certas condições de intercâmbio em outras transações econômicas e, ao fazê-lo, cria condições para que o mercado funcione como criador de incentivos para aumentar a produtividade e todo o conjunto de condições que acompanham o desenvolvimento econômico moderno. A economia-mundo é a arena na qual transcorrem estes processos.” (**Wallerstein**, 1999, p. 23)

A esta altura convém esclarecer que por capitalismo Wallerstein entende “a finalidade incessante e curiosamente autodirigida do detentor do capital, a acumulação de ainda mais capital, e [também] as relações que esse detentor do capital teve de estabelecer com as outras pessoas afim de realizar sua finalidade.” (**Wallerstein**, 1985, p.11)

Após afirmar que a economia-mundo é capitalista, **Wallerstein** envolve-se numa longa discussão a respeito da crise do feudalismo (1300-1450), que se seguiu à expansão anterior (1150-1300). As

“enormes pressões desta conjuntura [de crise] foi o que levou à enormidade da mudança social, vale dizer, ao desmoronamento das instituições políticas e econômicas anteriores. No âmbito econômico, o excedente já não teria a forma de tributo ou de rendas feudais, mas adviria do aumento da produção e da produtividade (primeiro na agricultura e depois na indústria), por meio do mecanismo do mercado mundial, com o apoio artificial (quer dizer, alheio ao mercado) dos aparelhos de Estado, nenhum dos quais controlava em sua totalidade o mercado mundial.” (Wallerstein, 1999, p. 53)

Wallerstein (1999) enumera três condições para a emergência desta economia-mundo capitalista: a) uma expansão geográfica do mundo europeu; b) a criação de diferentes métodos de controle do trabalho nas diversas zonas e produtos da economia-mundo; c) a criação de aparelhos de estado relativamente fortes.

A primeira condição, da qual as outras duas dependem, foi solucionada por Portugal, mas no contexto de um movimento expansionista europeu. *Por que Portugal?* Para responder a esta pergunta **Wallerstein** (1999) desenvolve uma longa discussão que pode ser resumida assim: “Porque dentre os Estados europeus só ele (Portugal) maximizava a vontade e a possibilidade (...) No caso de Portugal o negócio dos descobrimentos parecia ser vantajoso para muitos grupos: para o Estado, para a nobreza, para a burguesia comercial (nativa e estrangeira), inclusive para o semiproletariado das cidades.” (Wallerstein, 1999, págs.72-73)

A respeito disto, na concepção braudeliana teríamos o pressuposto de que, “o pequeno reino lusitano desempenha um dos principais papéis na enorme reviravolta cósmica introduzida pela expansão geográfica da Europa, no fim do século XV, e por sua explosão para o mundo. Portugal foi o detonador da explosão. Coube-lhe o papel principal.” (Braudel, 1998, p.122)

Podemos passar à segunda condição da existência de uma economia-mundo: diferentes formas de controle de trabalho segundo os diferentes produtos e regiões. Esta nova divisão do trabalho foi criada entre 1450-1640 (intervalo de tempo que Braudel denominou o longo século XVI), período também que viu nascer uma economia-mundo capitalista, que incluía já partes do novo mundo. (Wallerstein, 1999, p. 95)

Quando discute a alta dos preços no século XVI, **Wallerstein** (1999) pretende ver como esta alta favoreceu a acumulação de capital deste período. A questão para nós é a possível relação entre o aumento dos preços e o ouro e a prata do novo mundo, ou melhor, a relação destes com a acumulação de capital, seja com a expansão do capitalismo. Wallerstein apresenta os vários argumentos para concluir que o fornecimento desses metais “realizou funções importantes para a economia-mundo europeia em expansão (...) sustentou o impulso da expansão, protegendo aquele sistema, ainda débil, dos ataques da natureza.” (**Wallerstein**, 1999, p. 105) Assim, proporcionando meios monetários para comprar fora o que não podia produzir.

Além, disso Wallerstein sustenta que a alta dos preços já indica a “emergência do capitalismo como modo dominante de organização social da economia”. Ainda escreve que talvez, “como *único modo*, no sentido de que, uma vez que ele se estabelece, os outros modos de produção sobreviveram em função de sua capacidade de ajustar-se ao marco político e social derivado do capitalismo.” (**Wallerstein**, 1999, págs. 105-6)

Quando debate a relação inflação e salários, **Wallerstein** (1999) vai mostrar que a queda dos salários não foi igual em cada uma das zonas da economia-mundo. Os trabalhadores menos organizados foram mais explorados, dando uma contribuição maior ao fundo de investimentos. Quem melhor se saiu foram os capitalistas das zonas de salários médios (Inglaterra e Holanda), onde havia poder de compra que estimulava investir em novas indústrias o capital acumulado via inflação, pois esta ao mesmo tempo que proporciona o fundo o faz em favor de certas áreas (o centro emergente) e em prejuízo da periferia e semiperiferia.

Qual a particularidade desta economia-mundo europeia do século XVI que se encaminhou para o crescimento da produtividade e para a produção industrial, quando a história mostra que em outras civilizações, com agricultura adianta e sofisticada, apenas se expandiam em igualdade de condições?

Talvez uma das grandes particularidades (senão a maior) do sistema-mundo em questão, foi sem dúvidas, a eclética proposta dos estratos superiores dos estados mais fortes da Europa, quanto às formas de organizar a divisão do trabalho para as diferentes zonas e os diversos produtos partícipes da economia-mundo europeia já nas suas origens no século XV.

2.1.1 A divisão do trabalho

Depois de concluir que a inflação foi importante por ter funcionado como poupança forçada e por ter favorecido os centros emergentes da economia-mundo capitalista, **Wallerstein** (1999) vai mostrar que esta *economia-mundo* se sustentava numa *divisão do trabalho* entre indústria e agricultura, e, dentro desta economia, se apoiava esta organização laborial em diversas *formas de controle* do trabalho (expressão que Wallerstein usa para designar o que na sociologia conhecemos por *relações* de trabalho). Estes diferentes tipos de controle de atividades implicam estratificações (políticas, econômicas e sociais), “que por sua vez tiveram diferentes conseqüências políticas para os Estados, quer dizer, para as arenas da ação política”. (**Wallerstein**, 1999, p. 118)

O *conceito de divisão do trabalho* é um dos pilares de toda a argumentação de Wallerstein, uma vez que é precisamente a existência de diferentes atividades, em diferentes regiões, realizadas por diferentes grupos étnicos, com diferentes remunerações; quer dizer, seria a divisão técnica, espacial, étnica e salarial do trabalho que permite o florescimento da economia-mundo européia.

Wallerstein (1999) justifica os três tipos de controle do trabalho – assalariamento, escravidão e servidão - por ser cada um deles mais adequado a tipos particulares de produção. E por que cada um destes modos de controle correspondia a uma região da economia mundo, prevalecendo o assalariamento no centro, a servidão na semi-periferia e a escravidão na periferia? Com a palavra, o próprio Wallerstein:

“Porque os modos de controle do trabalho afetam significativamente o sistema político (em particular a força do aparelho de Estado) e as possibilidades de uma burguesia nativa prosperar. Precisamente, a economia-mundo estava baseada no pressuposto de que realmente existiam estas três zonas e de que estas possuíam de fato diferentes formas de controle do trabalho. Se assim não fosse, não teria sido possível assegurar o tipo de fluxo dos excedentes que permitiu que o sistema capitalista viesse à luz.” (**Wallerstein**, 1999, p. 121)

Devemos dar atenção a estas afirmações. Está sendo dito que a economia-mundo capitalista só pode se desenvolver porque em seu espaço co-existiam três formas de organização do trabalho, que são profundamente desiguais e em termos de remuneração, condições de trabalho e que levam a diferentes formas de socialização e de organização política do estado.

Está sendo dito pois, que esta desigualdade não é circunstancial, ao contrário, ela é constitutiva da economia-mundo, ou como diz Wallerstein um pouco antes, “a solidariedade do sistema se baseava em última instância neste fenômeno de desenvolvimento desigual”. (Wallerstein, 1999, p. 119).

“A questão é que as ‘relações de produção’ que definem um sistema são as ‘relações de produção’ do conjunto do sistema, e o sistema nesta época é a economia-mundo européia. O trabalho livre é, de fato, um traço definidor do capitalismo, mas não o trabalho livre em todas as empresas produtivas. O trabalho livre é a forma de controle do trabalho utilizada para o trabalho qualificado nos países do centro, enquanto o trabalho forçado se utiliza para as atividades menos qualificadas nas áreas periféricas. *Esta combinação é a essência do capitalismo. Quando o trabalho livre imperar em todos os lugares teremos o socialismo.*” (Wallerstein, 1999, págs.179/80)

Nesta citação, o autor não menciona a escravidão, muito embora ela seja parte integrante do conjunto da economia-mundo, sendo tão necessária quanto a servidão e o assalariamento.

2.1.2 O Brasil na divisão do trabalho da economia-mundo européia: a economia-mundo incorpora o território “brasileiro”

Nesta seção pretende-se mostrar que a ocupação por Portugal, de suas possessões do Novo Mundo, inscreve-se nas lutas que os estados e capitalistas europeus travavam pelo controle da nascente economia-mundo. Esta interpretação difere das usuais atribuições do descobrimento e da ocupação à expansão comercial da Europa e não deve ser vista apenas como um preciosismo. Ao contrário, ela tem conseqüências importantes, na medida em que, desde o início, os destinos da *terra brasilis* vincula-se ao destino de uma entidade maior, a economia-mundo. Nos termos de Arrighi (1996), que inspirado por Braudel¹, periodizou o desenvolvimento do capítulo histórico em termos de quatro ciclos sistêmicos de acumulação, a chegada dos ibéricos ao novo continente acontece na fase DM (1450-1560) do Ciclo Gênoves (que teria se estendido de 1450 a 1630).²

¹ “...nossa idéia de ciclos sistêmicos de acumulação derivou da observação de Braudel de que a maturidade de todos os grandes desenvolvimentos da economia capitalista mundial é a anunciada por uma guinada do comércio de mercadorias para o comércio de moedas” (Arrighi, 1996:111).

² Ver Arrighi, op. cit. pg. 219

Foi na fase de expansão material do CSA Genovês que ocorreram os chamados grandes descobrimentos, que juntos com a “expansão comercial que eles geraram foram aspectos integrantes das tentativas dos governantes territorialistas³ de desviar o comércio das cidades-Estados italianas para seus próprios domínios.” (Arrighi, 1996, p. 111)

Daí a preocupação de Portugal em ocupar as terras *descobertas* para não perdê-las para outros estados territorialistas, onde teríamos que,

“os traços de maior relevo da história americana estão ligados a essas lutas em torno de terras de escassas ou nenhuma utilização econômica. Espanha e Portugal se crêem com direito à totalidade das novas terras, direito esse que é contestado pelas nações européias em mais rápida expansão comercial da época: Holanda, França e Inglaterra.” (Furtado, 1995, p. 7)

Mas a expansão comercial é liderada pelos capitalistas da época, cujas possibilidades de sucesso dependem de relações com algum estado que esteja disposto e em condições de arcar com os custos de proteção, que representavam um percentual importante dos custos totais, especialmente no comércio a longa distância ao qual se dedicavam os grandes comerciantes.

É assim que acumulação de capital vai se tornando dependente do poder do Estados. Devemos ter em mente que no século XVI⁴ que surgem os estados nacionais, os quais vão aos poucos se firmando como as unidades políticas da era moderna, em substituição ao sistema medieval de governo, que já não podia sobreviver ao “ao salto qualitativo havido na luta européia pelo poder desde meados do século XV”. (Arrighi, 1996, p. 41).

Esta mudança na organização do poder estava mais adiantada no noroeste da Europa, onde o emprego, em proporções variáveis, das lógicas territorialista e capitalista resultou na “formação de mini-impérios compactos cujos melhores exemplos foram os Estados dinásticos francês, inglês e sueco.” (Arrighi, 1996, p. 41)

³ Arrighi qualifica de territorialistas os estados que buscam acumular poder através da conquistas de territórios e de o Estados capitalistas aqueles que buscam acumular poder predominantemente através de acumulação de dinheiro. Para sermos exatos, neste contexto territorialismo e capitalismo são estratégias na luta inter-estatal pelo acúmulo de poder.

⁴ “Na verdade, os impérios de um tipo ou de outro ainda predominavam na Europa na época da abdicação de Carlos V em 1557. Neste momento os estados nacionais começaram a ganhar relevância. E conseguiram-no por dois motivos afins: primeiro, a comercialização e acumulação de capital em estados maiores com a Inglaterra e a França reduziram as vantagens na guerra dos pequenos estados mercantis; e segundo, a guerra expandiu-se em custo e em escala (...). Os esforços dos estados menores para defender-se os transformaram, absorveram ou combinaram em estados nacionais.” (Tilly, s/d:270/1)

Como exceção do estado sueco, os outros dois e mais as Províncias Unidas são aqueles disputavam com Portugal as terras do novo mundo. Foi no calor desta disputa e das guerras que elas implicavam que se forjaram os modernos europeus⁵.

A dimensão destas lutas pode ser avaliada pelos números de soldados e pelos custos das guerras. Segundo **Arrighi** (1996), de 1550 até aproximadamente 1640, o número de soldados mobilizados pelas grandes nações da Europa mais que duplicou, e de 1530 a 1630 o custo da colocação de cada um destes soldados no campo de batalha teve um aumento médio de cinco vezes. Dessa forma, para **Braudel** (1995), “já no século XV, e com toda a certeza no XVI, não é nem sequer de simples estados territoriais, de Estados-nação que se deve falar. Então surgem grupos mais amplos, monstruosos: aglomerados, heranças, federações, coligações de Estados particulares – Impérios, se podemos servir-nos, no seu sentido atual, apesar do seu anacronismo, desta cômoda fórmula.” (**Braudel**, 1995, p.11)

Braudel está se referindo à França Imperial, à Espanha⁶ e também ao Império Otomano, que conquistou a Síria em 1516 e o Egito em 1517, o que lhes permitiu entrar “no tráfico do ouro africano proveniente da Etiópia e do Sudão, depois no comércio das especiarias em direção à Cristandade.” (**Braudel**, 1995, p. 23).

O aparecimento do Estado Territorial não é uma questão meramente política. Estas entidades não poderiam constituir-se sem uma base financeira, o que as coloca imediatamente no centro das atividades econômicas:

“Quer tenha pretendido ou não, o Estado se converteu no empresário mais importante do século [XVI]. Dos Estados dependem as guerras modernas, com sua constante e crescente necessidade de efetivos humanos e dinheiro; o mesmo ocorre com as maiores empresas econômicas: A *Carrera de Indias*, com base em Sevilha, a rota entre Lisboa e as Índias Orientais, a cargo da Casa das Índias, quer dizer, do rei de Portugal.” (**Braudel**, 1987, p. 596)

⁵ “Em essência, os estados nacionais sempre aparecem em concorrência um com o outro, e adquirem as suas identidades por contraste com estados rivais; pertencem a *sistemas* de estado”. (**Tilly**, s/d:72) Esta é uma parte da explicação que dá o autor para as características dos estados. Estas são também moldadas nas relações que os pretensos formadores dos estados estabelecem com as classes e grupos sociais sobre os quais exercerão seu poder e dos quais extrairão os meios materiais e financeiros necessários à constituição de exércitos e burocracias estatais.

⁶ E a respeito da Espanha, diz **Braudel** (1995) : “já não é um simples Estado nacional, (...) mas sim uma associação de reinos, de Estados, de povos, unidos na pessoa do soberano.” (idem)

Como observa **Arrighi** (1996) a esta altura não estavam tão claramente separadas, como nos dias de hoje, as empresas públicas e privadas, ou melhor, as funções do Estado e da empresa privada. É por esta razão que, ao discorrer sobre as iniciativas diretamente econômicas do Estado, Braudel usa a expressão capitalismo de Estado e conclui afirmando: “Por meio de todas estas actividades, o Estado reintegra à corrente circulatória o dinheiro que chegou a seus cofres (...) Guerras, obras públicas e empresas são, em grau maior do que se pode supor, incitações econômicas.” (**Braudel**, 1987, p.597)

Dada esta inseparável relação entre as atividades do estado e da economia, as lutas interestatais eram sempre lutas econômicas, pois estavam sempre em disputa as rotas comerciais, os territórios produtores de especiarias e de metais preciosos e os povos a serem tributados.

A competição entre Espanha e França, os dois gigantes europeus, pelas rotas comerciais das cidades-estado italianas, resultou nas guerras franco-espanholas de 1494 a 1516, realizadas na península italiana. A França, que tinha também pretensões imperialistas, não aceitou a coroação, em 1519, de Carlos V com Imperador do Sacro Império Romano Germânico, o que fez com que as rivalidades entre os Valois e os Habsburgos continuassem até 1557, quando as duas dinastias se esgotaram, com o “desaparecimento, por um longo período de tempo, dos sonhos imperiais na Europa.” (**Wallerstein**, 1999, p. 242)

Portanto, cada Estado em expansão necessitava assegurar fontes de rendas e de víveres. Ora, entre 1510 e 1550, volume do comércio transatlântico cresceu 8 vezes e triplicou entre 1550 e 1610. Entende-se assim o interesse dos Estados Europeus nas possessões portuguesas.

Enfim, o quadro europeu era de grande instabilidade durante todo o século XVI, tanto no aspecto político quanto no econômico. O desmoronamento da organização política medieval, o longo⁷ e conturbado processo da gestação de um novo sistema europeu de governo e as conseqüentes perturbações nas atividades comerciais e financeiras, estão na raiz da decisão da coroa portuguesa de consolidar sua posição no novo mundo.

⁷ “Mais dois séculos teriam que passar – de mais ou menos 1450 até cerca de 1650 - o “longo século XVI de **Braudel** – para que um novo tipo de Estado capitalista, as Províncias Unidas, tivesse e aproveitasse a oportunidade” de criar um sistema de governo adequado às novas necessidades da acumulação capitalista.” (**Arrighi**, 1996:40)

A esse respeito, **Braudel** (1996) observa que,

“assim como os genoveses se voltaram para o ocidente quando perderam suas redes comerciais no Levante, o Império Português combatido em todo o Oceano Índico e na Insulíndia, (...), ferido de morte no campo de suas antigas proezas, volta-se com os últimos anos do século XVI e os primeiros do século XVII para o Brasil e a América Espanhola.” (**Braudel**, 1996, p. 139)

Porém, as dificuldades a superar não eram poucas, e, conforme **Caio Prado** (1962), ninguém se interessava pelo Brasil. Além disso, “as atenções de Portugal estavam voltadas para o Oriente, cujo comércio chegara neste momento ao apogeu.” (**Prado Jr.**, 1962, p.31) Para atrair *colonizadores* foram oferecidas muitas vantagens desde que houvesse a efetiva ocupação. Ora, a ocupação do território pelos donatários dependia de uma exploração econômica e esta somente seria possível se fosse uma oportunidade de lucros aos possuidores de capital.

É assim que se dá a inclusão do solo, sub-solo, fauna, flora e populações do território invadido na lógica capitalista, se por isto entendemos, a aplicação de grandes somas com a finalidade da maximização do lucro, independentemente da atividade específica, que é sempre contingente.⁸ Nosso historiador continua:

“Os donatários, que em regra não dispunham de grandes recursos próprios, levantaram fundos tanto em Portugal, como na Holanda, tendo contribuído em boa parte banqueiros e negociantes judeus. A perspectiva principal do negócio está na cultura da cana-de-açúcar. Tratava-se de um produto de grande valor comercial na Europa.” (**Prado Jr.**, 1962, p.32)

Além de um produto de grande valor, o açúcar já era produzido pelos portugueses nas Ilhas Atlânticas e teve como uma de suas conseqüências mais importantes o desenvolvimento, em Portugal, de uma indústria produtora de equipamentos para os engenhos açucareiros.

Em seguida veremos como a acumulação do capital insere o “Brasil” na cadeia produtiva do açúcar e isso muito antes mesmo de que exista esta entidade política chamada Brasil.

⁸ “Com efeito, só o capitalismo tem uma relativa liberdade de movimentos. Conforme os momentos, pode dar um golpe à direita ou à esquerda, voltar-se, alternadamente ou ao mesmo tempo, para os lucros do comércio ou para os da manufatura, até da renda fundiária, do empréstimo do Estado ou da usura. Até as estruturas pouco flexíveis, as da vida material e, não menos que essas, da vida econômica vulgar, é-lhes dado escolher os domínios em que quer e pode imiscuir-se e os que abandonará à sua sorte, refabricando sem cessar, a partir destes elementos, as suas próprias estruturas, transformando pouco a pouco, de passagem, as dos outros.” (**Braudel**, 1996:514)

2.1.3 *O doce do açúcar, o amargo da escravidão: o território brasileiro é incorporado à cadeia mercantil do açúcar*

Tinha sido dito que a existência de diferentes tipos de organização (ou formas de controle) do trabalho deviam-se ao tipo de processo produtivo. Em outras palavras, nos processos produtivos menos intensivos em trabalho e que exigiam trabalho mais qualificado, adotava-se o trabalho assalariado. Em processos produtivos intensivos em trabalho não qualificado a servidão e a escravidão eram mais rentáveis:

“Os produtos que podem verdadeiramente ser considerados trabalho-intensivos são os que, por requererem pouca perícia na sua produção, exigem um pequeno investimento em supervisão. Foi principalmente o açúcar, e mais tarde o algodão, que se prestou à reunião de trabalhadores não qualificados sob o controle de supervisores brutais.” (Wallerstein, 1974, p.122, grifos NF)

Esta afirmação torna-se ainda mais importante no caso da empresa açucareira portuguesa, que seria implantada num território longínquo, que inviabilizava completamente o uso de trabalhadores assalariados, os quais deveriam ser levados da Europa. Considerando, “a escassez de mão-de-obra que prevalecia em Portugal.” (Furtado, 1995, p.12)

Esta solução esta fora de cogitação.⁹ Não obstante, também neste caso os portugueses contavam com uma experiência acumulada que lhes permitiria solucionar o problema do suprimento de mão de obra. Desde a década de 1440 já existiam em Portugal e nas ilhas atlânticas, homens trazidos da África na condição de escravos, para produzirem principalmente açúcar e vinho.

Continuando o relato do estudioso economista, “por esta época os portugueses eram já senhores de um completo conhecimento do mercado africano de escravos. As operações de guerra para a captura de negros pagãos haviam evoluído num bem organizado e lucrativo escambo que abastecia certas regiões da Europa de mão de obra escrava.” (Furtado, 1995, p.12)

⁹ - Goreneder (1980) contesta a tese, que ele considera ridícula, da escassez e levanta como contra-prova o caso da França, que mesmo sendo o país mais populoso da Europa ocidental também recorreu à escravidão nas Antilhas.

Por isto, quando o território brasileiro foi incorporado à divisão do trabalho da economia-mundo capitalista por intermédio da cadeia produtiva do açúcar, a escravidão foi a forma de controle de trabalho *naturalmente* adotada. A obtenção do trabalhador escravo não se fazia a baixo custo¹⁰, ao contrário. Uma forma de relação de trabalho tão custosa, só podia oferecer rentabilidade se o baixo lucro por unidade de produto fosse compensado por altos volumes de produção. Este era o caso do açúcar, cujo consumo crescia na Europa.

Assim, as histórias do açúcar e da escravidão estão ainda mais vinculadas na América tropical. Isto porque,

“de todos os cultivos tropicais de exportação [...] era a cana-de-açúcar que requeria mais trabalho manual, especialmente para a safra. A necessidade de um engenho próximo às plantações, ao qual a cana pudesse ser transportada em poucas horas após o corte, requereu pela primeira vez o sistema de *plantation*. Sem dúvida, a *cana de açúcar foi a principal responsável pela escravidão agrária nos trópicos.*” (Masefield, 1967:290, citado por **Wallerstein**, 1974, p.123)

Como afirmamos acima, a incorporação do Brasil à semiperiferia da economia-mundo, teve sua origem, entre outros fatores, na expansão ultramarina portuguesa no século XV nos continentes africano, asiático, e por fim, também no *americano*, do lado leste das Tordesilhas.

Para tanto, os lusitanos, limitados a um pequeno território pouco rico, mas com seu notável ímpeto mercantil, recorreram aos empréstimos dos banqueiros genoveses, visando por em prática a conquista de novas terras, já que uma eventual expansão no contexto europeu era impraticável.

2.1.4 O impacto do territorialismo ibérico

A expansão ultramarina portuguesa era, por sua vez, um movimento de algo muito mais amplo, pois o *prelúdio medieval* da tese do sistema-mundo nos revela que “foi nos fins do século XV e nos princípios do século XVI, que apareceu aquilo a que podemos chamar uma economia-mundo europeia”. (**Wallerstein**, 1974, p.25) Justamente neste período sucedeu-se grande expansão marítima do sistema-mundo da Europa.

¹⁰ “A experiência comprovou: de todas as formas de criação, a criação do gado humano é das mais difíceis. Para a escravatura ser compensadora quando aplicada a empreendimentos de grandes dimensões, tem que haver muita carne humana barata no mercado. Esta só pode ser obtida através da guerra ou da pilhagem de escravos.” (**Bloch**, (1948:247)

Esta teoria apresenta a economia-mundo como uma invenção do mundo moderno, mas admite que não é bem assim, pois estas economias existiram antes, porém transformaram-se em impérios, como exemplo: China, Pérsia e Roma. Complementa-se que “as técnicas do capitalismo moderno e a tecnologia da ciência moderna, permitiram que a economia-mundo expandisse sem a emergência de uma estrutura política unificada.” (Wallerstein, 1974, p. 26)

Dessa forma, Arrighi (1996) explorando as origens da expansão ibérica, em especial, os ciclos sistêmicos de acumulação (CSA), elabora a idéia de que, a começar pela cidade-Estado de Gênova, formaram-se e se expandiram as hegemonias capitalistas em base financeira.

Conforme a tese dos ciclos de acumulação, foi entendido que estado hegemônico é *aquele organismo que busca ampliar poder através do acúmulo de capitais*, considerando-se um período longo. Escreveu-se que o capitalismo financeiro genovês (*Ver Anexos 1 e 2*) desenvolvera a partir da 1ª metade do século XV, pois

“Gênova esteve na dianteira desse movimento e, com a fundação da *Casa di San Giorgio*, em 1407, criou uma instituição de controle de finanças públicas por credores privados que, nesse aspecto, só encontrou paralelo, em termos de eficiência ou sofisticação quando da fundação do Banco da Inglaterra, quase três séculos depois.” (Arrighi, 1996, p. 112)

A respeito disto, a teoria braudeliana elaborou afirmações importantes sobre o século dos genoveses, onde o historiador coloca: “um período não de cem, mas de setenta anos compreendidos entre 1557 e 1627”. (Braudel, 1998, p.140) Esta época coincide com o final do 1º ciclo sistêmico de acumulação financeira. Foi notório a força do aparelho hegemônico genovês, exercendo predominância no período 1400-1600.

Todavia, estes dois autores esboçam a idéia de que desde 1350 aproximadamente, a influência genovesa na Europa Ocidental, embora discreta, também foi marcante, inclusive pela menção à *Guerra dos Cem Anos italiana* de Braudel, quando o autor afirma em relação à medição dos séculos longos:

“O que chamamos de longo século XVI abrange quase toda a extensão do longo século XVI braudeliano, *mais* o século das guerras paralelas, *italianas e anglo-francesas*, dos Cem Anos, durante as quais a expansão financeira liderada pelos florentinos atingiu seu apogeu e as estratégias e estruturas do futuro regime de acumulação genonêz foram formadas. Ele vai desde o grande *craque (do tipo crash)* do início da década de 1340 até o fim da Era dos Genoveses, cerca de 290 anos depois.” (Arrighi, 1996, p.221)

Entretanto, **Wallerstein** (1974) acredita que as origens do sistema-mundo datam de 1450, com o centro evoluindo no noroeste europeu (Holanda, Norte da França e Sul da Inglaterra); o mesmo admite, que um estado é hegemônico quando se torna líder em diversas áreas. Bom exemplo no século XVII, seria produção holandesa do refino do açúcar e sua inovadora marinha, ou mesmo, a criação dos bancos modernos com a invenção das *letras de câmbio*.¹¹

Isto fez com que a economia-mundo européia viesse a se constituir como um novo sistema, diferente do medieval, desde às formações das *cadeias mercantis* até as formas de *controle de trabalho* assalariado, servil, de auto-emprego e do regime escravista no Novo Mundo. Predominaria no centro da economia-mundo o trabalho assalariado, nas áreas periféricas coloniais o trabalho escravo, enquanto na semiperiferia da Europa teríamos parceria, servidão e trabalho livre de certa forma combinados.

É neste contexto que se incorpora o Brasil à Portugal, sendo parte da constituição de um *sistema internacional* na visão teórica de Caio Prado, que se levantava sobre os escombros do mundo medieval europeu. Assim, foi gerado um novo mundo chamado *moderno* que, nada mais é, do que o próprio moderno sistema mundial com seu poderoso braço estrutural capitalista em suas flexíveis e ecléticas formas na visão de **Arrighi** (1996) e **Braudel** (1998).

Diante disto, na teoria do sistema mundial moderno foi defendido, face à afirmação das ciências sociais que, a criação do mundo moderno seria a segunda grande marca da história do homem. A primeira, seria a pré-histórica revolução neolítica ou agrícola. Porém, para que fosse criado esse *mundo moderno*, alguns condicionantes foram necessários, além dos já citados, como exemplo, a predisposição aventureira dos ibéricos e a acumulação financeira genovesa.

Esta segunda *grande marca na história do homem*, conforme **Wallerstein** (1974) traduz um recorte analítico interessante. Portanto, podemos perguntar: Como aconteceu o ato de entesourar nas cidades do norte italiano? Por que foram os ibéricos os mais impetuosos? Podemos adiantar que as bem localizadas cidades italianas nortistas, formaram os mais florescentes centros urbanos do período feudal, com uma marinha mercante que dominou o Mediterrâneo durante pelo menos, os últimos duzentos anos do feudalismo (1300-1500).

¹¹ Título bancário de captação de recursos com objetivo de financiar empreendimentos. Mecanismo financeiro bastante praticado pelos bancos de investimento na década de 1970 no Brasil.

Em relação ao primeiro condicionante acima, quanto ao ímpeto ibérico, não foi evidentemente a única explicação que os levaram as suas viagens oceânicas. Resgatando o expansionismo, sobre a *sorte inesperada de Portugal*, a tese da economia-mundo destacou dois tipos de *explicação* :

“(1) a *explicação tradicional* se refere a localização de Portugal no extremo ocidental da Europa, que despertara neste estado, o espírito agressivo das Cruzadas, abrindo-se a porta a viagens de reconhecimento e a projetos ambiciosos ao longo da costa africana; (2) a *explicação nova* (e na primeira fila os historiadores portugueses) nos diz, em primeiro que, Portugal deixa de ser uma quantidade desprezível, nem pequeno, nem pobre, nem fechado em si mesmo, sendo no conjunto da Europa, uma potência autônoma, capaz de iniciativa (irá prová-lo) e livre em suas decisões.” (Braudel, 1998, págs. 122-123)

Esta segunda explicação, remete à Portugal um certo destaque. Talvez a grande falha de Portugal, foi não ter possibilitado a criação de um exército eficiente, como fora o de Fernán Cortez, ou mesmo uma eficaz marinha de guerra aos moldes da Holanda. Mesmo assim, através da teoria braudeliana, verifica-se que a posição estratégica da Península Ibérica não deixou de contribuir decisivamente para fortalecer iniciativas capitalistas dos reis e seus aventureiros.

Todavia, na teoria do sistema mundial moderno, o autor apresenta sua própria versão sobre o *pôrque* os portugueses teriam sido os mais motivados e mais capazes entre os povos europeus quanto a sua expansão ultramarina atlântica. Assim, **Wallerstein** (1974), com base em Silva (1969), Boxer (1961) e Lane (1966), onde o primeiro destaca o fato irônico que Portugal fora amarrado à zona islâmica do Mediterrâneo ao invés da Europa; o segundo, que Portugal conheceu a paz enquanto outros conheceram guerras internas e externas no século XV; o terceiro, que a estabilidade do estado português foi crucial para seus empreendimentos ultramarinos.

Logo, o idealizador do *sistema-mundo*, admite, de acordo com as premissas acima descritas que, “para Portugal, conforme vimos, a lógica de sua geo-história indicava a expansão atlântica como o empreendimento comercial mais razoável para o Estado.” (Wallerstein, 1974, p. 57)

Na sequência, retomando a pergunta do sociólogo - “*Por que Portugal?*” – complementamos seu raciocínio inicial visto na abertura do capítulo que,

“Portugal foi o único dos estados europeus a maximizar vontade e possibilidade. A Europa necessitava de uma base territorial mais vasta para apoiar a expansão da sua economia, uma base que pudesse recompensar o crítico declínio dos rendimentos senhoriais e que pudesse cortar rente as guerras de classe nascentes e potencialmente violentas que a crise do feudalismo implicava.” (Wallerstein, 1974, p. 57)

Ele reforça sua opinião, pois, “a Europa precisava de muitas coisas: metais preciosos, bens essenciais, proteínas, formas de conservar as proteínas, alimentos, madeiras, matérias para a produção têxtil. E necessitava de uma força de trabalho mais dócil.” E continua: “No caso de Portugal, parecia existirem vantagens no negócio das descobertas para muitos grupos – para o Estado, para a nobreza, para a burguesia comercial (nacional e estrangeira), e inclusive para o semi-proletariado das cidades.” (Wallerstein, 1974, págs.57-58)

Wallerstein (1974), após argumentar sobre a estabilidade política de Portugal, efetivada um século mais cedo que a Espanha, França e Inglaterra, estabilidade esta que teria criado o impulso para a nobreza cujos interesses não eram conflitantes com os da burguesia, destaca finalmente que, “a exploração e as correntes comerciais subseqüentes forneceram oportunidades de emprego para o semi-proletariado urbano, grande parte do qual tinha ocorrido às cidades devido à exploração crescente que era resultado da crise senhorial.” (Wallerstein, 1974, p.58)

Sobre a relação mercantil do estado lusitano com o exterior, este sociólogo observou que, “na medida em que lhes faltava capital, encontravam-no rapidamente disponível por parte dos genoveses que, por razões que eram suas e que tinham a ver com a sua rivalidade com Veneza, estavam dispostos a financiar os portugueses.” Por fim, ele coloca que, “se todas estas conjunturas de vontade e possibilidade não fossem suficientes, Portugal tinha o dom da melhor localização geográfica possível para o empreendimento (....) Não parece assim surpreendente, dum ponto de vista retrospectivo, que Portugal desse o salto.” (Wallerstein, 1974, p.58)

Contudo, estritamente em relação à Gênova na tese da *economia-mundo* temos que, “esta cidade sempre teve problemas com abastecimento, embora o seu dinheiro facilitasse as coisas. Até o século XVIII, apenas metade do capital situa-se no pequeno estado, pois o restante é investido fora da mesma.” (Braudel, 1998, págs. 144-145)

Ainda em relação às metrópoles emergentes italianas do longo século XVI, Gênova e Veneza, as mais poderosas cidades-estados (Florença e Milão também eram pequenos estados), não obtiveram a capacidade de unificar a Itália (só aconteceu no século XIX através de Garibaldi) – certamente devido as suas acentuadas divergências político-econômicas – o que resultou entre outros aspectos naquilo que **Braudel** (1998) salientou como discreto domínio de Gênova. Mas, talvez Gênova não tivesse sido tão discreta assim.

O que sustentaria estes argumentos encontra-se na tese dos ciclos de acumulação financeira de **Arrighi** (1996) a começar pela abordagem do *estado genovês*, onde seus banqueiros financiaram os grandes empreendimentos, principalmente os da Europa centro-ocidental, durante quase trezentos anos (1340-1630); inclui-se aqui, a emergência da expansão territorial ibérica, a começar pela conquista de Ceuta (1415), das ilhas atlânticas e do Brasil pelos portugueses no século XV, até a conquista das Antilhas, da Nova Espanha, do Peru e do Chile pelos espanhóis no século XVI. Poderíamos então concluir esta linha de argumentação, admitindo com base em Wallerstein e Arrighi que, *Portugal jamais fora uma potência autônoma*.

2.1.5 Os diferentes tipos de trabalho na economia-mundo

Antes do surgimento do sistema capitalista, já existia na Europa o fenômeno da exclusão social, até porque o regime senhorial tinha esta característica; mas, isto os historiadores e os sociólogos sabiam. O que eles não constataram até a publicação do pioneiro 1º volume da obra “Sistema Mundial Moderno”, sobre a *agricultura capitalista e as origens da economia-mundo européia no século XVI*, é que, “foi no século XVI que se constituiu uma economia-mundo européia baseada no modo de produção capitalista”. (**Wallerstein**, 1974, p.73)

Segundo este sociólogo, a ideologia reinante, nos séculos XVI e XVII, foi a do estatismo. Também mostrou-se relevante, quanto à característica distintiva de uma economia-mundo européia que, as

“decisões econômicas estão orientadas para a arena da economia-mundo, enquanto as decisões políticas estão deslocadas para as estruturas pequenas – os estados dentro da economia-mundo. São as nações-estados, as cidades-estados e os impérios desta economia-mundo, com sua estrutura de controle legal, qual seja, *o Estado*.” (**Wallerstein**, 1974, p.73)

Em complemento ao exposto, em seu ensaio sobre *história do trabalho*, **Carlos Oliveira** (2003) verificou profícua abordagem sobre os séculos XVI e XVII, que teriam sido fundamentais para o avanço da renovação europeia, com dois fatores decisivos – segundo Pierre Vilar – tais como: a expropriação camponesa e a exploração colonial, onde a cidade tornar-se-ia beneficiária do referido avanço.

Assim, **Braudel** (1998), mencionou sobre “O Capital” de Karl Marx, onde o mesmo teria conjecturado sobre a constituição da uma economia e de um mercado, que no século XVI, viria a englobar o mundo inteiro (*Vide Anexo 3*). Portanto, surgiram variações e aglutinações nos mercados mundiais e nas relações de trabalho, que não tinham sido praticadas no Antigo Regime. Assim sendo, na tese do sistema mundial moderno observou-se que,

“*várias espécies de trabalhadores na economia-mundo desta época. Havia escravos nas plantações de açúcar e em formas simples de operação mineira. Havia servos no cultivo de cereais e nas florestas exploradas; camponeses ligados à agricultura de mercado, e assalariados em algumas produções agrícolas. Isto englobava 90-95% da população da economia-mundo europeia.*”
(**Wallerstein**, 1974, p.91, adaptação)

De fato, a economia-mundo europeia conviveu com todas as formas de controle de trabalho, e com quase todos os tipos de configuração política: cidade-estado, estado-nação, impérios nacionais e os coloniais, e assim por diante. E o império foi mais vulnerável do que as demais formações, segundo a tese do sistema mundial. O mesmo relata a decadência político-econômica do império espanhol durante o século XVI, justamente o século da grande expansão hispânica mundial. E isto é um paradoxo, pois a Espanha parecia ter plenas condições para consolidar uma hegemonia, o que não se completou na prática durante o longo século XVI.

Isto tem a haver com o fracasso do império exposto nesta teoria do sistema-mundo, o que gerou um capítulo a parte, onde o autor afirma, por exemplo:

“A decadência da Espanha tem sido um dos grandes tópicos da moderna historiografia europeia. A causa, parece ser a de que a Espanha não ergueu (provavelmente porque não era capaz de erguer) o tipo de aparelho de Estado que teria permitido às classes dominantes espanholas se beneficiarem com a criação de uma economia-mundo europeia, apesar da posição geo-econômica central da Espanha nesta economia-mundo no século XVI.”
(**Wallerstein**, 1974, p.191)

Voltando ao debate da *nova divisão de trabalho europeia* e, mais especificamente quanto à estrutura social da economia-mundo do século XVI, em detrimento à expansão da Europa, este autor completa o raciocínio, nos dizendo que, “a expansão acarreta seus próprios *imperativos*.” (Wallerstein, 1974, p.90) Um destes imperativos foi, sem dúvida, a escravidão no Novo Mundo.

Este recorte analítico poderia ser importante, a medida em que nos leva a entender o panorama geo-econômico braudeliano, quando o historiador demonstra graficamente que os *tentáculos dos tráficos europeus* em 1500 estariam restritos ao velho contexto mediterrânico – do Mar Vermelho até o Báltico, e das ilhas atlânticas até as Antilhas e o norte do Brasil. Em 1775, ou seja, menos de três séculos depois, esta mesma economia-mundo europeia estaria abraçando quase o mundo inteiro. Este longo período, mais ou menos corresponde até 1630 à hegemonia financeira de Gênova na tese de Arrighi (1996), bem como alcança, na sequência, praticamente toda a era hegemônica holandesa (1625-1675) que não era só financeira conforme pressuposto no constructo teórico de Wallerstein (1980) e mais o período da fase II da luta no centro (1689-1763).

Isto tudo orientou as relações sociais de produção em geral, pois o processo capitalista de expansão europeu não era só territorialista e financeiro. Diferentes formas de controle produtivo e de trabalho formar-se-iam e coexistiriam conforme posturas do centro e da semiperiferia, no tocante às interferências das principais metrópoles europeias no decorrer do longo século XVI.

Falando um pouco sobre a inserção da classe trabalhadora em geral no novo sistema, os assalariados europeus obtiveram um maior aprendizado com as invenções surgidas, enquanto os demais tiveram que se sujeitar às imposições dos escravistas no Novo Mundo. Mas, quanto aos rendimentos dos trabalhadores chamados livres?

Até fins do século XV, os rendimentos dos camponeses e obreiros atingiram índices importantes, como nunca antes haviam atingido. Pode-se sugerir que isto não era admissível para os estratos superiores das populações da economia-mundo, o que originou constatações de Wallerstein (1974) sobre as emergências do sistema mundial moderno – e talvez esta fosse a maior delas – qual seja, a *criação de um novo mecanismo de acumulação* para um pequeno conjunto de 5-10% do total populacional europeu partícipe da economia-mundo.

O sociólogo deixa bem claro que haviam escravos, servos, camponeses e assalariados, algo em torno de 90-95% do total da população que realmente representavam o grosso da massa trabalhadora explorada. Ele complementa, afirmando ainda que,

“adicionalmente, havia, além da nova classe de *yeomen*, uma pequena camada de pessoal intermediário – supervisores, artesãos e especializados – e uma *estreita camada de dirigentes*, ocupadas em supervisionar grandes áreas, em administrar importantes instituições sociais, e, em alguma medida, promover o próprio lazer. Este último grupo incluía, a nobreza, o patriciado burguês, o clero cristão e a burocracia estatal.” (Wallerstein, 1974, p.91)

Carlos R. de Oliveira (2003), sobre a transição do feudalismo ao capitalismo, coloca que arrendatários e parceiros constituíram o tipo mais bem conhecido na estrutura de produção agrícola no período da dita transição. Aos poucos, o campesinato vai passando à condição de assalariado. No âmbito das relações de trabalho, o corporativismo medieval vai sendo eliminado na Europa, precisamente e somente, no século XVIII. Este fenômeno de cunho transitório não aconteceu, evidentemente no Brasil, mas é significativo, pois mostra bem que o novo sistema é mutante, é eclético, é flexível. E não será diferente na colônia brasileira.

Voltando ao debate das relações sociais do século XV e com respeito a economia-mundo no longo século XVI, a tese do sistema mundial levanta importantes questões sobre a divisão do trabalho, onde o autor afirmou: “Por que diferentes modos de organização do trabalho – escravatura, “feudalismo”, trabalho assalariado, auto-emprego – coexistindo numa mesma época no seio da economia-mundo? *Porque cada modo de controle de trabalho se ajusta melhor a tipos de produção particulares.*” (Wallerstein, 1974, p. 92)

Immanuel Wallerstein continuando, nos alerta:

“E por que estavam estes modos concentrados em zonas diferentes da economia-mundo – escravatura e “feudalismo” na periferia, trabalho assalariado e auto-emprego no centro e, como iremos ver, parceria na semiperiferia? Porque as formas de controle de trabalho afetam significativamente o sistema político (em particular a força do aparelho de Estado) e as possibilidades de uma burguesia indígena prosperar.” (Wallerstein, 1974, p. 92)

Ele afirma ainda que, “para que o sistema capitalista visse a luz do dia e assegurasse o seu fluxo de excedentes, a economia-mundo baseava-se no fato de que existiam estas três zonas e que possuíam diferentes formas de controle de trabalho.” (Wallerstein, 1974, p. 92)

Contudo, esta abordagem refere-se a economia-mundo europeia no longo século XVI. Mas, e quanto ao contexto americano? É certo que o trabalho predominante na América foi o *compulsório*, a princípio em duas formas específicas, tais como: o *trabalho forçado* hispânico e o *trabalho escravo* português. Já, os colonos luso-espanhóis concorriam a dois tipos de trabalho, quais sejam, o auto-emprego e o assalariamento. Conforme **Wallerstein** (1974), os nativos da América espanhola que se sujeitaram a trabalhar sob a supervisão dos colonos, também sofreram sanções jurídicas discriminatórias, embora sua força de trabalho não era considerada escrava, apesar dos maus tratos.

No Brasil, com a forte oposição dos jesuítas à escravidão indígena, os colonos portugueses recorreram ao tráfico negreiro permanente desde o início da colonização. Para tanto, estabelecia-se na América portuguesa uma relação jurídica mais objetiva do que a relação da *encomienda* espanhola, pois todo e qualquer trabalhador cativo estaria aprisionado e subordinado diretamente ao senhor, e, evidentemente, sem nenhum tipo de direito.

Estas relações, além de outros aspectos, teriam mantido a economia-mundo como um todo orgânico, consolidando inclusive o escravismo na América. Assim, conforme concepção baseada em historiadores europeus, afirmou-se que a *economia-mundo* “envolve apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações internas conferem certa unidade orgânica.” (**Braudel**, 1998, p.12)

Diante destas explicações, no próximo item será debatido, como o trabalhador escravo africano chegou ao Brasil através das deliberações de Portugal. Tal poder decisório vinculava um tipo de produção, o mais rentável possível para a sua colônia americana neste século XVI, qual seja, a atividade açucareira em larga escala associada à mão-de-obra escrava. Também deverá ser tratado, a complexa cadeia mercantil do açúcar luso-brasileiro, a ser imposta na nova terra, bem como a adoção do trabalho compulsório no âmbito das relações sociais conduzidas pelos senhores de engenho.

2.2 O trabalho escravo no Brasil patriarcal-açucareiro

Desde a década de 1440 já existiam trabalhadores africanos sudaneses em Portugal e nas ilhas atlânticas, trazidos da África para produzirem principalmente açúcar e vinho. Logo, a bem sucedida experiência lusitana, quanto a sua empresa açucareira nas ilhas atlânticas, acenou para a idéia de um empreendimento similar na nova terra de Portugal na América. Para tanto, a opção mais plausível para o suprimento de mão-de-obra foi a do trabalho escravo. *A posteriori*, os povos agrícolas bantos das florestas tropicais do centro-sul africano, em especial de Angola, viriam compor o panorama populacional escravista na América portuguesa.

Para tanto, os capitais envolvidos possibilitariam o retorno com fins de manter o tesouro lusitano e a acumulação genovesa ameaçada pela concorrência de outros centros financeiros formados desde o século XIV, tais como: Veneza e Antuérpia. Conforme **Braudel** (1998), posteriormente à hegemonia de Gênova, os maiores centros concorrentes viriam a ser Lyon, Amsterdã e Londres.

2..2.1 - A cadeia mercantil do açúcar e a energia verde que governa

Nem sempre temos presente que capitalismo como sistema se fundamenta no que Wallerstein e Hopkins denominaram “cadeias mercantis” (*commodity chains*), termo que procura designar aquilo que é o fio desta rede que chamamos economia-mundo capitalista. Com este conceito os autores designam “processos produtivos interligados que têm cruzado múltiplas fronteiras e que sempre apresentaram dentro deles diferentes formas de controle do trabalho.” (**Wallerstein**, 2000, p.221) Logo, fazendo uso de uma metáfora biológica, diríamos que as cadeias de mercadorias são as veias por onde circula o sangue deste organismo. Nesta comparação o sangue seria o lucro que vai dos órgãos periféricos aos centrais deste hipotético corpo humano. Para demonstrar a existência, já nos séculos XVI, XVII e XVIII, de uma economia-mundo capitalista, Wallerstein e Hopkins partem da seguintes indagações: Em que medida, os processos produtivos das diferentes jurisdições políticas e áreas geográficas eram partes integradas de uma complexa divisão do trabalho em escala mundial, marcada por fases de expansão e contração?

Em seguida afirmam ainda que, do

“conhecimento das mudanças na localização e nos tipos de produção de mercadorias entre (e verdadeiramente mesmo dentro) os séculos 17 e 18 em oposição ao 19 e ao 20, emerge uma segunda questão: Quais foram exatamente as maiores mudanças na produção de mercadorias que ocorreram como parte da hipotética reestruturação periódica da divisão do trabalho em escala mundial?” (Wallerstein, 2000, p.223)

Para responder estas perguntas, os autores consideraram necessário, “construir e seguir relações entre processos produtivos através do tempo e do espaço.” Para tanto, utilizaram o conceito de *cadeias mercantis* ou *cadeias de mercadorias*, que “se refere a uma rede de trabalho e de processos produtivos cujo resultado final é uma mercadoria.” (Wallerstein, 2000, p.223)

A vantagem deste método sobre o procedimento alternativo e mais usual de seguir os fluxos econômicos entre as “economias nacionais”, poderia realmente mostrar o comércio interações, mas dificilmente permitiria evidenciar a “totalidade dos fluxos ou movimentos que revelam a real divisão do trabalho, e por isto, a integração do trabalho em processos produtivos complexos.” O conceito de cadeias mercantis possibilita ainda: “(1) chegar diretamente à questão da existência de uma divisão do trabalho complexa e de alternativas econômicas reais em cada ponto da cadeia”; e (2) examinar os argumentos (*claims*) a respeito da interdependência transnacional das atividades produtivas.” (Wallerstein, 2000, p. 224)

Para os fins desta dissertação, interessa destacar que através da reconstituição da cadeia mercantil do açúcar poderemos mostrar como o território brasileiro foi incorporado à economia-mundo ao tempo que incorporou o trabalho escravo.

Neste sentido, **Gorender** (1978) argumenta que a Corte Portuguesa não tinha grande interesse na produção açucareira no Brasil, do qual se esperava que fornecesse ouro. Por isso pressionava os *donatários* para que se dedicassem à procura do precioso metal, o que explica porque Duarte Coelho, o mais bem sucedido *donatário*, “teve desatendidos pela Corte lisboeta seus reclamos de meios materiais para consolidar os engenhos de açúcar instalados em Pernambuco.” (Gorender, 1978, p.143). Além de preferir fornecer escravos às possessões espanholas, prejudicando os colonos estabelecidos no Brasil, a Coroa Portuguesa, ainda em 1600, taxava em 20% o açúcar brasileiro. Então, o que fez Portugal mudar de opinião?

Na economia-mundo, “as cotações do açúcar subiam vertiginosamente no mercado internacional, aumentando seis vezes no correr do século XVI. O impulso advindo do mercado foi respondido pelos colonos e pelos mercadores, que os financiavam e comercializavam sua produção.” (**Gorender**, 1978, p.144)

Apesar deste inegável sucesso inicial lusitano na primeira metade do século XVI quanto à produção do açúcar nas suas ilhas atlânticas e depois no Brasil, **Maurício Goulart** (1975) identificou uma interferência inglesa em 1553, a partir de relatos do governador da Ilha da Madeira comunicando a presença de pequena frota que conduzia 300 soldados. Ele complementa ainda, inclusive sobre o *tráfico de escravos* para a produção canavial que,

“para Portugal, entretanto, que há século e meio se inania em descobrimentos e conquistas, esse, de julho de 1553, era apenas e desgraçadamente o começo de uma longa e dolorosa história, que acabaria por arrebatá-lo, em benefício de holandeses, franceses e ingleses, mas, sobretudo, em proveito destes últimos, os lucros e vantagens da exploração do tráfico de escravos nas costas africanas.” (**Goulart**, 1975, p. 59)

Na sequência, **Goulart** (1975), após ter constatado que a Inglaterra desde o século XIV, teria compreendido a importância vital do domínio das águas, acrescentou que,

“há sempre, na história da Inglaterra, fixando-lhe o caráter, marcando-lhe os contornos, uma estranha companhia de cruzados e mercadores. Nem só o sonho desatento da realidade, nem só o escopo desmedido de lucro, despreocupado de conveniências éticas, mas, ao contrário, sempre a coexistência de ambos, como uma constante da vida nacional. Penso que é esse o traço que diferencia a história da Inglaterra da dos demais povos modernos, que é esse o equilíbrio que lhe dá a vitória, nos séculos seguintes aos *descobrimientos*, sobre as quatro nações marítimas suas rivais, primeiro Portugal e Espanha, depois a Holanda, finalmente a França.” (**Goulart**, 1975, pgs.61-62)

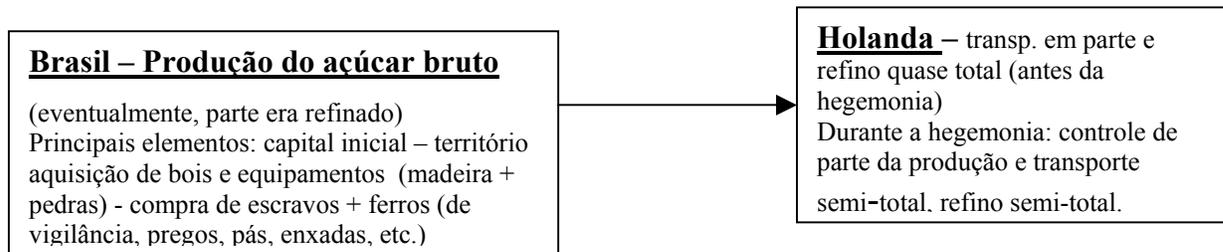
Completando o exposto, **Wallerstein** (1974) retratou que, enquanto os espanhóis teriam organizado um regime de produção dos tipos “encomienda e hacienda”¹² para a sua América, os portugueses estruturaram um outro tipo de produção e relação de trabalho; seriam as capitanias hereditárias, que compuseram um sistema colonial donatário para a produção da cana de açúcar.

¹² Conforme **Wallerstein** (1974, vol.I, p.190), *encomienda* corresponderia às primeiras grandes propriedades na América espanhola. Seg. os Stein, a *hacienda* seria uma propriedade de grandes dimensões para cereal ou gado, cujos produtos eram consumidos localmente nos centros mineiros ou em grandes áreas urbanas como a Cidade do México e Lima.

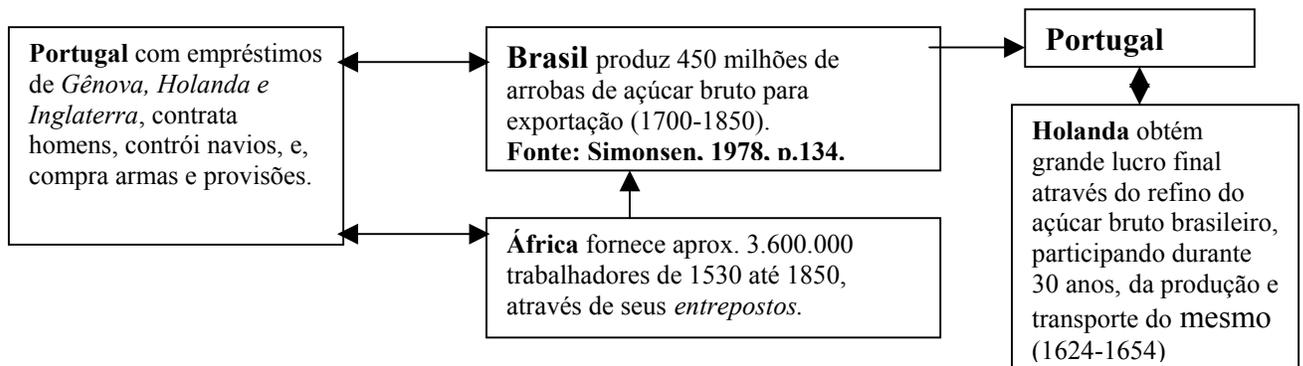
Nos diagramas abaixo pode-se ver como a cadeia mercantil do açúcar abarcava os três continentes, constituindo-se de fato numa cadeia mundial. Convém ressaltar que nestes diagramas simplificados e nos gerais da próxima página ainda não aparecem os consumidores finais do produto em questão.

1) A rede dos nódulos de produção do açúcar

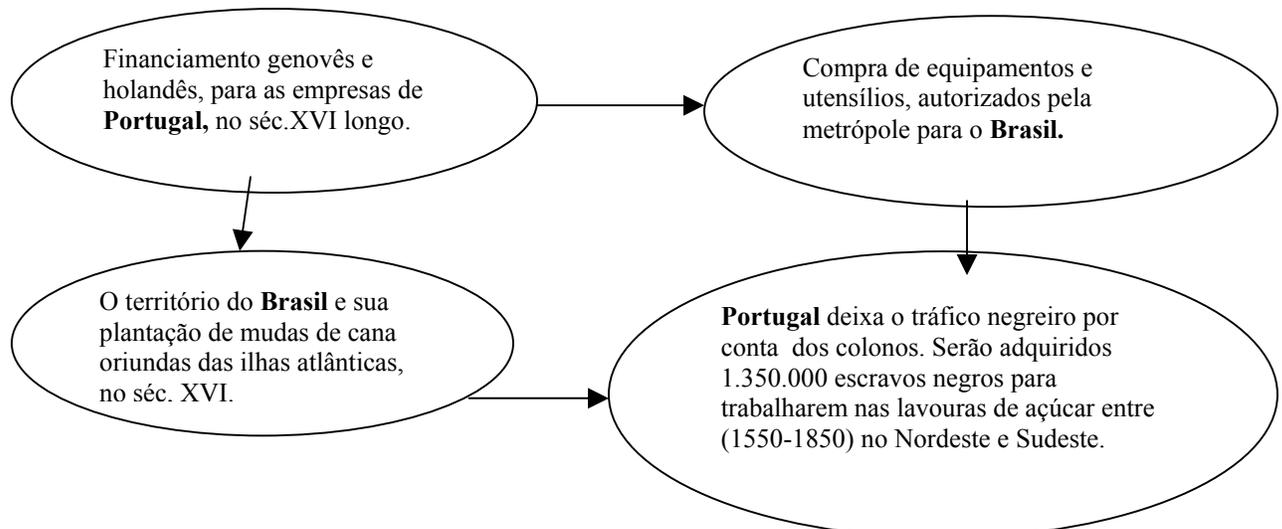
1º diagrama simplificado: *Brasil* → *Holanda*



2º Diagrama simplificado: *Portugal – África – Brasil – Holanda*

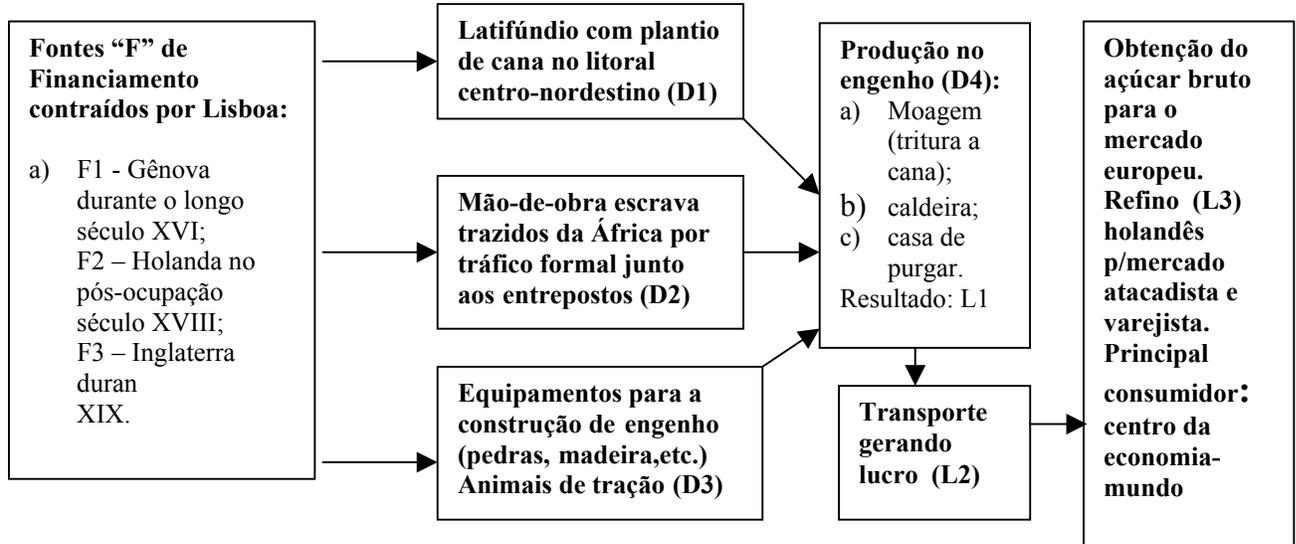


3º Diagrama simplificado: *o processo de produção açucareira no Brasil*

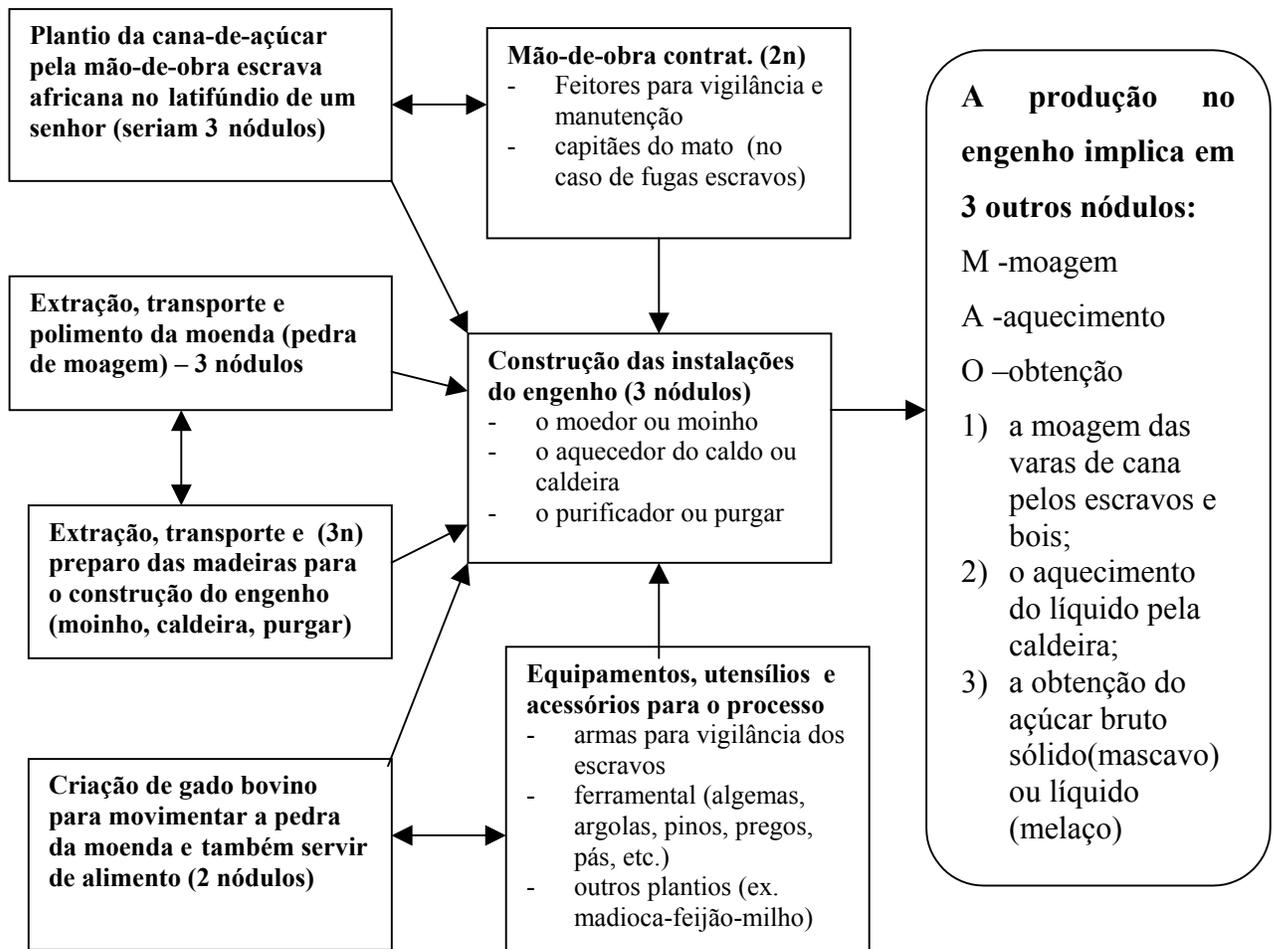


2) Localização dos nódulos da cadeia mercantil do açúcar

1º diagrama geral: síntese das fases do processo global de produção

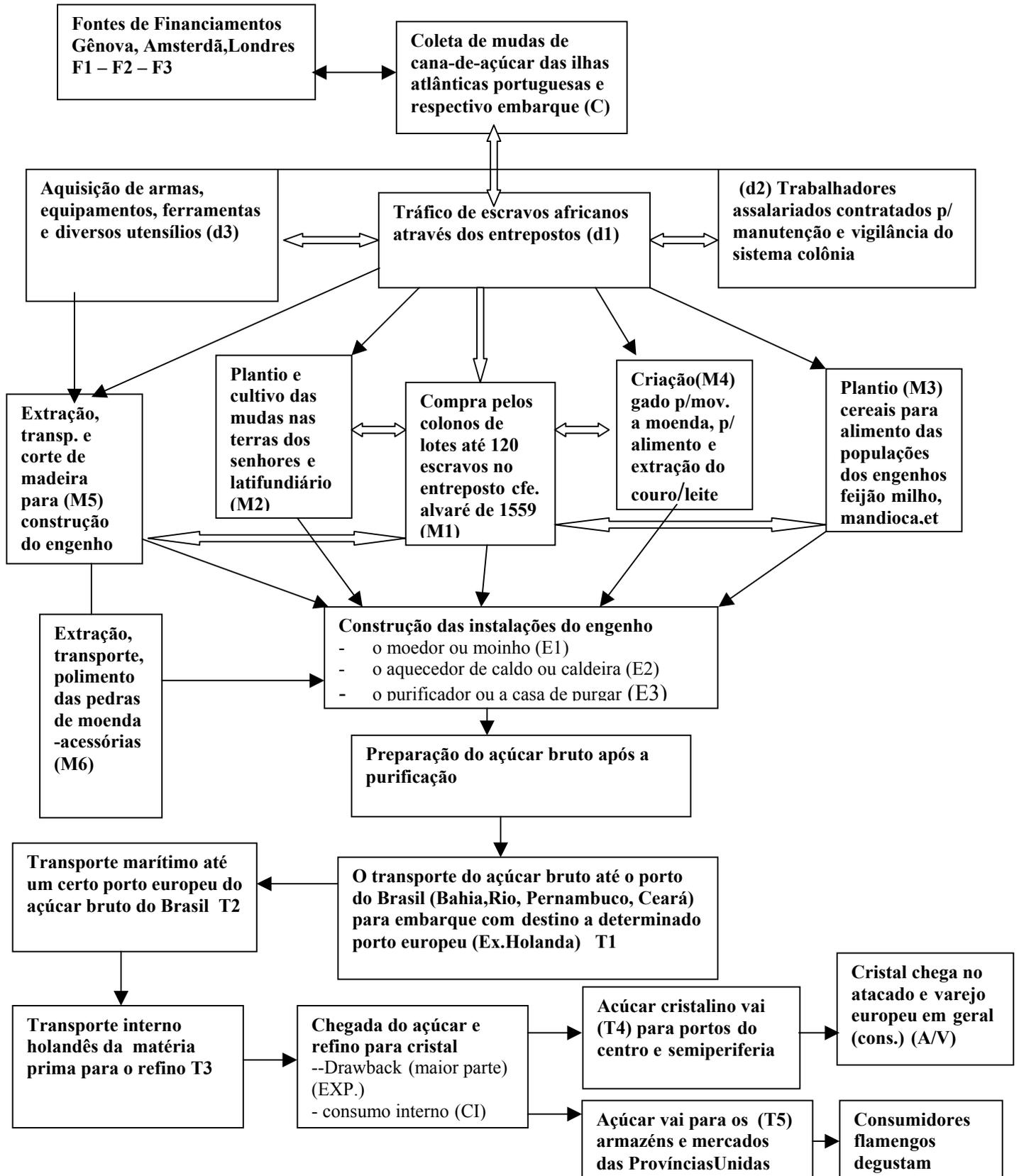


2º diagrama geral: os nódulos diretos da produção açucareira



3) Cadeia mercantil do açúcar brasileiro (1550-1850)

Fontes: Wallerstein (1974), Goulart (1975), Gorender (1978), Caio Prado (1962).



Visando explicar o último diagrama visto acima, foi elaborada uma breve análise da cadeia mercantil do açúcar brasileiro, baseado em pressupostos do capitalismo histórico, onde **Wallerstein** (1995) defendeu que o *desenvolvimento histórico do capitalismo envolveu o impulso de mercantilizar tudo*. A partir desta premissa, ele argumenta que não bastava mercantilizar os processos sociais, sendo os processos de produção vinculados uns aos outros através de *cadeias mercantis* complexas e hierarquizadas entre si.

Assim sendo, constatou-se que nos escritos – Commodity Chains – há um complemento ao acima referido quando seus autores sustentaram: “By commodity chain we mean , a network of labor and production processes whose end result is a finished commodity.”¹³ (**Hopkins and Wallerstein**, 1986: 159) Verifica-se a ênfase aos termos trabalho e produção, associados a uma rede visando um resultado final. No raciocínio da moderna *produção de capital*, e, seguindo a lógica da sequência desde o investimento e seu respectivo financiamento, passando pelas contratações, controle de produção e logística, análise de concorrência, propaganda, enfim, até a chegada do produto ou mercadoria ao consumidor final, as empresas ou os grupos comprometidos na referida rede mercantil, irão por fim, a partir da maximização de lucro, buscar *uma orientação nova no sentido do monopólio*.

Em relação ao exposto, tal orientação – a do monopólio de transporte ultramarino – foi pretendida por Portugal, com relação à produção do açúcar brasileiro, durante todo o século XVI e até mesmo durante as hegemonias *holandesa e inglesa*. A partir daqui, podemos argüir a respeito de uma adequada interpretação do diagrama preliminar da rede mundial do açúcar em questão, sendo que duas perguntas importantes fizeram-se necessárias para a composição mais detalhada do mesmo, sobre a cadeia mercantil do açúcar brasileiro: *Onde iniciaria a rede, e, como a mesma terminaria?*

Dessa forma, optou-se pela coerência e evitou-se o caminho mais fácil da produção *in situ*. A responsabilidade científica arrastou ao caminho dos mecanismos lógico-dedutivos por meio de diagramas, com base no conceito de cadeia mercantil de Hopkins e Wallerstein (1986); também foi importante a contribuição do ensaio sobre capitalismo histórico e civilização capitalista, de **Wallerstein** (1995).

¹³ No trabalho intitulado “*Commodity Chains in the Capitalist World-Economy Prior to 1800*”, verifica-se conceito de cadeia mercantil por Hopkins e Wallerstein (1986), como sendo uma rede de trabalho e produção visando resultado final mercadológico. Para tanto, se estabelece uma complexa rede hierarquizada combinando várias formas de trabalho.

Para tanto, a cadeia mercantil em questão deveria iniciar no *investimento do senhor* de engenho, em plantio, escravos, assalariados, equipamentos em geral, e, por fim, a *produção do açúcar* para o mercado europeu, o *diagrama* elaborado e inspirado nas dignas fontes citadas, seria dispensável. Contudo, a partir da teoria sobre acumulação financeira capitalista de **Arrighi** (1996) e das análises a respeito das origens do capitalismo de **Wallerstein** (1974), constatou-se que a grande *rede mercantil açucareira*¹⁴ do longo século XVI braudeliano, começou no financiamento genovês contraído por Portugal, quando os portugueses resolveram iniciar efetivamente, *o processo de colonização do Brasil*, isto entre 1516 e 1530. Já perfazia um século que Gênova abastecia a Europa, em termos de finanças.

Dessa forma, com base nestes pressupostos, procurei efetuar códigos alfanuméricos no diagrama, no sentido de simbolizar os nódulos de produção com rápido explicativo dentro das células, a começar pelo financiamento genovês acima descrito – *FI* – cujas somas teriam se processado aproximadamente entre 1520 até 1620, o que coincide com o final do *ciclo genovês de acumulação*. Após este período, seria a Holanda, a condutora dos fluxos de capitais europeus.

A corte lusitana, de posse dos numerários *D*, iria tomar a iniciativa de proceder com a aglutinação do conjunto de fatores econômicos *terra-trabalho-produção-lucro*, necessários a um futuro entesouramento da metrópole. Seriam os chamados *inputs-outputs* associados com objetivo de formar o tão esperado “*value-added*”, valor este, na sua maior parte, distribuídos entre os grandes mercadores e os membros da corte lusitana.

Logo, sem entrar no mérito do parasitismo generalizado das cortes europeias, as mesmas foram demasiado perspicazes ao eleger os aventureiros certos, para a empreitada das conquistas do Novo Mundo, o que possibilitou a formação destas primeiras cadeias mercantis.

Assim, as mercadorias “*M*”, dispostas em quadros tipo células e chamadas de “*boxes*” por Terence Hopkins e Wallerstein (1986), devem ter sido idealizadas das mais diversas maneiras naqueles tempos, dependendo da iniciativa de cada estado-nação. Segundo estes autores, cada *box* corresponde a um processo de produção específico. Foi seguida esta linha. No entanto, poderia ser esmiuçado ainda mais o conjunto de procedimentos.

14 **Wallerstein (1995)** no ensaio “*Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista*”, apresenta um conceito diferente do anterior, quando afirma: “Consideremos, por exemplo, um item de vestuário, um bem amplamente produzido e vendido ao longo da experiência histórica do capitalismo. Para produzi-lo, são necessários, no mínimo, tecido, linha, algum tipo de máquina e força de trabalho.”

Foi considerado importante o toque literário dentro dos fluxogramas. Também não devemos esquecer do *aparato estatal*, cujo poder decisório da política econômica das nações garantia a funcionalidade do sistema-mundo. Este conjunto de ações, que irá por em prática em prazos variáveis, a construção e o funcionamento dos engenhos de açúcar no Brasil, bem como as redes de transporte do produto em geral, refino no *centro* e consumo no resto do contexto europeu; a longo prazo, teria garantido o sucesso das grandes empresas açucareiras portuguesa e holandesa. A primeira, com sucesso devido ao grande *lucro na produção e transporte*, enquanto a segunda teria seu maior *lucro no refino e distribuição*.

Em outro diagrama mais específico, deveria constar como os lucros foram obtidos de maneira clara e objetiva. Também poderia ser realizado, a composição de novas células, visando especificar mais os nódulos, talvez evitando maiores explicações dentro dos quadrinhos. Face ao exposto, finalmente observou-se dois tipos de consumidores finais: 1) a população das Províncias Unidas; 2) a população do resto da Europa (mercado externo do açúcar refinado holândes).

2.2.2 *Crise na semiperiferia e a União Ibérica: impactos no Brasil colonial*

De acordo com **Wallerstein** (1980), a partir do final do século XV, a Espanha adotou uma dura política externa face à expulsão definitiva dos árabes e dos mouriscos descrita na teoria do sistema mundial, fazendo frente às pretensões ultramarinas lusitanas e despertando idéias no sentido de anexar toda a Península Ibérica em um único estado castelhano. A obra em questão explora bem o quanto falhou o estado hispânico, pela sua política xenofobista interna e, pela sua direção beligerante externa. Assim sendo, durante todo o longo século XVI, a Espanha, embora houvesse incorporado vastas novas áreas na América em especial, assistia seu império declinar na Europa, apesar da anexação de Portugal em 1580, e de sua influência na região de Flandres.

Diante disto, um novo quadro político se apresenta na colônia do Brasil, originado este por uma mal sucedida campanha militar portuguesa no norte da África, em 1578, que descrito por **Wallerstein** (1980), expressa bem o significado da derrota lusitana frente aos marroquinos em Alcácer Quibir, com a morte do jovem rei Dom Sebastião que não tinha herdeiros.

Assim, o rei espanhol Filipe II, alegando parentesco, reivindicou o trono português e, em seguida, ocupou Portugal e aos poucos foi exercendo seu domínio em todas as colônias de Lisboa, principalmente a maior delas, o Brasil. Os excedentes coloniais da metrópole lusitana seriam compartilhados por Madrid.

Como foi dito anteriormente, as formas capitalistas na Europa no final do longo século XVI vinham adquirindo sua consolidação. Daí que o autor da *tese sistêmica mundial* nos apresenta a emergência de um novo quadro econômico de ação no século XVI, sendo a economia-mundo baseada em métodos capitalistas, implicando em uma divisão do trabalho produtivo tendo em consideração a economia-mundo como um todo. As relações de produção dizem respeito às relações do sistema como um todo.

A estas alturas, na Europa ocidental, o trabalho livre viria a ser uma característica definidora do capitalismo, mas não o *livre* em todas as empresas produtivas. Segundo **Wallerstein** (1974), enquanto o *trabalho livre* vem a compor as formas de controle especializadas nos países centrais, o *trabalho coercivo* seria utilizado para formas menos especializadas nas áreas periféricas. Logo, na tese do sistema-mundo temos que, “a combinação destas duas formas gerais é a essência do capitalismo.” (**Wallerstein**, 1974, p.129)

É possível supor que, Portugal e Espanha, não combinando estas formas, perderam o domínio econômico para o centro. No Brasil, a forma predominante foi o trabalho compulsório escravista, em primeiro sobre o nativo e, em seguida, sobre o africano.

Com a interferência dos jesuítas contra a escravidão indígena, os portugueses passaram a intensificar o tráfico de escravos através da África, a medida que a população da colônia aumentava e as diversas outras atividades – além da citada cadeia mundial do açúcar – iriam se ampliando, em decorrência das necessidades do semiperiférico Portugal e dos seus compromissos comerciais e financeiros junto às potências hegemônicas do centro.

Para tanto, as principais atividades alternativas (também chamadas de atividades acessórias, conforme mostrado nos diagramas da cadeia mundial do açúcar) nos séculos XVII e XVIII foram: a pecuária do gado bovino e equino principalmente; o cultivo das drogas do sertão da região amazônica; os cultivos de mandioca, milho, feijão e, posteriormente o algodão para exportação.

Todas estas atividades, determinadas pela metrópole portuguesa, desta feita influenciada por sua vizinha semiperiférica Espanha durante os sessenta anos da União Ibérica (1580-1640), e também pelo centro do sistema-mundo que vinha se consolidando no noroeste europeu, viriam a compor o panorama econômico do Brasil-colônia; tal sistema alicerçou-se sobre a reconstrução européia dos *escombros do feudalismo* das teorias de **Caio Prado**, e que resultou em uma agricultura mais técnica, mais projetada e com mão-de-obra mais especializada nas áreas centrais da economia-mundo.

Visando encerrar este primeiro conjunto de análises, poderíamos constatar a relevância de uma 1ª fase de estruturação colonial brasileira, que terminaria no ano de 1580, representativo da historiografia brasileira e dos povos ibéricos. Logo, a estrutura econômica inicial do Brasil viria a ser parte de um sistema maior, que tinha centro decisório na Europa ocidental, e mais estritamente, no final deste século, no noroeste europeu em torno da Flandres.

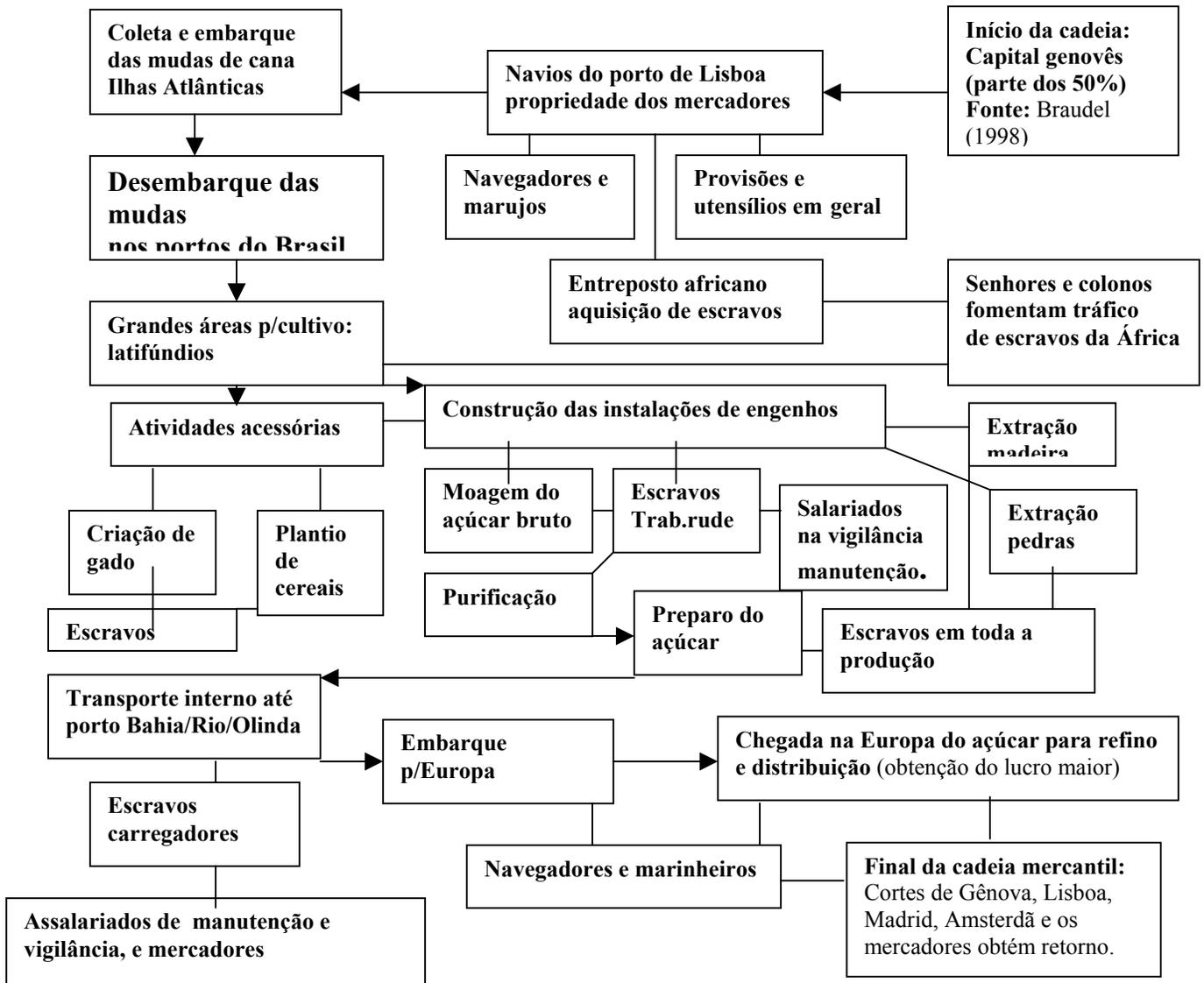
Dessa forma, antes de estabelecermos os primeiros elos de ligação entre a formação da economia-mundo e o estágio inicial do trabalho escravista no Brasil, deverá ser verificado a concretização da cadeia internacional do açúcar no último quartel do século XVI, com um diagrama simplificado, bem como uma rápida explanação preparatória para nossa próxima unidade, onde o *século do açúcar, a União Ibérica e a consolidação do sistema-mundo*, irão roubar a cena.

Em especial, o cenário da *União Ibérica* contraria o recorte da tese de **Braudel** (1998) quando o mesmo afirmou categoricamente que Portugal fora uma potência autônoma e livre em suas decisões. No entanto, conforme a teoria dos ciclos de acumulação de **Arrighi** (1996) foi possível perceber que sem os capitais genoveses muito pouco os demais povos europeus (principalmente, os ibéricos) teriam realizado além-mar.

Foi interessante observar também que, não houve de fato uma *União Ibérica*, mas sim uma expansão dos domínios hispânicos sobre o império lusitano, expansão esta que iria dar acesso à cadeia mercantil do açúcar português, bem como um maior controle sobre o tráfico de escravos africanos que também se expandia em praticamente toda a América.

Quanto ao objetivo maior dos espanhóis, havia sido até então (século XVII), mais restrito à extração de metais preciosos, essencialmente na Nova Espanha e no Peru.

Diante disto, em relação à concretização da cadeia mundial mercantil do açúcar luso-brasileiro como sendo a espinha dorsal das estruturas do Brasil-colônia nos seus dois primeiros séculos de existência, simplificando o último diagrama visto anteriormente, obteríamos de início o capital genovês sendo captado pelos mercadores de Lisboa, vendo-se abaixo: *a cadeia mercantil do açúcar conforme pressupostos de Hopkins & Wallerstein (1986).*



Neste diagrama, observa-se no final que, o resultado financeiro da rede açucareira retorna às origens, quais sejam, as metrópoles ibéricas, a cidade-estado de Gênova e, posteriormente, a capital das Províncias Unidas – Amsterdã. Esta última, ainda seria até fins do século XVIII, o principal centro de acumulação financeira da economia-mundo européia.

Finalmente, após estas abordagens de âmbito mais geral, será efetuada a devida sequência no próximo capítulo, *ao século do açúcar no Brasil*, referido por Charles Boxer e transcrito em **Wallerstein** (1974), que compreende ao período 1580-1680. Houve grande expansão da atividade açucareira no periférico Brasil nesta época, enquanto na Europa a economia-mundo preparava sua consolidação, embora a mesma apresentasse estagnação em alguns setores, o que levou às nações européias a se rearticular em termos de política econômica, articulação esta que provocou uma nova corrida mundial, desta vez a *da mineração*.

Afinal de contas, os custos do *regime senhorial* que desmoronava de vez na Europa do século XVI e da implantação de um novo sistema mundial, considerado mais moderno tanto por seus dirigentes quanto pelos estudiosos, havia chegado a seu limite máximo suportável.

2.3 A ligação entre o início do escravismo no Brasil e a economia-mundo

Nesta etapa, será avaliado o início da colonização portuguesa no Brasil e as interferências das nações européias, nas abordagens de Luiz Alencastro e Celso Furtado. Deste modo, o subtítulo – *Formação do Brasil no Atlântico Sul* – da obra “O Trato dos Viventes” deixaria qualquer leitor de História intrigado, como admite o próprio autor quando escreve que, “ora, a idéia exposta neste livro é diferente e relativamente simples: a colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola.” (Alencastro, 2000, p. 9)

Dessa forma, sobre *o aprendizado da colonização*, o historiador expõe também que,

“ancorados em três continentes, às voltas com comunidades exóticas, os conquistadores ibéricos enveredam por caminhos vários para se assegurar do controle dos nativos e do excedente econômico das conquistas. Nem sempre esses caminhos entroncam na rede mercantil e no aparelho institucional reinol. Por isso, antes mesmo do término do século dos Descobrimentos (1450-1550), as metrópoles reorientam as correntes ultramarinas a fim de colonizar seus próprios colonos.” (Alencastro, 2000, p.11)

Complementa ainda que, “mesmo nos lugares onde a relação de forças se afigurava favorável aos invasores europeus, não adiantava cair matando: a escravidão e outras formas de trabalho compulsório facilitavam do domínio dos nativos, (.....).” (Alencastro, 2000, p. 11)

Para tanto, nesta primeira ligação entre sistema-mundo e escravismo brasileiro, o período aqui abordado deverá ser 1516-1578, que vai do ano provável do primeiro tráfico de escravos para o Brasil até o embate de Alcácer-Quibir entre portugueses e marroquinos no noroeste africano. Logo, antecipando conclusão aos eventos que foram interligados neste capítulo, constatou-se que houve duas interferências externas significativas nesta época no Brasil.

A primeira corresponde à concepção braudeliana do discreto domínio de Gênova, que limitou-se basicamente a financiar as expedições ibéricas no Atlântico e participando de algumas poucas aventuras comandadas principalmente por Américo Vespúcio, na primeira década da descoberta da Terra de Santa Cruz.

A segunda interferência foi mais direta, ou seja, após um longo período de eventuais expedições de corsários franceses visando, além de alguns saques, a negociação do pau-brasil com indígenas, finalmente efetivou-se a fundação da *França Antártica* em 1555 no Rio de Janeiro que funcionou até 1567. Assim, na história econômica brasileira, verificou-se que,

“o início da ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações européias. Nestas últimas prevalecia o princípio de que espanhóis e portugueses não tinham direito senão àquelas terras que houvessem efetivamente ocupado. Dessa forma, quando, por motivos religiosos, mas com apoio governamental, os franceses organizam sua primeira expedição para criar uma colônia de povoamento nas novas terras – aliás a primeira colônia de povoamento do continente -, é para a costa setentrional do Brasil que voltam as vistas.” (Furtado, 2003, p.12)

Celso Furtado (2003) acrescenta ainda que os portugueses acompanhavam os movimentos dos franceses, pois

“até pelo suborno atuaram na corte francesa para desviar as atenções do Brasil.” Continuando, ele admite que “tornava-se cada vez mais claro que se perderiam as terras americanas a menos que fosse realizado um esforço de monta para ocupá-las permanentemente. Esse esforço significava desviar recursos de empresas muito mais produtivas no Oriente. A miragem do ouro que existia no interior das terras do Brasil – à qual não era estranha a pressão crescente dos franceses – pesou seguramente na decisão tomada de realizar um esforço relativamente grande para conservar as terras americanas.” (Furtado, 2003, p. 12)

Afinal de contas, houve então de fato, uma relação importante entre este conjunto de eventos da economia-mundo com o escravismo recém adotado no Brasil?

De fato, houve uma relação, mas não diretamente com o escravismo neste estágio inicial. Tal relação somente poderia se estabelecer em função de um processo de colonização inicial. Então perguntaríamos: Qual a relação entre o início da colonização no Brasil e a economia-mundo? Assim, no século XVI, o tráfico de escravos foi, conforme dados de Philip Curtin (in **Alencastro**, 2000), de pouca expressão se comparado com os outros três séculos seguintes, pois apenas algo em torno de 10 mil escravos chegaram da África para o Brasil no período 1551-1575, e de 40 mil no máximo no último quartel do séc. XVI, para trabalharem nas primeiras lavouras e engenhos de açúcar montados ao longo do litoral do nordeste e do sudeste brasileiro.

Assim, voltando à questão das imposições externas, durante o longo século XVI, Gênova exerceu na economia-mundo, o que **Braudel** (1998) considerou como um discreto domínio. Logo, as interferências genovesas sobre Portugal e Espanha, e, na seqüência sobre o Brasil colonial, estiveram restritas ao plano financeiro e às incursões ultramarinas de *Vespúcio e Colombo*. Evidentemente, estas discretas interferências não tiraram o brilho navegador genovês e nem tão pouco sua enorme capacidade de acumular capitais. Prova disto teria sido, segundo **Arrighi** (1996), o desenvolvimento do primeiro ciclo sistêmico de acumulação financeira que só pôde acontecer efetivamente no *estado genovês*.

Ligação importante entre as cadeias mercantis do sistema-mundo e o comércio de escravos, poderíamos constatar na tese da *formação do Brasil no Atlântico Sul*, em nota de Magalhães Godinho e Lobo Cabrera, que “genoveses, florentinos, alemães, holandeses, catalães, castelhanos e portugueses se associavam em empresas açucareiras e traficantes ao longo do século XVI, dentro e fora do espaço imperial lusitano.” (**Alencastro**, 2000, pgs.31-32)

Diante do exposto, **Robin Blackburn** (2003), após destacar as características inéditas da escravidão na América, e, que o comércio atlântico de escravos efetuou um processo de desinserção do escravo africano em um sistema inesperadamente novo de relações sociais, também argumenta que, apesar de os escravos terem sido subordinados a rígidas e novas funções, o vértice da economia atlântica disseminou novos padrões fragmentadores de riqueza e poder.

Assim, sobre a *escravidão civil e estado colonial*, este historiador afirma que, “o elo entre modernidade e escravidão fornece uma boa razão para darmos atenção ao lado obscuro do progresso.” E, ainda complementa que, “no entanto, sob vários pontos de vista, a história da escravidão nas Américas merece nossa atenção.” (Blackburn, 2003, p. 18)

Na sequência, o mesmo reforça seu recorte inicial, salientando ainda que,

“assim, seria possível concluir que os sistemas escravistas das Américas mostram, em forma primitiva, os perigos da alienação do estado em relação à sociedade civil. Mas o volume impressionante de conhecimento sobre a escravidão americana acumulado no último meio século mostra que esta seria uma conclusão bastante enganosa. A mensagem desta história, eu afirmaria, é que a dinâmica espontânea da sociedade civil também é impregnada de desastre e violência injustificada.” (Blackburn, 2003, p. 19)

Logo, reforçando a crítica, o pesquisador coloca: “Durante um bom tempo, a conjunção de escravidão, colonialismo e poder marítimo permitiu aos estados europeus mais desenvolvidos dirigir o mercado mundial em seu próprio proveito. O chamado milagre europeu dependia, na verdade, não só do controle das trocas intercontinentais como dos lucros da escravidão.” (Blackburn, 2003, p. 19)

Outrossim, tomando-se o debate sobre a ascensão do açúcar brasileiro, este historiador expõe que, “a colônia fora dividida em doze capitanias na época de sua fundação, mas o desenvolvimento de *plantations*¹⁵ só ocorreu em algumas delas, com Pernambuco um pouco à frente.” (Blackburn, 2003, p. 204)

Na sequência, Blackburn (2003) expõe quanto à interferência da França que, desde a década de 1530, navios franceses chegaram regularmente para adquirir pau-brasil dos índios, e na década de 1550 houve a tentativa do cavaleiro de *Villegaignon*, de fundar a *France Antarctique* na baía do Rio de Janeiro. Tal fundação alarmou as autoridades portuguesas.

Blackburn (2003) sobre o *desenvolvimento da economia açucareira*, complementa, que Portugal nomeou um novo governador com experiência militar. O governo de Mem de Sá (1557-1572), além da expulsão dos franceses, marcou o início da economia de *plantation* na colônia do Brasil montando dois engenhos com mão-de-obra mista de africanos e índios.

¹⁵ Seg. Blackburn, o termo *plantation* será mantido no original quando aplicado a esta forma específica de organizar a produção agrícola para fins comerciais, seguindo a tradição já estabelecida no meio acadêmico.

3 A UNIÃO IBÉRICA E A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA MUNDIAL (C.1580-1680)

3.1 O domínio espanhol sobre Portugal e a repercussão no Brasil

Este capítulo irá tratar da nova reorientação do sistema-mundo, a partir do início da decretação da União Ibérica, o que ficou conhecido na historiografia brasileira por domínio espanhol. Também deverá ser visto, a questão das consequências mais imediatas da consolidação da economia-mundo sobre as relações sociais do Brasil colonial deste período.

Logo, após estarmos convencidos, de que o Brasil *é parte de um sistema maior*, cuja formação, expansão e consolidação, ocorreram durante aproximadamente 400 anos (1450-1850), conforme os pressupostos da tese de **Wallerstein**, e, que os trabalhadores escravos no Brasil, tiveram papel decisivo na construção da economia-mundo capitalista, através de seus desempenhos na produção global do regime colonialista de nosso país, chegou-se a mais uma importante época. Afinal de contas, o período 1580-1680 foi bastante representativo tanto para a economia-mundo quanto para o Brasil através das formações comerciais estabelecidas pela *cadeia mercantil açucareira*, sendo que **Boxer** teria qualificado a referida época como, “o século do açúcar”. (in **Wallerstein**, 1980, p.164)

3.1.1 O insucesso militar português na África e a invasão da Espanha de Filipe II

Na tese do sistema mundial, sobre *as semiperiferias na encruzilhada*, o autor elabora um interessante recorte teórico-historiográfico, com relação à perda de terreno pela semiperiférica Ibéria no século XVII frente às nações do centro (*Vide anexo 4*). Para tanto, após o referido sociólogo ter examinado o espetacular fenômeno da decadência da Espanha, que se manteve oculto pelo poderio militar e pela riqueza em metais até o *final do século XVI*, ele defende que,

“foi precisamente neste momento de reorientação da economia-mundo, de uma era de expansão e inflação para uma era de estagnação, que Portugal se tornou legalmente parte integrante da Espanha – na *União Ibérica*, ou no que os portugueses chamariam mais tarde os *60 Anos de Cativo*.”
(**Wallerstein**, 1980, p.182)

Este cientista social completa o raciocínio exposto, afirmando que, “um vazio dinástico na sucessão ao trono, aliado a uma derrota militar dos portugueses, em Alcácer Quibir, frente aos marroquinos, em 1578, permitiram ao rei de Espanha entrar em Portugal à frente do seu exército e tornar-se rei de Portugal em 1580.” (**Wallerstein**, 1980, p. 182)

Entretanto, embora houvesse resistências em relação à ocupação hispânica, na sequência da explanação ele nos alerta que, “a oposição foi débil porque a União tinha algumas *vantagens* claras para os portugueses.” Sobre as *vantagens portuguesas*, baseado em pesquisador lusitano, o mesmo afirmou que, “uma era a abolição das fronteiras alfandegárias na Península, dando à Portugal acesso livre ao trigo espanhol.”¹⁶ (**Wallerstein**, 1980, p.182)

Diante disto, não foi difícil constatar que no período compreendido entre 1580 e 1640, ocorreram mudanças fundamentais na ordem mundial, tanto em termos políticos, quanto econômicos, desde o centro até a periferia. Logo, aqui será tratado, como se sucederam as principais transformações desta época, no que tange às relações sociais de produção inseridas na complexa contextualização do *sistema-mundo* capitalista, pois o mesmo vinha esboçando sua consolidação nesta época.

No tocante ao que **Wallerstein** (1980) chamou de *centro*, a Holanda preparou o início de sua hegemonia global no dito período. A Inglaterra, por sua vez, após grandes conflitos internos durante trinta anos (Guerra das Rosas, 1555-1585), alcança certa estabilidade política endógena, quando então desponta para se afirmar como mais um estado forte do centro da economia-mundo, principalmente a partir da destruição da *Invencível Armada* espanhola em 1588.

A França, apesar de também concorrer fortemente na disputa pela hegemonia da economia-mundo, tornou-se *vítima de seu próprio gigantismo* conforme **Braudel** (1998). Em contrapartida, Gênova deixa de ser economicamente hegemônica no constructo teórico de **Arrighi** (1996), em função da sua última grande crise financeira de 1627.

Em função do exposto, aqui a ênfase vem ao encontro da repercussão do domínio espanhol sobre Portugal e conseqüentemente sobre o Brasil, durante os *60 anos de cativo*, referidos por **Wallerstein** (1980).

Assim sendo, ainda seria importante frisar a respeito das invasões holandesas sobre as terras lusitanas – uma extensão da *guerra hispânica-flamenga* - a verdadeira razão por detrás das mesmas, qual seja, o controle da produção e do comércio internacional do açúcar, através do desdobramento das cadeias mercantis.

¹⁶ Esta vantagem portuguesa foi referida pelo estudioso **Oliveira Marques**, 1976, I, 308. (in **Wallerstein**, vol.II, 1980, p.182)

Os flamengos visavam no final do longo século XVI, o comando da produção e do transporte do açúcar das Américas, desde o Suriname até o litoral sul da Bahia de hoje. Os mesmos já detinham a *técnica do refino do açúcar da cana*.

Apesar da hegemonia holandesa, do domínio espanhol e das eventuais ações de corsários franceses e ingleses, os lusitanos conseguiram consolidar sua atividade açucareira no Brasil durante o século XVII.

3.1.2 A afirmação da cadeia mercantil do açúcar português perante o mundo

Ao analisar os *fatores do êxito da empresa agrícola*, **Furtado** (2003) destaca:

“Um conjunto de fatores particularmente favoráveis tornou possível o êxito dessa primeira grande empresa colonial agrícola européia. Os portugueses já haviam iniciado há algumas dezenas de anos a produção, em escala relativamente grande, nas ilhas do Atlântico, de uma das especiarias mais apreciadas no mercado europeu: o açúcar.” (**Furtado**, 2003, p.15)

Desde à conquista de Ceuta no norte africano, em 1415, e das ilhas atlânticas nas décadas subsequentes, os lusitanos obtiveram maior acesso, tanto no continente africano quanto no americano. Dessa forma, não foi difícil para os portugueses, obter escravos na costa noroeste africana durante o século XV, no sentido de abastecer a carência de mão-de-obra rudimentar em sua metrópole, e, em suas ilhas atlânticas onde o açúcar começou a ser cultivado na década de 1440.

A partir destas explicações, ao analisarmos a história econômica brasileira, poderíamos constatar argumentos de **Prado Jr.** (1962), sobre a *expansão da colonização*, quando nos afirma que,

“de 1580 a 1640 a Coroa portuguesa esteve reunida à da Espanha. O Reino de Portugal não foi englobado na monarquia espanhola; embora sob a dominação do mesmo monarca, conservou sua autonomia, sendo governado por um Vice-Rei em nome do soberano espanhol. Foi um período sombrio da história portuguesa. Descuraram-se por completo seus interesses, e o reino teve de participar da desastrosa política guerreira dos Habsburgos na Europa, contribuindo para ela com gente e avultados recursos. Portugal sairia arruinado da dominação espanhola: a sua marinha destruída, o seu império colonial esfacelado.” (**Prado Jr.**, 1962, p.49)

Caio Prado Júnior (1962), na sequência, coloca que boa parte das possessões portuguesas foram ocupadas pelos Países-Baixos e pela Inglaterra. Sobrariam aos lusitanos, seu antigo império ultramarino, o Brasil e algumas *possessões africanas que só valeriam como fornecedoras de escravos*.

Entretanto, haveria um ponto braudeliano de discordância neste sentido, pois referente à África Ocidental, o historiador francês desdobra em relação ao seu interesse pelo resto do mundo que, “aliás, nada incentivava a Europa a se aventurar longe do oceano, uma vez que encontrava na costa, a seu alcance, o marfim, a cera, a goma do Senegal, a malagueta, o ouro em pó e, mercadoria maravilhosa, escravos negros.” (**Braudel**, 1988, p.399)

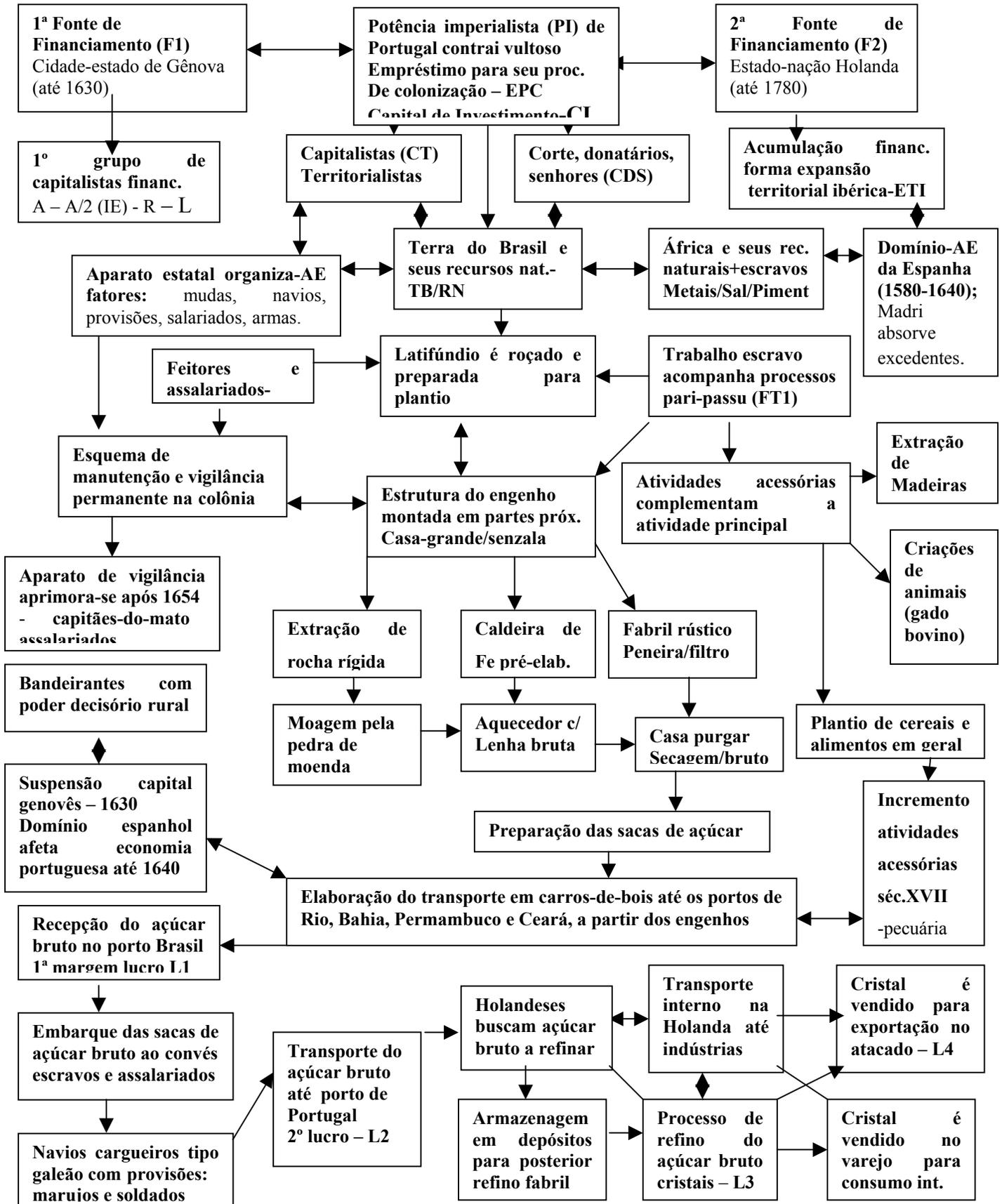
Sendo assim, procurou-se demonstrar um diagrama que expressasse bem aquilo que foi desenvolvido anteriormente, até porque far-se-ia necessário agora um toque mais detalhado. Dessa forma, com exceção das categorias sociais em destaque em algumas células, as demais correspondem aos nódulos da cadeia mercantil do açúcar luso-brasileiro frente ao resto do mundo, iniciando com as fontes de financiamento.

Logo, na parte central do conjunto de quadros do fluxograma, observou-se a necessidade de delinear os tipos de trabalho além do escravista, adotados estritamente para o Brasil, pela potência semiperiférica lusitana, durante o século XVII. Em seguida, o preparo da terra (o latifúndio), bem como a construção dos engenhos e o deslocamento da mão-de-obra formará um conjunto a parte que, com os sistemas de transporte – embora rudimentares na época – completaria o processo de produção e comércio mundial do açúcar do Brasil, que visava principalmente, atender as metrópoles européias deste tempos.

Finalmente, sendo as atividades acessórias elemento vital no processo como um todo, procurou-se desta feita, mostrar as operações de um outro processo que é o grande objetivo de toda e qualquer empresa capitalista, o que corresponde incessante acumulação de **Wallerstein** e a formação de ciclos sistêmicos de acumulação de **Arrighi**. O novo sistema mundial só poderia sobreviver produzindo excedentes de capital. Tais margens só poderiam ser obtidas, a medida que fosse pago pela especiaria em cada entreposto, um valor bem maior do que aquele que foi designado para produzi-la. Os novos excedentes se incorporam ao agregado econômico pré-existente, em uma sequência que vai de *L1* a *L4*, conforme mostra a parte final do diagrama, associado ao esquema do atacado e varejo.

FLUXOGRAMA DETALHADO DA REDE MUNDIAL DO AÇÚCAR (1550-1700)

Fontes: Braudel (1998), Arrighi (1996), Freire (1950) e Prado Jr. (1962).



3.1.3 O açúcar luso-brasileiro e sua posição na economia-mundo

Nesta seção será abordada uma ligação entre a forma escravista de trabalho e a importância do açúcar para a expansão da economia-mundo europeia durante o período ora abordado.

Assim, voltando ao debate de **Wallerstein** (1974) sobre a *nova divisão do trabalho europeia*, e, mais especificamente, sobre os *diferentes modos de organização do trabalho*, este autor sugere passar em revista as formas de controle de trabalho e ver a sua relação com produção e produtividade, onde poderíamos observar como isso afeta a ascensão dos elementos capitalistas. Logo, ele afirma que: “Começamos com a escravatura. A escravatura não era desconhecida na Europa medieval, mas o seu papel era irrelevante quando comparado com o que viria a ter na economia-mundo europeia entre o século XVI e o século XVIII. Uma das razões para este fato reside na anterior fraqueza militar europeia.” (**Wallerstein**, 1974, p.92)

Este sociólogo, complementa esta idéia com uma bombástica afirmação ironista de **Marc Bloch**, em nota à parte, que dizia:

“A experiência provou-o: de todas as formas de criação, a de gado humano é das mais difíceis. Para a escravatura ser compensadora quando aplicada a empreendimentos de grande dimensão, tem que haver muita carne humana barata no mercado. Esta só pode ser obtida através da guerra ou da pilhagem de escravos. Assim, uma sociedade dificilmente poderá basear sua economia em seres humanos domesticados se não tiver à mão sociedades mais fracas para derrotar ou pilhar.” (in **Wallerstein**, 1974, p. 92)

O estudioso nova-iorquino, dissecando um pouco mais sobre a escravatura, argumenta na seqüência que, um modo de produção tão rudimentar só é rentável se o mercado for suficientemente grande e, o pequeno lucro *per capita* seja compensado por elevados volumes produtivos. Foi assim que a escravidão floresceu no Império Romano.

Ele também deixa claro que a escravatura seria uma instituição fundamentalmente capitalista, relacionada com os estágios pré-industriais de uma economia-mundo capitalista. Sobre os escravos, ele coloca que, os mesmos *não são utilizáveis* quando é necessária a perícia para a produção de larga escala; ainda salienta que, “não se pode esperar que os escravos façam mais do aquilo a que são forçados.” (**Wallerstein**, 1974, p.92)

Quanto à atividade açucareira-escravista no Novo Mundo, **Celso Furtado** (2003), sobre os *fundamentos econômicos da ocupação territorial*, nos esclarece uma tradução do estudioso N.Deer, no sentido de que, “a partir da metade do século XVI a produção portuguesa do açúcar passa a ser mais e mais uma empresa em comum com os flamengos, inicialmente representados pelos interesses de Antuérpia e em seguida pelos de Amsterdã.”¹⁷ (**Furtado**, 2003, p.16)

Nas primeiras décadas do século XVII, o açúcar luso-brasileiro se consolida como uma das principais atividades da economia no sistema-mundo. Tanto é, que a grande potência européia que desponta no seio do centro da economia-mundo – a Holanda – irá disputar com a Espanha e Portugal, o comando das atividades da lucrativa empresa açucareira internacional.

Caio Prado Júnior (1962), em relação à referida atividade açucareira, apresenta que:

“Mas seja com escravos africanos, escravos ou semi-escravos indígenas, a organização das grandes propriedades açucareiras da colônia foi sempre, desde o início, mais ou menos a mesma. É ela a da grande unidade produtora, que reúne num mesmo e conjunto trabalho produtivo, um número mais ou menos avultado de indivíduos sob a direção imediata do proprietário ou seu feitor. A exploração é em larga escala, que conjugando áreas extensas e numerosos trabalhadores, constitui-se como uma única organização coletiva do trabalho e da produção. O elemento central é o engenho, isto é, a fábrica propriamente, onde se reúnem as instalações para a manipulação da cana e o preparo do açúcar.”¹⁸ (**Prado Jr.**, 1962, p. 37)

Deste modo, seria relevante a abordagem da história da formação econômica brasileira, na afirmação de **Furtado** (2003) que,

“o quadro político-econômico dentro do qual nasceu e progrediu de forma surpreendente a empresa agrícola em que assentou a colonização do Brasil foi profundamente modificado pela absorção de Portugal à Espanha. A guerra que contra este último país promoveu a Holanda, durante esse período, repercutiu profundamente na colônia portuguesa da América. No começo do século XVII, os holandeses controlavam praticamente todo o comércio dos países europeus realizado por mar.” (**Furtado**, 2003, p.22)

¹⁷ **Deer** esclarece que os holandeses recolhiam o produto em Lisboa, refinavam-no e faziam a distribuição por toda a Europa, particularmente o Báltico, a França e a Inglaterra. (in **Furtado**, 2003, 32ª ed.)

¹⁸ **Prado Jr.** (1989), observa que estas novas estruturas se assentaram sobre os escombros do feudalismo.

Mas, a nova grande potência que ora despontava na Europa, possuía dois partidos e cada um deles iria formar sua própria companhia de navegação. Conforme **Wallerstein** (1974), a companhia das Índias Orientais tinha objetivos pacíficos e comerciais; enquanto a das Índias Ocidentais tinha ímpeto conquistador, sob a influência de corsários e puritanos radicais beligerantes.

Assim sendo, com poderosa armada e investimento com os próprios recursos, os flamengos da Companhia das Índias Ocidentais deslocaram-se à América; o que, na teoria de **Arrighi** (1996) implicou no *impulso da aquisição de territórios adicionais*. Acrescentaríamos que a Holanda vivera espremida em região reduzida do noroeste europeu, cercada por estados poderosos durante alguns séculos. Certamente, em função do desenvolvimento dos batavos na agroindústria e na navegação possibilitou-lhes concorrer na busca de uma expansão territorial.

Quanto a isto, a fórmula de **Arrighi** (1996) que simboliza bem a aquisição de territórios adicionais ($T' - T = + d T$), me leva a simplória dedução ($T' = T + d T$), onde T é a nação européia em busca de novas terras, o dT é a adição de terras pelo respectivo país; isto implicou evidentemente, em acréscimos no processo de acumulação. Devido as conquistas anteriores asiáticas e africanas de Portugal no século XV, o Brasil teria feito parte desta expansão territorialista lusitana, efetivamente no início do século XVI. Este matematicismo de **Arrighi** (1996) é oriundo da fórmula geral de **Marx** (1890) sobre produção (DMD').

Ficou evidente até o momento que, o sucesso da expansão territorial ibérica, em especial de Portugal, assim como da implantação da empresa açucareira no Brasil atrelada ao controle do fluxo migratório do trabalho escravo africano, foram fatores determinantes para a consolidação da emergente economia-mundo capitalista. Assim, **Blackburn** (2003), com base em trabalhos de Schwartz (1973) e Goulart (1949), argumenta que, até 1580 as propriedades açucareiras de mão-de-obra mista, composta principalmente de índios, eram rentáveis o bastante para estimular a indústria. Nesta tese sobre a construção do escravismo na América, ainda teríamos que, “de fato a colônia tinha excelentes vantagens naturais para a produção de açúcar, enquanto a metrópole dispunha de todas as ligações comerciais necessárias.” (**Blackburn**, 2003, p. 210)

Na sequência, o historiador argumentou que, “alguns escravos podem ter sido trazidos da África ou das ilhas atlânticas para o Brasil num sistema de crédito, ou como um investimento feito por um traficante de escravos. A complementaridade das várias possessões portuguesas no Atlântico primeiro atrasou e depois financiou o avanço brasileiro.” (**Blackburn**, 2003, p. 210)

Sobre os condicionantes favoráveis ao desenvolvimento açucareiro lusitano na América, poderíamos inserir: “O solo e o clima do nordeste brasileiro mostraram-se mais adequados para a cana-de-açúcar, com uma disponibilidade muito maior de terra do que nas ilhas atlânticas e com um período mais longo de colheita.” Ainda, quanto à cultura açucareira, observou-se: “A cana-de-açúcar é uma colheita que exaure a terra e exige fertilização constante do solo; a cana pode ser cortada durante vários anos, mas as colheitas diminuem, como parece ter acontecido nas relativamente pequenas ilhas do Atlântico.” (Blackburn, 2003, p. 210)

Dessa forma, complementando a respeito das condições ideais de nossa *plantation* açucareira, o autor retrata:

“A costa do Brasil também era beneficiada por muitos rios e riachos capazes de fornecer água aos engenhos. Embora fosse possível moer a cana em moinhos movidos por bois ou mesmo por escravos, como o *trapiche* usado no Caribe espanhol, a escala de produção podia ser aumentada com o uso da força hidráulica. Um grande engenho real movido à água poderia produzir oitenta ou até cem toneladas de açúcar por ano.” (Blackburn, 2003, p. 210)

De acordo com notas de Schwartz (1973), Blackburn (2003), sobre o avanço do empreendedorismo agrícola lusitano na América, salienta ainda que, o sucesso da indústria açucareira no Brasil não teria derivado apenas da escala de produção, pois esta indústria sobrepunha os concorrentes, onde a sua organização permitia uma escala média de investimentos. Este historiador completa seu raciocínio, destacando inclusive que, “enquanto o engenho empregava cerca de uma dúzia de portugueses assalariados e muitos escravos africanos, os lavradores de cana utilizavam mão-de-obra mista de escravos africanos e índios, e, forneciam a maior parte da cana necessária para o engenho.” (Blackburn, 2003, p. 211)

Diante desta assertiva, ainda poderíamos acrescentar que, caso o lavrador fosse proprietário, teria direito à metade do açúcar feito com sua cana. Entretanto, se este plantador não fosse o dono das terras e sim o senhor de engenho, o primeiro concorreria apenas a um quarto ou um terço da produção a seu favor. Assim, destacou-se também que, “desde os primeiros dias do desenvolvimento açucareiro no Brasil, os que construíam um novo engenho ficavam isentos do dízimo por um período de dez anos, e podiam comprar até 120 escravos pagando taxas reduzidas.” (Blackburn, 2003, p. 211)

No final desta unidade, dar-se-á sequência a esta análise com o intuito de formar elo de ligação entre o “*esplendor*” do escravismo açucareiro do Brasil e o sistema-mundo.

3.2 Holandeses no Brasil e o fim da predominância econômica do açúcar

Neste ítem será mostrado basicamente que, no século XVII, o açúcar foi, sem dúvida alguma, a atividade mais importante da economia-mundo. Tanto foi, que a maior potência mundial destes tempos, a Holanda, procurou obter o controle da cadeia mercantil açucareira, interferindo direta e substancialmente também, no tráfico de escravos entre Brasil e Angola. Assim, sobre a formação do Brasil no Atlântico Sul, na parte dedicada à *Angola brasilica*, observamos que, “a invasão holandesa unificara o campo estratégico formado pelos fronts sul-americanos e africanos da Guerra dos Trinta Anos. Doravante, a bipolaridade do escravismo passa a integrar os cânones da política ultramarina. Abalada na Ásia, a economia colonial se recentra no Atlântico.” (Alencastro, 2000, p. 247)

Giovanni Arrighi (1996) narrou que no final da hegemonia financeira genovesa (1620), culminando no início do *ciclo de acumulação holandês*, teriam se constituído dois tipos de governantes: os territorialistas e os capitalistas. Os ibéricos pertenciam ao primeiro grupo, enquanto os banqueiros de Gênova e os “*stadholders*”¹⁹ holandeses perfaziam o segundo. Conforme **Wallerstein** (1980), *a hegemonia holandesa aconteceu no período de cinquenta anos entre 1625 e 1675* e, quase contemporaneamente a esta época ocorreram várias incursões de ingleses e, principalmente holandeses no Brasil e na África portuguesa entre 1609 e 1665.

Primeiramente, os flamengos fundaram colônias na região do vale do Amazonas, possivelmente devido à proximidade com sua possessão americana do Suriname; depois, a partir de 1624, ocuparam o litoral do nordeste brasileiro até 1654, o que gerou a resistência chamada de Insurreição Pernambucana.

3.2.1 A Holanda hegemônica na Europa e no resto do mundo

No capítulo intitulado – *A hegemonia holandesa na economia-mundo* – de sua tese sistêmica, **Wallerstein** (1980) nos repassa a idéia de que, por volta de 1610 o centro da economia-mundo européia já estava assentado no Noroeste da Europa, o que correspondia à Holanda e a Zelândia, *East Anglia* (Leste da Inglaterra) e Londres, e noroeste da França.

¹⁹ Stadholders era denominação nas Províncias Unidas dos “pensionários do conselho”. Segundo **Wallerstein** (1980), era um cargo rebatizado, que correspondia ao Advogado do País, i.e., o principal funcionário administrativo a nível provincial. Nos períodos sem *Stadholder* cidadão, o funcionário passou a ser o primeiro-ministro e agia como presidente.

Assim, a teoria acima nos explica que, hegemonia seria uma condição rara, onde admitiu-se que só Holanda, Inglaterra e Estados Unidos teriam sido potências hegemônicas na economia-mundo. O autor, após reconhecer que a Holanda no século XVII não foi o gigante militar desta época, afirma que, “a hegemonia supõe mais do que a posição de centro.” E completa quanto à *hegemonia*: “Pode definir-se como uma situação em que os produtos de um dado Estado do centro são produzidos com tanta eficiência que são, em todos os aspectos, competitivos mesmo noutros Estados do centro, e, portanto, esse tal dado Estado do centro é o principal beneficiário de um mercado mundial inteiramente livre.” (Wallerstein, 1980, p. 46)

Face à nova hegemonia que se apresenta no contexto mundial e em função do irreparável declínio genovês a partir da década de 1620, Wallerstein (1980) observou, referente às periferias que, de 1625 a 1654 os holandeses teriam controlado parte do Brasil.

Dentro deste debate sobre história da civilização material, a concepção braudeliana afirmou que os holandeses ficaram restritos ao litoral, pois os brasileiros impuseram a guerra volante, a guerrilha, ou mesmo a *guerra do mato*, enquanto os holandeses ofereciam na região litorânea, a sua guerra moderna européia. Mas, segundo análise da teoria da economia-mundo, a guerra do Brasil não pode ser a guerra de Flandres; ele complementa bem, narrando de forma lúdica que: “O holandês, que também queria conduzir a guerra segundo as regras da Europa, é desmoralizado por esses inimigos evanescentes que, em vez de aceitarem o combate leal, em campo aberto, se furtam, escapam, fazem emboscadas. Que covardes! Que frouxos! Até os espanhóis concordam.” (Braudel, 1998, p.48)

Contudo, esta derrota militar dos flamengos na América lusitana, não impediu que a Holanda se consolidasse financeiramente, como o estado central hegemônico do sistema mundial moderno do século XVII longo (1600-1750).

3.2.2 *Uma análise da adoção do trabalho escravo no Brasil*

Os autores especializados na economia-mundo, desenvolveram idéias diferentes sobre as razões que os europeus teriam para adotar a mão-de-obra dos negros africanos na condição de escravos, visando maximizar produção de grande escala nas novas terras conquistadas. Wallerstein (1974) responderá sua própria pergunta - *Mas por que são os africanos os novos escravos?* – dizendo que, além da exaustão de trabalhadores, a Europa precisava de fonte de trabalho de região bem povoada e relativamente próxima da região de uso.

Fernand Braudel (1998) deixou claro a opinião de que a África oferecia facilidades para a exploração de suas ricas mercadorias, inclusive escravos. Porém, é possível que tenha se equivocado por ter dito : “Na orla marítima da África, os portugueses e outros europeus encontraram *apenas resquícios de tribos ou Estados medíocres* onde era impossível lançar bases.” (Braudel, 1998, p.399)

Um contraponto a este recorte de **Braudel** estaria no início da tese de **Suely Queiroz** (1993) sobre a *formação do escravismo*, onde a autora repassa a idéia contrária ao do historiador francês que acreditava estarem os estados africanos em condição inferior aos outros estados. Assim, destacou-se: “Cabindas, benguelas, congos, angolas, classificavam-se entre os bantus e eram excelentes agricultores. Os sudaneses abrigavam hauçás, mandingas, nagôs e provinham de *reinos africanos florescentes*.” (Queiroz, 1993, p.19)

Havendo reinos florescentes entre os povos sudaneses, os mesmos não poderiam corresponder a Estados medíocres da concepção braudeliana. Logo, a *historiadora em questão* poderia ser reforçada com a tese de **Claude Meillassoux** (1975), quando o mesmo foi categórico sobre os conflitos que se estabeleceram no contexto saariano, principalmente entre os impérios do Mali e do Songai, nos séculos XV e XVI. Evidentemente, estas guerras entre os teoricamente mais fortes Estados africanos, levaria ao enfraquecimento de todo um conjunto de tribos e nações.

Diante do exposto, seria oportuno agora mostrar os números de escravos que teriam efetivamente desembarcados no Brasil, no período abordado, de acordo com **Alencastro** (2000):

Quadro 1: Número de escravos por período de 25 anos no “século do açúcar” de Boxer.		
Período	Número de escravos	Percentuais
1576-1600	40.000	9,4%
1601-1625	150.000	35,3%
1626-1650	50.000	11,8%
1651-1675	185.000	43,5%
Total	425.000	100,0%
Fonte: Dados de Philip Curtin revistos por David Eltis (in Alencastro, 2000).		
<i>Obs.: Percentuais foram inclusos neste trabalho objetivando mostrar a queda do tráfico durante a invasão holandesa. Vide anexo 5, gráfico comparativo do desembarque mundial de escravos.</i>		

3.2.3 *Transição para a nova atividade brasileira*

A partir de 1680, a relação entre atividade econômica e organização política começa a mudar radicalmente no Brasil patriarcal-açucareiro. As primeiras minas começaram a ser descobertas. O açúcar já não é mais tão importante. As capitanias são transformadas em províncias, pois mostraram-se ineficientes (as capitanias) desde sua implantação.

Sendo assim, sustenta-se na análise do sistema-mundo, que o ouro do Brasil chegou na Europa a partir de 1700. Com referência à queda do estoque de metais em função da crise mundial de produção metalífera, no início do século XVII, **Wallerstein** (1980) mostra que a partir de 1620, na Europa, a extração de prata sofreu colapso e as remessas da prata americana caíram bruscamente, até a chegada do ouro do Brasil, depois de 1700. Também afirma que o historiador português, Oliveira Martins, assinalava em 1908 que, “o ouro do Brasil passava simplesmente por Portugal e lançava âncora em Inglaterra para pagar a farinha e os tecidos com que a Inglaterra nos alimentava e nos vestia.” (in **Wallerstein**, 1980, p. 192)

Este foi mais um período relevante na história da economia-mundo europeia e, inclusive, face ao desenvolvimento da plantagem agrícola no Novo Mundo. Outrossim, ao mesmo tempo que a atividade do açúcar firmava sua importância irrefutável na contextualização do sistema-mundo, os metais e as pedras preciosas, da Nova Espanha, do Peru e do interior do Brasil, tornar-se-iam uma nova prioridade mundial; este sistema mundial seria então renovado e revigorado pela mineração americana, incluindo as *Minas Gerais do Brasil*.

No entanto, no contexto da economia-mundo europeia do final do século XVII, a prata húngara daria sinais de exaustão no oeste da Europa e o Brasil começava a ser visto como o México e o Peru portugueses. Estes minérios reforçariam as necessidades dos banqueiros europeus com seu lastro metalífero, e o ouro brasileiro seria no sentido sistêmico, decisivo enquanto meios de pagamento para a metrópole portuguesa, em especial, o mercado inglês fornecedor de tecidos e alimentos.

A partir destes relatos, o final da predominância do ciclo do açúcar, que coincide com as últimas décadas do século XVII e o fim da hegemonia holandesa na Europa à luz de **Wallerstein** (1980), daria lugar ao início de um novo ciclo econômico, o da mineração no Brasil.

Dando sequência a esta análise, na tese da escravidão africana no Brasil, sobre os trabalhadores africanos na mineração, seu autor fundamentou que,

“não se extinguiu a paixão do ouro em dois séculos de espera. Talvez o açúcar a mitigasse, a cana brotando farta e fácil do chão: As verdadeiras minas são açúcar e pau brasil. (referência à carta de Diogo de Menezes ao rei de 28 de abril de 1609) Mas, a fertilidade gorda do solo nunca bastou para matar no povoador branco a fome dos metais preciosos, a ânsia de que a terra lhes desse das suas entranhas.” (Goulart, 1975, 129)

Na teoria sobre história econômica do Brasil, **Caio Prado** (1962) nos revela, quanto ao impulso do interesse da Metrópole pelo Brasil e o seu conseqüente desenvolvimento, que a partir dos princípios do século XVIII se fazem as primeiras descobertas auríferas no Brasil. Um novo astro (o ouro) se levanta no horizonte; o próprio açúcar que por século e meio foi o nervo econômico da colonização e sua razão de ser, seria desprezado. Como ele mesmo nos relata:

“Os metais preciosos tinham preocupado os portugueses desde o início. O fato é que não se encontravam os cobiçados metais. Ao contrário do ocorrido no México e Peru, os indígenas, de um nível cultural muito baixo, não se interessaram por eles; e sua presença não fora ainda revelada ao homem. Durante quase dois séculos seriam procurados inutilmente.” (Prado Jr., 1962, p.57)

Também poderíamos ainda acrescentar nesta seção, que teve como objetivo principal mostrar a evolução da empresa portuguesa açucareira na América frente às ações concomitantes pela busca de metais preciosos, o fato de uma dada atividade econômica monocultora não ter excluído as demais. Na verdade, as intenções primeiras dos ibéricos no Novo Mundo, foram essencialmente, a procura de jazimentos minerais expressivos que pudessem proporcionar além da historicamente almejada acumulação, os meios de pagamento necessários para que estes povos realizassem suas trocas comerciais com a economia-mundo.

Algo importante a destacar, é que, espanhóis e portugueses não possuíam terras férteis, como era o caso dos países do centro do sistema-mundo. Assim, com dificuldades de produzirem suas próprias necessidades básicas endogenamente, lançaram-se além-mar em busca de novas formas alternativas para suprirem suas emergências internas de abastecimento.

Vejamos então, alguns elos entre o escravismo brasileiro e a expansão da rede mundial do açúcar português, diante das interferências dos estados fortes da economia-mundo.

3.3 A associação da atividade escravista-açucareira do Brasil ao sistema mundial

Este ítem deverá abordar uma sucessão de recortes analíticos do período em questão (1580-1680), com fins de assinalarmos convergências entre a conjuntura político-econômica das nações nucleares européias e o trabalho escravo ligado à expansão da atividade açucareira no Brasil português.

Logo, considerando-se o período acima, referente ao debatido *século do açúcar no Brasil*, verificou-se sem sombra de dúvidas, um significativo conjunto de interferências internacionais na colônia portuguesa da América. Além da ocupação espanhola em Portugal (1580-1640), as potências formadoras do centro da economia-mundo, tentaram colonizar o Brasil em diferentes oportunidades. Nestes tempos, a Inglaterra exerceu discreta influência na América; entretanto, a Holanda ocupou o litoral norte-nordeste brasileiro de 1610-1654 e Angola até 1665. A potência flamenga – estado hegemônico do século XVII – por fim, perdeu a *guerra volante* para os luso-brasileiros, de acordo com a teoria de **Braudel** (1998).

Neste tocante, conforme os estudiosos, os franceses chegaram a implantar com o apoio dos índios do Maranhão, a *França Equinocial*, em 1612 com a fundação de São Luís. Um organizado contingente de protestantes perseguidos em solo francês, chamados *huguenotes*, tentaram efetivamente colonizar o Maranhão; porém, foram expulsos três anos depois, em 1615.

No período em questão, além da França Equinocial e da ação de grupos isolados de corsários ingleses e holandeses no vale do Amazonas entre 1609 e 1615, tivemos duas substanciais interferências da economia-mundo no Brasil: o semiperiférico império hispânico face à União Ibérica e a invasão da potência hegemônica holandesa. Foram interferências que poderíamos considerar como diretas, com exércitos de ocupação inclusive: exército espanhol ocupando Portugal em 1580 e exércitos flamengos ocupando o Brasil em 1624 e 1630.

Assim, resgatando a temática dissertativa, em relação ao trabalho escravo do Brasil neste período, poderíamos acrescentar que, o tráfico de escravos lusitano desmoronou principalmente no norte-nordeste, e, a corte em Lisboa se conscientizou mais da importância de fortalecer e proteger sua principal colônia, devido às constantes ameaças de ocupação e colonização pelas potências do centro e da própria Espanha.

Dessa forma, na historiografia especializada sobre a *relevância do tráfico dos escravos* para a América, de **Luiz Felipe Alencastro** (2000), e, segundo a tabela de dados do estudioso Philip Curtin (*Quadro p.66 e Anexo 6*), observa-se a potência holandesa afetando o comércio português de escravos que, em períodos de 25 anos, a começar por 1551-1575, mostra-se deduzindo os dados da tabela, um curva ascendente quadruplicando a cada novo período com totais de 10, 40 e 150 mil escravos, sendo que naquele compreendido de 1626-1650, houve queda de dois terços em relação ao 3º e último período totalizando apenas 50 mil. A partir de 1651, com as vitórias sobre os flamengos, o tráfico normalizaria com 185 mil novos escravos adquiridos até 1675.

A destruição de engenhos durante a ocupação flamenga, provocou a mutilação do processo de produção agrícola e afetou profundamente as relações sociais e comerciais entre Portugal, Brasil e Angola. Seria praticamente impossível levantar os números precisos destas perdas irrecuperáveis. Assim, **Robin Blackburn** (2003) retrata sobre a guerra holandesa pelo Brasil e pela África, a premissa do estudioso Werner Sombart, que teria citado as atividades da Companhia das Índias Ocidentais, comprovando *o surgimento de um novo tipo de burguesia saqueadora*.²⁰

Especialmente sobre *os holandeses no Brasil e na África*, o teórico da construção do escravismo no Novo Mundo observou, após a grande reação portuguesa à primeira invasão holandesa, que “a prata espanhola permitiu que a *CIOc* ressuscitasse seu plano de se apoderar do Brasil, demonstrando assim porque seus privilégios e poderes especiais se justificavam. A empresa organizou uma expedição para novo ataque ao Brasil em 1629-30, com 67 navios e 7.000 homens.” (**Blackburn**, 2003, p. 236)

Este teórico apresenta o pressuposto analítico, sobre o *contra-ataque luso-brasileiro*, sendo que o crescimento do Sul compensou as autoridades portuguesas pela perda do Norte:

“A ocupação holandesa em Pernambuco estimulou mais do que impediu o desenvolvimento das capitanias do sul. Fazendeiros emigrados e seus escravos ajudaram a incentivar a indústria do açúcar na Bahia e no Rio de Janeiro, que conseguiu superar a produção holandesa de Pernambuco até nos melhores anos. O açúcar produzido era enviado a Lisboa, de onde era vendido a mercadores ingleses ou holandeses.” (**Blackburn**, 2003, p. 245)

²⁰ Trabalho “L’Europe des Campagnes” de Bartolomé Bennassar, em Pierre Léon (1977); nota de Blackburn(2003).

Celso Furtado ((2003) apresenta relevante recorte de análise, que ajuda a esclarecer as citações acima, no tocante às *colônias de povoamento do hemisfério norte* e os novos rumos agro-econômicos adotados nos trópicos da América pelas principais nações européias. Assim, o economista destaca: “o principal acontecimento da história americana no século XVII foi, para o Brasil, o surgimento de uma poderosa economia concorrente no mercado dos produtos tropicais.” (Furtado, 2003, p. 25)

Este estudioso, reforçando o pressuposto econômico do Novo Mundo desta época, ainda afirma que, “o advento dessa economia decorreu, em boa medida, do debilitamento da potência militar espanhola na primeira metade do século XVII, debilitamento esse observado de perto pelas três potências cujo poder crescia na mesma época: Holanda, França e Inglaterra.” (Furtado, 2003, p.25)

Evidentemente estas três potências, consideradas por Wallerstein como o centro do sistema-mundo desde meados do século XV, mostrariam sua força a partir da decadência espanhola e da fraqueza de Portugal no contexto geopolítico europeu; o poderio ibérico foi posto à prova neste período, inclusive o próprio comércio e tráfico de escravos africanos já mencionado. Outrossim, a debilidade política africana teria possibilitado que o distante centro da economia-mundo também viesse a concorrer com o mercado de compra e venda de homens.

Diante disto, examinando as razões da *escravização dos africanos* na teoria da *escravidão na África*, o historiador africanista, especialmente sobre *um continente politicamente fragmentado*, inicia com a premissa de que, “a característica mais difundida da história africana no período de 1600 a 1800 era a incapacidade dos líderes militares e políticos de consolidar grandes áreas em estados centralizados, apesar da presença de um grande número de pequenas organizações políticas.” (Lovejoy, 2002, p. 119)

Continuando sobre o contexto dos estados africanos independentes, o autor ainda estabelece que, “no século XVI, apenas Songai e Bornu podem ser chamados de impérios. Os outros estados desse período eram muito menores que esses, e grandes áreas não tinham nenhum estado.” (Lovejoy, 2002, pgs.119-120)

Seguindo esta linha de raciocínio a respeito da conturbada situação geopolítica dos estados africanos, em especial, na seção intitulada – *Os senhores da guerra da África centro-ocidental*, o pesquisador destaca também durante os séculos XVI e XVII, a principal região fornecedora de escravos para o tráfico europeu seria o centro-ocidental africano (*Ver Anexo 7*).

Assim, em um histórico levantamento das terras ao sul do Congo e das áreas ao redor do lago Malebo e do rio Zaire, o estudioso enumera: “provavelmente três quartos de cerca de 1,7 milhão de escravos embarcados da África para as Américas entre 1500 e 1700 vieram da região. No século XVIII, cerca de 2,3 milhões de escravos foram exportados somente da África centro-ocidental; de modo que o total do comércio de 1500 a 1800 provavelmente excedeu a 3.300.000 escravos.” (Lovejoy, 2002, p. 128)

A análise dos números deste comércio de homens, demonstra três fenômenos que tornaram possível a exportação, como o próprio autor argumenta (*Vide anexos 8 e 9*):

“o primeiro foi a desintegração do reino do Congo, que passou pela experiência da guerra civil na última metade do século XVII. O Congo era então uma importante fonte de escravos. O segundo envolvia expedições portuguesas ao interior numa tentativa de expandir a colônia e capturar escravos. O terceiro foi a ascensão dos grupos de guerra de imbangalas que operavam na área onde os ambundos viviam ao sul do Congo. Havia uma tendência à instabilidade política.” (Lovejoy, 2002, págs. 128-129)

Da forma como se sucedeu a história do escravismo africano frente à modernidade de **Blackburn** (2003), coincide (este mundo moderno) com a tese de **Lovejoy** (2002), principalmente no sentido temporal, e, secundariamente no âmbito da geopolítica. O primeiro faz uma análise mais global, pois, parecido com o sistema mundial de **Wallerstein**, navega intelectualmente de um lado a outro do Atlântico, abraçando uma imensa unidade de análise. Contudo, o segundo elabora seus recortes analíticos trazendo como um de seus pontos centrais, os conflitos mais marcantes entre os estados africanos da elástica época acima.

Sendo assim, estas construções teóricas tomadas isoladamente, não poderiam contribuir muito para a temática aqui levantada. No entanto, neste exato ponto analítico na busca de formar os primeiros elos consistentes entre sistema-mundo e escravismo no Brasil, poderíamos concluir este capítulo, admitindo que ainda poderiam existir outras ligações que não foram mencionadas. A longa temporalidade abordada em cada capítulo (sem falar em toda a dissertação), levou-nos a correr o risco de não enxergar a tempo algum possível pressuposto importante. Porém, algumas considerações relevantes que porventura tivessem escapado por hora, no decorrer do próximo capítulo podem ser esclarecidas, a medida que a empresa agro-exportadora luso-brasileira iria conviver com o empreendimento da mineração, a partir do final do século XVII.

4 A CORRIDA DA SEMIPERIFERIA POR METAIS E A MINERAÇÃO BRASILEIRA NO SÉCULO XVIII (C.1680-1792)

O presente capítulo deverá estabelecer uma síntese consistente da evolução do escravismo brasileiro frente à busca de metais preciosos pelos estados centrais do sistema mundial e pelos impérios ibéricos da semiperiferia, pois, esta desenfreada procura de ouro e prata pelas civilizações ao longo da história, sempre foi uma constante, fazendo parte daquilo que **Braudel** denominou: a *longue durée*. Logo, ainda neste texto, a partir da análise da consolidação do sistema-mundo, procurar-se-á verificar algumas características interrelacionadas com a atividade extrativa mineira do Brasil. No entanto, existem particularidades que deverão aqui ser tratadas, em especial, face à busca dos elos de ligação entre a economia-mundo capitalista e o trabalho escravo mineiro colonial.

4.1 O século XVII longo de Giovanni Arrighi

Seria importante iniciar esta etapa com uma breve descrição do período acima. Diante disto, comparando com o mais longo dos séculos – o XVI – de 1340 a 1630, este sociólogo relata: “O longo século XVII, que vai da crise sinalizadora do regime genovês, por volta de 1560, até a crise terminal do regime holandês, na década de 1780, tem apenas uns 220 anos de duração.” (**Arrighi**, 1996, p.221) Um enfoque na segunda metade deste período, coincidiria aproximadamente com a presente análise seqüencial de 1680-1790, retratando a era predominante da mineração no Brasil.

Assim, seguindo a metodologia adotada neste estudo, faremos então, a descrição da economia-mundo europeia, entre os fins do século XVII cronológico até finais do XVIII. Neste período, não só os aparelhos estatais se afirmam através do absolutismo das cortes da Europa, como o mercantilismo²¹ viria a se consolidar no âmbito das relações sociais da economia-mundo capitalista.

²¹ O mercantilismo apresenta-se como a tendência a tudo comerciar visando lucro. (DICPOLI, Editora Formar, 1970) Seg. **Wallerstein** (1980), os livros de História chamam o período de 1600-1750 a época do mercantilismo, que implicava política estatal de nacionalismo econômico girando em torno da circulação de mercadorias.

Portanto, **Wallerstein** (1980) retrata a segunda metade do século XVII, com importante ênfase aos estragos causados pela *Guerra dos Trinta Anos* (1618-1648), tais como, a queda do crescimento populacional e a conseqüente sobreprodução de cereais que fez baixar os preços mundiais, em algumas áreas. Isto, sem falar da depredação ecológica e de epidemias. Após este conflito, o comando holandês na economia-mundo européia daria os primeiros sinais de fraqueza, conforme abaixo descrito.

4.1.1 *Origens do declínio da hegemonia global holandesa*

Em relação à hegemonia holandesa, na tese do sistema-mundo, temos que:

“No meio das encarniçadas lutas do centro, o Navigation Act²² de 1651 foi o primeiro tiro. O que foi que o precipitou? O fim da Guerra dos Trinta Anos e o reconhecimento definitivo da independência holandesa pelos espanhóis aconteceram ambos em 1648. A Commonwealth²³ foi proclamada em 1649 e o período sem Stadholder das Províncias Unidas começou em 1651.”
(**Wallerstein**, 1980, p.83-84)

Assim, especialmente sobre os insucessos dos holandeses no Novo Mundo – foi elaborado abordagem com referência à tomada da capital do Brasil, em 1624, nos dizendo que: “na pilhagem, os vencedores encheram alqueires de moedas de ouro e de prata.” (**Braudel**, 1998, p. 213)

Neste recorte da economia-mundo, **Braudel** (1998) observou que Portugal embora tivesse vencido os holandeses em 1654, cuja paz só foi assinada em 1661, teve de comprar o acordo para poder continuar com o Brasil; Carlos II, o novo rei inglês que acabara de casar com a infanta de Portugal, mediou o conflito fazendo com que os portugueses *abrissem as portas da sua colônia americana aos navios holandeses, diminuindo o preço do sal de Setúbal* e reconhecendo conquistas feitas a suas custas na Ásia. Também poderia ser relevante, o fato de que Portugal, embora tenha sido a nação vencedora do conflito luso-holandês, fora onerada por pressão inglesa, conforme narrou o pesquisador: “A seguir, pagará ainda *uma dívida de guerra com sucessivas entregas de sal, ao longo de vários anos.*” (**Braudel**, 1998, p. 215)

²² Decretava que as mercadorias que entrassem na Inglaterra teriam que ser transportadas por navios ingleses ou por navios do país produtor. (**Wallerstein**, 1974, p.84)

²³ Regime arquiprotestante pôs fim à amálgama histórica entre protestantismo e patriotismo, seg. Lichtheim, 1974.

Braudel (1998) complementa, que na Holanda, a responsabilidade do fracasso holandês no Brasil foi atribuído à gestão da Companhia das Índias Ocidentais, que conseguiu manter duas colônias na América, o Suriname com suas plantações de cana-de-açúcar e Curaçau com seu centro de revenda de escravos e comércio de contrabando.

De acordo com **Braudel** (1998), estes acordos entre portugueses e holandeses, e, entre ingleses e flamengos incluindo a paz de Breda de 1667, que garantia o Suriname e Curaçau aos holandeses e New Amsterdam (New York) aos ingleses, até certo ponto minavam o império econômico-metalífero espanhol, pois enquanto os britânicos alastravam sua *guerra fria de pirataria* saqueando os galeões hispânicos em busca de minérios preciosos, os holandeses encerravam seu conflito aberto com os ibéricos, procurando valorizar as atividades da V.O.C. (Companhia Oriental) na Ásia e consolidar sua acumulação financeira na Europa, tornando-se os grandes banqueiros mundiais até o final do século XVIII.

Assim, podemos pressupor dois fatores que contribuíram para o declínio holandês: a concorrência inglesa nos mares do norte europeu e a derrota para os luso-brasileiros.

4.1.2 *Os estados da economia-mundo europeia e o seu revigoramento metalífero*

A chamada *corrida por metais*, em especial o *ouro*, que motivou este capítulo, fora uma velha ambição dos mais *proeminentes estados europeus*, desde a Era Feudal. De acordo com **Robin Blackburn** (2003), sobre a escravidão na Era do Ouro no Brasil, deixou claro a questão da importância que passaram a ter os metais, para a corte lusitana no final do século XVII, quando afirma que, “o absolutismo mercantil de Portugal recebeu nova injeção de vida com a descoberta e a exploração de ouro nas capitanias do sul do Brasil no fim da década de 1690.” (**Blackburn**, 2003, p. 586)

Logo, a corte portuguesa lançou mão da produção mineira do Brasil, em contrapartida aos produtos que importava do centro da economia-mundo. Resgatando importante contribuição ao exposto, a teoria de Braudel sobre a *ascensão das monarquias absolutistas* da Europa Ocidental do século XVI ao XVIII, vem ao encontro de **Wallerstein** (1974) sobre o longo século XVI quando este afirma, “como diz Braudel, quer o quisessem quer não, (os estados eram) os maiores empresários do século.” Em complemento a isto, podemos inserir na sequência que, “Schumpeter nega a afirmação (no sentido de defender sua tese) de Braudel, dizendo que o Estado não beneficiava os negócios.” (**Wallerstein**, 1974, p. 135)

Foi possível constatar que a partir do longo século XVI, estes estados assumiram um papel empreendedor, a medida que as decisões centralizadas das cortes a tudo se relaciona, desde às formas de trabalho adotadas nas colônias (no caso do Brasil: o trabalho escravo) até aos fluxos de capitais envolvidos nas empresas agrícolas e mineradoras, gerando efetivamente um *novo sistema*.

Para tanto, na teoria do sistema mundial, após o autor ter comentado sobre a tese de que os gastos das cortes eram vitais para a criação de crédito, com o contraponto schumpeteriano, ele nos diz ainda que,

“o desenvolvimento de estados fortes nas áreas centrais do mundo europeu foi uma componente essencial do capitalismo moderno. O principal objetivo político dos monarcas era a restauração da ordem, um pré-requisito para a recuperação econômica. O crescimento do aparelho de Estado serviu para promover o *controle do mercado de trabalho*.” (Wallerstein, 1974, pág. 135 e segs.)

Diante disto, os metais e as pedras preciosas do Novo Mundo, iriam garantir este fortalecimento dos estados, pois a medida as cortes européias fortaleciam seus tesouros, poderiam tanto impor uma ordem interna (como exemplo, *o combate à vagabundagem e o banditismo*) quanto aventurar-se além mar em busca de territórios adicionais.²⁴

Assim, de acordo com esta abordagem, na teoria da construção do escravismo no Novo Mundo, seu autor destaca que, “durante o longo reinado de Dom João V (1706-50) a nova riqueza colonial portuguesa foi usada principalmente para aumentar o poderio real sobre os domínios distantes e para construir uma esplêndida corte barroca em Portugal. (Blackburn, 2003, p. 587) Ele salientou também, que o *Tratado de Methuen de 1703* estimulou o comércio inglês do vinho do Porto e da Madeira com Portugal, sendo que o superávit da Grã-Bretanha foi pago com o ouro do Brasil. De 1700 a 1760, a Grã-Bretanha ganhou 25 milhões de libras de ouro com este comércio.

²⁴ **Marx** teria afirmado que: “a descoberta de ouro e prata na América, o extermínio, a escravização e a inumação nas minas da população indígena, o início da conquista e do saque das Índias Orientais, a transformação da África num viveiro para a caça comercial aos negros, assinalaram a risonha aurora da era da produção capitalista. Estes procedimentos idílicos são os momentos chave da acumulação primitiva. Logo, a seguir, rompe a guerra das nações européias, com o globo por palco.” (in Wallerstein, 1974, vol.I, apresentação)

4.2 A Empresa Mineradora Luso-brasileira: Estruturação

Reconhecemos que a transição do ciclo do açúcar para o ciclo do ouro, engendrou uma economia mais complexa. Para tanto, sobre a formação econômica do Brasil, na parte intitulada *Economia escravista mineira*, o autor nos apresenta um recorte analítico com a seguinte questão levantada: “Que poderia Portugal esperar da extensa colônia sul-americana, que se empobrecia a cada dia, crescendo ao mesmo tempo seus gastos de manutenção? Era mais ou menos evidente que da agricultura tropical não se podia esperar outro milagre similar ao do açúcar.” (Furtado, 2003, p.79)

Este economista também salienta um outro importante fator, qual seja, a concorrência no mercado de produtos tropicais, o que para um observador dos fins do século XVII, deixava parecer incerto os destinos da colônia do Brasil, sendo que, como ele na sequência afirma: “Em Portugal compreendeu-se claramente que a única saída estava na descoberta de metais preciosos. Retrocedia-se, assim, à idéia primitiva de que as terras americanas só se justificavam economicamente se chegassem a produzir os ditos metais.” (Furtado, 2003, p.79)²⁵

Sinteticamente, poderia ser completada esta linha teórica, com uma abordagem específica, em uma tese sobre história econômica do Brasil, onde o autor nos alerta dizendo: “Ao contrário do que se deu na agricultura e em outras atividades da colônia (como na pecuária), a mineração foi submetida desde o início a um regime especial que minuciosa e rigorosamente a disciplina.” Ele ainda revela quanto aos princípios fundamentais, que “se estabelecia a livre exploração, embora submetida a uma fiscalização estreita, e à Coroa reservava-se, como tributo, a quinta parte de todo o ouro extraído.” (Prado Jr., 1962, p. 58)

Caio Prado Júnior (1962) ainda nos resume o sistema estabelecido da seguinte maneira, isto é, para dirigir a mineração, fiscalizar e cobrar o tributo criou-se a *Intendência de Minas*, com gerenciamento de um superintendente. As intendências de cada capitania em que se descobrisse ouro, eram subordinadas ao Governo de Lisboa. Era obrigatório, sob penas severas, o comunicado da descoberta de jazidas às Intendências das capitanias.

²⁵ Furtado nos mostra em sua tese, as raízes históricas de nosso subdesenvolvimento e os obstáculos da economia.

Os funcionários *guardas-mores* faziam demarcações de terrenos auríferos e realizavam distribuição entre os mineradores presentes (não podia haver representação de terceiros). A distribuição funcionava por sorteio e proporcionalmente ao *número de escravos com que cada pretendente se apresentava*.

4.2.1 *As novas relações sociais do Brasil colonial*

Segundo **Gorender** (1978), em sua tese sobre as categorias sociais do Brasil colonial-escravista, diferente da concepção econômica de Furtado e histórica de Prado Jr.²⁶, nos mostra sua análise sócio-econômica, a respeito do *escravismo na mineração*, quando afirma: “Enquanto a plantagem constituiu o eixo do modo de produção escravista colonial durante toda a sua existência, a mineração de ouro e diamantes compartilhou esta posição dominante no decurso de três quartos de século.” (**Gorender**, 1978, p.427 e segs.) Foi possível captar que estes três quartos de século, provavelmente corresponde ao período 1725-1800.

Na seqüência, este sociólogo, incrementa: “Impõe-se, o exame em separado da economia mineradora, tendo em mira o que teve de comum e de diverso com relação à economia de plantagem. Desde logo, resultam diferenças técnicas, econômicas e sociais, que ensejaram inegáveis distinções.” (**Gorender**, 1978, p. 427)

Jacob Gorender também focalizou os efeitos notórios e próprios da economia mineradora, tais como: o rápido aumento populacional, propensão à urbanização e formação de mercado interno, bem como, acentuação da divisão social do trabalho e repercussão na economia européia, em particular da Inglaterra, e finalmente, aguçamento da contradição colônia-metrópole.

O pesquisador ainda salienta: “O que me importa aqui é o estudo da mineração como forma especial de manifestação do modo de produção escravista colonial. E, deste ângulo, devo ter em vista a concepção de que a mineração haja suscitado um novo tipo de sociedade na história colonial do Brasil.” (**Gorender**, 1978, p. 427)

²⁶ Prado Jr. defende criticamente a necessidade da análise do caráter da colonização brasileira, com finalidade de compreender os rumos da história econômica contemporânea brasileira.

Sem esquecermos que o tratado neste capítulo, diz respeito ao período 1680-1790, sendo que a data inicial marca o fim do século do açúcar no Brasil segundo Boxer (in **Wallerstein**,1974), enquanto 1790 representa o declínio da mineração do Brasil conforme **Furtado** (2003), **Maurício Goulart** (1975) nos revelou que,

“é no fim do 1600 que se caracteriza a invasão das minas de ouro. Invasão tremenda, chama-a **Calógeras**²⁷, enquanto para **Eschwege**²⁸ em nenhum lugar como no Brasil, o descobrimento do ouro provocou tão grandes e impetuosos movimentos entre homens de todas as classes.” (**Goulart**, 1975, p.131)

Ele continua em desabafo, “quanto ao Brasil, subvertido o caráter agrícola de sua exploração, desviado bruscamente o nervo de suas atividades, convocadas as imbeles energias coloniais para novas, desertas e imensas regiões, terá de sofrer mais uma vez as consequências do descaso com que a metrópole, salvo raros hiatos de bom senso, sempre o governou.” (**Goulart**, 1975, p. 133)

Maurício Goulart (1975), ainda em relação ao que diz respeito à *mineração*, nos revelou os momentos mais precisos das primeiras descobertas mineiras do Brasil, quando ele mesmo afirma:

“Fernão Dias Pais, feito mineiro aos rogoslouvaminheiros do rei – hei de ter muita particular lembrança de tudo que obrardes...para vos fazer a mercê e honra que espero me saibas merecer, escrevia Afonso VI ao velho paulista – deparara com as suas esmeraldas em 1681, na realidade apenas mediocres águas marinhas, mas cuja árdua busca, de sete anos, levava os exploradores até ao limiar das terras auríferas na região do Alto Rio Doce, possibilitando-lhes, a partir de 1693, o achado dos descobertos do Ribeirão do Carmo e do Ibupiranga, do Rio das Mortes e do Serro do Frio.”²⁹ (**Goulart**, 1975, p. 133)

Este efetivamente é o momento que demarca (como diria Wallerstein: o ponto de viragem) para as novas relações sociais de um Brasil que era até então, essencialmente escravista açucareiro agro-exportador.

²⁷ Pandiá Calógeras, historiador, foi ministro da Guerra no governo do Pres. Epiácio Pessoa (1919-1922).

²⁸ W.L. von Eschwege fora engenheiro de minas, trazido para o serviço real da corte portuguesa no Brasil.

²⁹ Quanto a primeira descoberta, nossos historiadores costumam afirmar que Fernão Dias Paes Leme teria descoberto *turmalinas*, e não águas marinhas, conforme mencionado acima. As turmalinas quando apresentam coloração verde-claro são de fato, muito semelhantes às tão procuradas esmeraldas do referido bandeirante. Acredito, que esta primeira tentativa de descobrir pedras preciosas (turmalinas são semi-preciosas), gerou o *grande impulso minerador brasileiro*, o que não deixou de representar a corrida por metais na colônia luso-americana.

Diante destes fatos, podemos agora enveredar novamente em direção as teses sobre as relações sociais de produção em nosso país colonial, no período em questão, pois nesta época seria a *mineração*, e não mais a plantagem açucareira, a atividade prioritária da colônia portuguesa americana.

Mesmo no século seguinte, a atividade produtiva mineradora será a preferida em todo o território, especialmente nas regiões centrais interioranas, até o advento da economia cafeeira que prevaleceria no Brasil pós-independência imperial e durante a 1ª República.

Assim sendo, em um ensaio sobre o escravismo africano no Brasil, teríamos a contribuição, em que, “era o negro que extraía o ouro dos córregos e do seio da terra, perfurava as galerias, lavava o cascalho, permanecendo horas a fio, quando não dias inteiros, com as pernas dentro d’água. Em qualquer dos tipos de exploração aurífera, o trabalho era extremamente penoso.” (Queiroz, 1993, p.28)

Na sequência, Queiroz (1993) lança a mão de argumentos mais técnicos, quando afirma que no caso do *ouro aluvional*, a extração exigia peneiramento através da *bateia* (espécie de bacia). Quando a areia ou cascalho aurífero das margens dos rios escasseavam, era procurado o material depositado nos leitos dos riachos.

Segundo esta autora, também foram construídos canais paralelos aos cursos d’água, onde os cativos remexiam as areias com suas ferramentas. Nos morros eram feitos canais adutores, sendo a água transportada pelos escravos, muitas vezes, por léguas de distância. Também trabalhavam nas profundezas, escavando poços e galerias, nos penosos trabalhos de escoramento, drenagem e ventilação.³⁰

Desde meados do séc. XVI, o ouro de aluvião vinha sendo explorado em São Paulo, o que nas descrições sobre nossa economia colonial considerou-se esta atividade denominada de *ouro de lavagem*; tal extração já existia nas capitanias paulistas desde aproximadamente 1560. No manual descritivo da história econômica do Brasil, o engenheiro coloca que, “mais do que escravos, deve ter proporcionado maior ativo na exportação, o ouro de lavagem que sempre existiu nas Capitanias paulistas.” (Simonsen, 1978, p. 219)

É claro que, como em Minas Gerais vinham acontecendo muitas descobertas do metal em fins do século XVI e início do XVII, boa parte dos paulistas iriam se deslocar para a região.

³⁰ Conjunto de procedimentos que juntamente às ferramentas apropriadas, tem por objetivo proporcionar as condições necessárias, para uma eficiente extração do minério, em especial, das rochas sedimentares.

Na seqüência, este pesquisador complementa bem o exposto na parte sobre o *ciclo repovoador*, quando escreve (*Vide anexo 10*):

“Não obstante dos recursos decorrentes do ouro de lavagem e do apresamento de índios para os seus trabalhos e comércio, era evidente o mal-estar econômico que se acentuava em Piratininga, na segunda metade do século XVII. Tornaram-se, em conseqüência, mais freqüentes as bandeiras colonizadoras, que se espalhavam pela costa da Capitania ou demandavam a zona pastoril, abastecedora dos engenhos do Norte.” (Simonsen, 1978, p.227)

Roberto Simonsen (1978), após ter argumentado sobre os estudos dos metais preciosos e sua interferência na evolução da economia moderna, bem como da disputa pelo primado nessa atuação, assim como as crises e efeitos sociais decorrentes da repercussão da oscilação dos valores dos ditos metais, ainda defende sobre o ciclo da mineração que,

“no exame do ciclo da mineração brasileira, num curso de história econômica, não é descabível, portanto, que se faça uma apreciação de conjunto da economia de metais preciosos, a fim de se ter uma justa impressão da grandeza desse ciclo, dentro da economia mundial, das ações e reações que provocou entre esta e a formação nacional, assim como do concurso final que a ambas prestou.” (Simonsen, 1978, p. 247)

Este estudioso reforça ainda mais a importância do ciclo econômico referido, quando, no item específico sobre *moeda metálica*, nos afirma: “O estudo da economia de povos primitivos demonstra que não há produto de valia que não tenha servido como moeda ou instrumento de troca. Mas desde que uma sociedade atinja um certo grau de progresso, as suas preferências para os signos metálicos se votam para os metais preciosos.” (Simonsen, 1978, p.248)

4.2.2 *Uma ligação da mineração no Brasil com a economia-mundo*

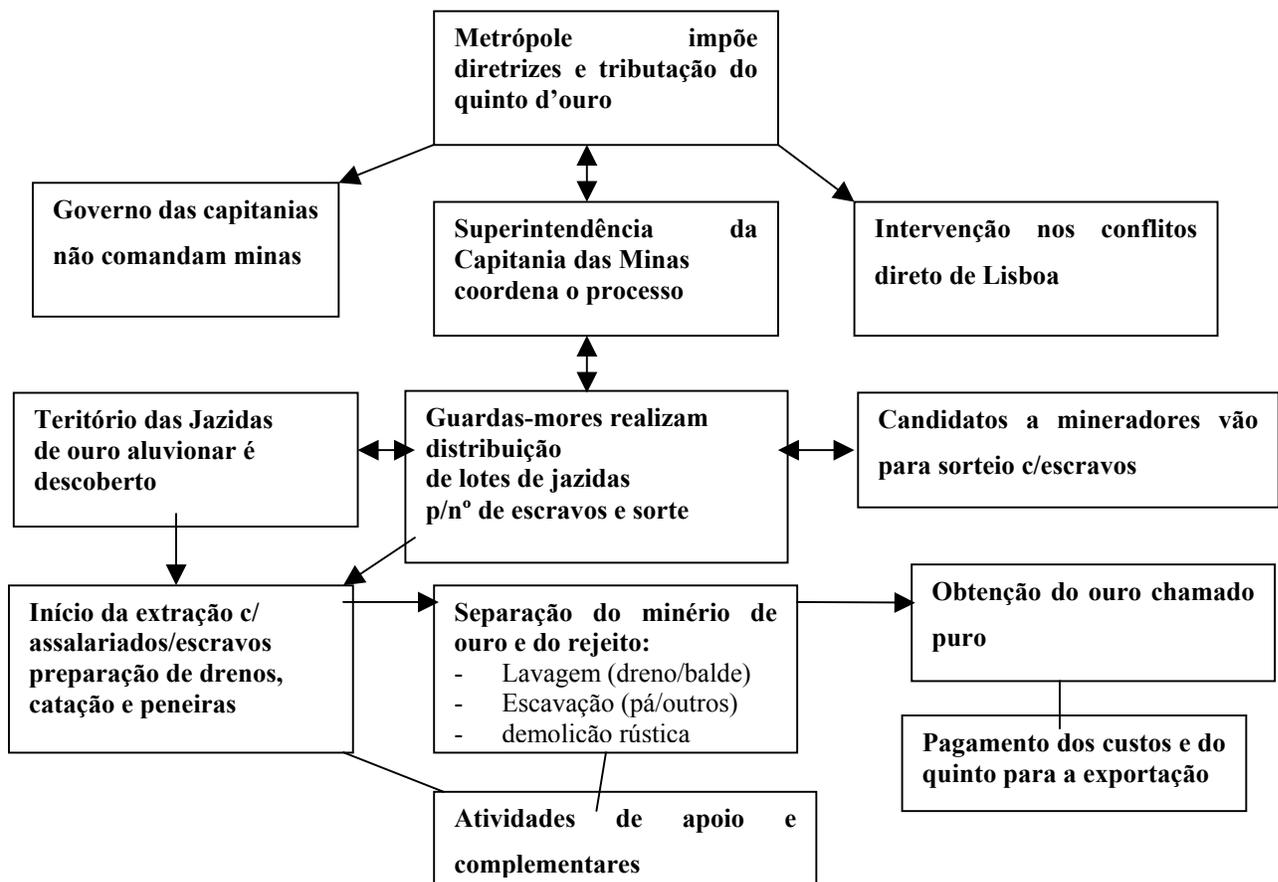
Continuando a linha de raciocínio do item anterior, o autor contextualiza que: “É que a experiência demonstrou possuírem esses metais, uma séria de características necessárias à boa moeda: grande valor em pequeno peso, inalterabilidade, divisibilidade, facilidade de *cunhagem*, resistência a uma fácil usura, menor variação dos valores do que os demais produtos, etc.” (Simonsen, 1978, p. 248)

E mais adiante, ele nos apresenta, o que poderíamos considerar como uma primeira grande análise conclusiva, especialmente na parte sobre o *império do ouro*, que: “A abundância de metais preciosos nos primeiros séculos dos tempos modernos exerceu decisiva influência na elaboração da economia capitalista.” (Simonsen, 1978, p.257)

Em se tratando das características acima referidas, seria oportuno e importante, a elaboração de um fluxograma que mencione as linhas gerais do processo de mineração adotado no Brasil do séc. XVIII.

No diagrama abaixo, podemos observar que o mesmo apresenta-se de forma mais simplista do que os anteriores da cadeia mercantil do açúcar. Entretanto, tal simplicidade pode ser bem vinda, a medida que esta rede da mineração estava bem mais restrita em termos de alcance regional e também em termos de valores absolutos quanto aos totais de exportação.

Diagrama simplificado da rede do ouro luso-brasileiro (1690-1820)



A exportação do açúcar superou a produção mineira (*ver quadro de Simonsen na pág. 95*), em termos de libras para a época, de duas vezes e meia; para tanto constatou-se a necessidade da elaboração de um modelo matemático visando uma reinterpretação sobre as *170 milhões de libras* da mineração no apêndice desta dissertação. Logo, devemos considerar primeiramente que, a quinta parte da dita produção (pelo menos teoricamente) seria destinada à metrópole lusitana. Logo, os oitenta por cento dos metais que ficavam na colônia deveriam, a princípio, pagar todos os custos envolvidos, bem como o lucro dos mineradores no processo de produção.

Qualquer atividade mineira, historicamente demandou gastos elevados, principalmente em um ambiente de trabalho assalariado. Mas, este, evidentemente não era o ambiente do Brasil destes tempos, pois o trabalho predominante era o escravo. Logo, a forma escravista serviria para as pretensões dos senhores das Minas Gerais e da corte portuguesa, uma vez que a sociedade em geral se adaptaria à nova atividade da extração aurífera e das pedras preciosas. Entretanto, com a obrigatoriedade do *quinto* para a Coroa, os senhores mineradores não poderiam esperar cem por cento do resultado do processo produtivo, e sim, no máximo, com os oitenta por cento que sobrariam após a tributação, e daí então cobrir todo o custo agregado.

Contudo, com a mão-de-obra mais barata do mercado, seria possível viabilizar as primeiras empresas mineradoras do território nacional e compensar o custo tributário, o qual não poderia ser evitado, por causa da ação eficiente fiscalizadora dos *guardas-mores*, retratada por **Caio Prado** (1962) em sua tese de história econômica do Brasil.

Outrossim, em um ensaio teórico especializado sobre a evolução da escravidão brasileira, nos foi mostrado na parte estrita do desenvolvimento do escravismo, importantes argumentações no tocante ao *percurso da economia e o amargo trabalho nos engenhos*, com uma profícua análise sobre a riqueza e miséria nas minas, destacando-se:

“Se o escravo foi fundamental na economia da cana, não o foi menos na mineração: constituiu a força de trabalho sobre a qual se assentou ali toda a atividade produtiva. Basta lembrar a correlação direta entre o crescimento da extração do ouro e a mão-de-obra servil³¹: nas primeiras décadas do século XVIII, Minas Gerais contava com 33 mil escravos; em 1735 dispunha de 96 mil e, em 1786, cerca de 174.135, altíssima proporção para uma população total de 362.847 habitantes.” (**Queiroz**, 1993, p. 28)

³¹ Possivelmente o termo *mão-de-obra servil* foi utilizado como uma variante de trabalho forçado ou talvez com objetivo de estabelecer uma analogia entre servilismo e escravismo.

A autora também destacou que “vários estudiosos admitem que 860 mil deles (os escravos) foram utilizados na mineração em geral durante o período colonial.” (Queiroz, 1993, p. 28)

Contudo, **Simonsen** (1978) sobre a mão-de-obra servil no período colonial, nos apresenta o número confirmado de 600 mil, correspondente aos escravos que trabalharam na mineração no século XVIII. A partir do exposto, Simonsen de acordo com Humboldt ³², retrata que,

“a importação européia dos metais preciosos da América alcançou 160 milhões de libras no século XVI, 360 milhões no séc.XVII, 650 milhões no séc.XVIII.” O eng. ainda coloca que, “esse mesmo autor avalia a produção total desses metais (no caso, o ouro e a prata) nas colônias portuguesas e espanholas, entre 1493 e 1803, em 1 bilhão e trezentos milhões de libras, dos quais 1 bilhão em prata e trezentos milhões em ouro.” (Simonsen, 1978, p. 253)

Contudo, sobre as *jazidas diamantíferas*, podemos destacar que, “o total exportado entre 1729 e 1801 está avaliado em 3 milhões de quilates, cerca de 9 milhões de libras (conforme Calógeras). Não será exagerado calcular em cerca de 10 milhões de libras a produção bruta de diamantes no período colonial.” (Simonsen, 1978, p.289)

Contudo, alguns esclarecimentos fizeram-se necessários. Os números que apareceram até o momento, são tratados ora como exportação, ora como produção e até mesmo como totais da extração. Contudo, o engenheiro deixou as coisas mais claro, quando afirmou: “A produção da colônia brasileira teria sido de 155 milhões de libras registrada, e 39 milhões, a que não teria pago os quintos à Coroa. Total £ 194.000.000.” (Simonsen, 1978, p. 284)

³² Assim como Eschwege e Varnhagen, Humboldt foi um outro grande pesquisador das ciências naturais do séc.XIX.

4.3 O novo ciclo e uma análise final: consolidação do comércio triangular

Caso levantássemos os fatores que teriam levado à queda de nossa atividade mineira, ao longo do último quartel do século XVIII, no âmbito das relações peculiares sobre o trabalho escravo mineiro estabelecido no período ora estudado, e, em decorrência das imposições do semiperiférico Portugal, influenciado este pelo centro da economia-mundo que se consolidava no comércio triangular, teríamos que averiguar alguns pressupostos da teoria de Eric Williams, lançada em 1944, a cerca da sua temática sobre “capitalismo e escravidão”.

Este autor elaborou importante análise, onde afirma através da teoria de Adam Smith, que a descoberta da América e a rota para a Índia teriam sido, os dois maiores acontecimentos da história da humanidade. Na obra em destaque, o autor também montou um constructo teórico que visa a compreensão do comércio triangular, que correspondia nos séculos XVII e XVIII, ao que ele mesmo afirma: “Nesse comércio triangular, a Inglaterra – da mesma maneira que França e América – fornecia exportações e navios; a África, a mercadoria humana; as plantações, a matéria-prima colonial.” (Williams, 1975, p. 57)

Logo, este comércio triangular no Atlântico proporcionava estímulo triplo à indústria britânica no século XVIII; logo, ele acrescenta: “Os negros eram adquiridos com artigos manufaturados britânicos; transportados para as plantações, produziam açúcar, algodão, anil, melão e outros produtos, cujo beneficiamento criava novas indústrias na Inglaterra; enquanto a manutenção dos negros e seus donos nas plantações propiciava outro mercado para a indústria britânica, a agricultura da Nova Inglaterra e a pesca da Terra Nova.” (Williams, 1975, p. 58)

Na seqüência deste raciocínio, ele antecipa uma conclusão com base no estudioso Gee que teria escrito: “Por volta de 1750, quase não havia cidade comercial ou manufatureira na Inglaterra que não estivesse ligada de alguma forma ao comércio triangular ou colonial direto.” Assim, o autor completou que, “os lucros obtidos forneceram um dos principais fluxos dessa acumulação de capital na Inglaterra que financiou a Revolução Industrial. Evidentemente, os metais brutos produzidos na América – principalmente o ouro dos ibéricos – seriam decisivos para compor o tesouro inglês.” (Williams, 1975, p. 58)

Quanto à tese da formação do Brasil no Atlântico, o autor elabora a pergunta – *Um comércio triangular?* - sobre as relações entre mercados de escravos do Brasil com a África, e, considerando que os *fluxos estimulam intercâmbio, fixam capitais e diminuem custos de transporte no Atlântico Sul*³³ continuou que, “este último fator leva Wallerstein que, a exemplo de Braudel, considera o tráfico negreiro unicamente como um segmento do comércio triangular, a sugerir, numa de suas raras observações sobre o assunto, que *o preço do transporte dos africanos poderia ter sido inferior às despesas causadas pela fuga dos índios na América.*” (Alencastro, 2000, p.116)

Em complemento ao exposto, **Simonsen** (1978) obteve informações relevantes do comércio importação de africanos no Brasil, em um recorte à parte sobre o *preço dos escravos*, alegando, por exemplo que, o africano era um elemento caro, pois seu valor médio oscilou sempre entre 20 e 30 libras, sendo que em alguns momentos chegou a valer 100 libras. Assim, o próprio autor nos afirma:

“Uma importação de 3.300.000 escravos representa mais de 100 milhões de libras, importância considerável, relativamente aos valores produzidos pelo Brasil, avaliados, no período em apreço, em cerca de 170 milhões de libras para a mineração, e 400 milhões para o açúcar. Ademais, o braço escravo representava apreciável empate de capital; e a sua importação, dado o seu preço, só seria admissível para uma produção efetiva. (Simonsen, 1978, p.136)

Convém lembrar sobre a citação acima, que o período abordado seria 1500-1820. Foi observado também, que a quantidade de 400 milhões assinalada não confere com os 300 milhões do quadro da exportação colonial do final deste capítulo; percebe-se que os valores dos preços dos escravos são por demais elásticos, e, em função disto poderia ser fácil constatar que havia especulações em torno destes valores oscilantes, a depender do mercado mundial, do momento histórico das nações envolvidas no tráfico africano e, na produção específica.

Ainda de acordo com Simonsen, teríamos que a história do tráfico escravista confere alguns elementos de *controle*, sendo o fornecimento de braços especialmente para América Espanhola, em certo período, um dos grandes negócios internacionais. Os “asientos”, como eram chamados estes contratos, foram muito disputados pelas grandes nações.

³³ **Wallerstein** (1974, vol.I, p.94) entendeu como sendo muito alto o custo potencial de evitar as fugas da população indígena remanescente. **Alencastro** (2000) alega que, trata-se de uma idéia redutora a respeito de um fenômeno de vasta implicação.

4.3.1 O declínio da produção mineira

O declínio da mineração foi um processo diferente em relação aos outros ciclos econômicos, conforme constatado pelos relatos de **Gorender** (1978) e dos historiadores da economia brasileira; este ciclo entra em decadência tão logo se expande em Minas. Quanto a isto, **Furtado** (2003) sobre o *fluxo da renda*, contribui com a assertiva de que:

“A exportação de ouro cresceu em toda a primeira metade do século e alcançou seu ponto de máximo em torno de 1760, quando atingiu cerca de 2,5 milhões de libras. O decênio compreendido entre 1750 e 1760 constituiu o apogeu da economia mineira, e a exportação se manteve então em torno de 2 milhões de libras.” (**Furtado**, 2003, p. 84)

Na obra sobre a formação do Brasil no Atlântico Sul, o historiador **Luiz Alencastro** (2000), baseado nas tabelas de Philip Curtin revistas por David Eltis, apresenta os números dos escravos desembarcados por região da América, sendo que no período 1741-1760, teriam vindo para o Brasil 355 mil africanos. Evidentemente nem todos estes africanos foram deslocados para as áreas mineiras, pois as demais atividades estabelecidas também demandavam mão-de-obra.

Podemos agora verificar um rápido histórico sobre as *tributações* do ciclo mineiro, retratado na história econômica brasileira, onde inicialmente o autor afirmou: “Não deixou de levar algum tempo a organização fiscal das minas. Já existia abundante legislação a respeito. Tratava-se, porém, de zonas afastadas, onde tudo era improvisado. Em 1700 foram enviados às minas os primeiros provedores para o recebimento dos quintos.” (**Simonsen**, 1978, p. 276)

Continuando, o engenheiro também enfatizou a insistência da Coroa em instalar casas de fundição, desde 1713, sendo que somente começariam a funcionar em 1725. Houve resistência à criação das fundições por parte dos mineradores neste período, até que o governador adquiriu autoridade para impor a dita implantação.

Logo, com referência à data a partir de 1725, este autor afirma: “Todo ouro era levado a esses estabelecimentos e, após retirada dos quintos, era fundido e restituída a respectiva barra ao proprietário, com a sua guia. Julgado excessivo o imposto e acentuando-se a fraude, foi ele, em 1730, reduzido a 12%.” (**Simonsen**, 1978, p. 277)

Assim, os *mineradores* formaram então uma nova classe senhorial, acumulando praticamente todo o excedente, após o pagamento dos tributos e dos custos totais da atividade.

Após as negociações entre mineradores e a Coroa, sobre o sistema em arrobas anuais e o imposto de capitação³⁴ ter sido considerado injusto, **Simonsen** (1978) enfatizou que em 1750, no reinado de D. José I, voltou novamente a Coroa a receber os quintos em barras nas casas de fundição, garantindo os mineradores o mínimo anual de 100 arrobas³⁵ (ato que originou a derrama), que poderiam ser compensados em dois anos sucessivos; a *derrama* estipulava um mínimo de arrobas, onde a Coroa viria impor a cobrança para assegurar uma consistente parcela de apropriação dos excedentes.

Não foi mais alterado esse sistema de cobrança até o final da era colonial, se bem que, com a decadência das minas, se tivesse tornado por demais oneroso, e a exigência do mínimo praticamente abandonada. Em 1759 foram arrecadadas 116 arrobas. A partir de 1766 foi caindo a produção, rendendo o imposto 70 arrobas em 1777, 30 arrobas em 1808, 7 em 1819 e 2 em 1820.

4.3.2 *Razões do insucesso da atividade mineira do Brasil*

Segundo **Caio Prado** (1962), ainda a respeito do declínio, no século XVIII, da atividade mineira no Brasil, escreveu exatamente que,

“a decadência da mineração do ouro (que já começa a se fazer sentir desde meados do século) deriva de várias causas. A principal é o esgotamento das jazidas. O ouro brasileiro é na maior parte de aluvião, e se encontra sobretudo no leito dos cursos d'água e nas suas margens mais próximas. Ele resulta de um processo geológico milenar em que a água, tendo atacado as rochas matrizes onde antes se encontrava o metal, o espalhou por uma área superficial extensa.” (**Prado Jr.**, 1962, p. 61)

Na sequência, sobre os teores de minério de ouro, ele nos explica que: “daí a pequena concentração em que foi encontrado (o ouro) e o esgotamento rápido dos depósitos, mesmo os mais importantes. O que sobra é de um teor aurífero tão baixo que não paga trabalho de vulto, e dá apenas para o sustento individual de modestos faiscadores isolados.” (Prado Jr., 1962, p.61)

Enfim, para completar o assunto que envolve as razões, as quais teriam levado à decadência do ciclo da mineração no Brasil, **Prado Jr.** (1962) expõe que a exploração do nosso ouro tornou-se antieconômica, até os dias de hoje (início da década de 1960), sendo os pobres faiscadores mal conseguindo apurar seu sustento.

³⁴ O número de escravos era base de cálculo, neste caso *17 gramas por escravo*, cfe. Simonsen (1978).

³⁵ Uma arroba equivale a 16,333 kg, pois 49 kg correspondem a 3 arrobas. No entanto, **Kátia Mattoso** (1990), destaca que a arroba corresponde a exatos 14,75 kg.

Diante disto, em função da raridade da ocorrência de rochas matrizes (grandes concentrações primitivas de ouro), ele ainda afirma que: “a maior e mais rica mina de ouro, a de Morro Velho em Minas Gerais (a única de grande vulto existente), tem um teor de 10,4 gramas de ouro por tonelada de minério, quando o das minas consideradas de boa produtividade nos grandes centros auríferos da atualidade (a Austrália, p.ex.) atinge o dobro daquela taxa.” (Prado Jr., 1962, p. 61)

Este historiador ainda destaca precisamente que,

“mas, além da raridade e pobreza das rochas matrizes, outro obstáculo impediu os mineradores do séc. XVIII de as explorarem: a sua técnica deficiente. Enquanto se tratou de depósitos superficiais de aluvião, não foi difícil extrair o metal. Mas, quando foi preciso aprofundar a pesquisa, entranhar-se no solo, a capacidade dos mineradores fracassou; tanto por falta de recursos como de conhecimentos técnicos.” (Prado Jr., 1962, p. 61)

E por falar em *recursos*, era justamente o que Portugal menos tinha a oferecer, e, pelo contrário, precisava urgente dos metais para trocá-los por aquilo que não fora capaz de produzir no seu modesto parque fabril da época. Além disso, a falta de pessoal tecnicamente treinado para a extração do minério das jazidas, também comprometeu a atividade. Este emaranhado de fracassos, gerou uma onda de descontentamento popular em toda a região mineira.

Sendo assim, **Simonsen** (1978), após ter comentado sobre as fraudes e o esgotamento das jazidas, afirmou que,

“mínimo de 100 arrobas, asseguradas ao Tesouro Régio por intermédio das câmaras municipais, tornou-se um encargo pesadíssimo, desde que a mineração declinou. Os vexames e as ameaças constantes, resultantes do não cumprimento do tratado por parte dos mineradores, provocaram descontentamento geral, de que constituíram índices as revoltas de Vila Rica e a conspiração de Tiradentes.” (Simonsen, 1978, p. 277)

Wallerstein (1989) realça o movimento inconfidente mineiro do Brasil, quando, sobre a *2ª era de grande expansão da economia-mundo capitalista europeia*, coloca que,

“En Brasil, la era pospombalina dio lugar a dos conspiraciones, la denominada *Inconfidência mineira* de Minas Gerais en 1788-1789 y la Conjuraçã Bahia en 1798. Ambas fueron intentos tempranos de lograr la independencia. La primera, dirigida por las élites criollas que protestaban contra los impuestos, fue um movimiento precursor; la segunda fue urbana y más radical, orientada a un levantamiento armado dos los mulatos, negros libres y esclavos.” (Wallerstein, 1989, p. 355)

Na tese do escravismo colonial brasileiro, teríamos as razões destas crises da sociedade agro-mineira brasileira, quando seu autor afirmou que: “A correlação *essencial* entre mineração e trabalho escravo se fez sentir nos efeitos que a descoberta das jazidas auríferas provocou na vida colonial. A correlação entre mineração e escravismo patenteou-se num regime territorial particular, estabelecido pelo Regimento de abril de 1702.” (Gorender, 1978, p. 437)

Assim sendo, continuando a defesa acima, e, após ter apresentado suas correlações entre mineração e escravismo, realizou-se um recorte, como ele mesmo argumenta: “O fato é que a mineração induziu uma concentração de mão-de-obra servil de dimensões até então desconhecidas no Brasil.” (Gorender, 1978, p. 438) Na seqüência, ele nos apresenta um quadro da população em Minas Gerais, onde ficou fácil verificar que no período 1742-1786, o percentual de escravos esteve entre 54% e 48%.

Quadro 2: População de Escravos e Livres em Minas Gerais				
Ano	Escravos	Livres	Total	% de escravos no total
1742	94.128	80.000	174.128	54
1776	163.240	156.529	319.769	51
1786	174.135	188.712	362.847	48

Fonte: Jacob Gorender, 1978.

Este estudioso ainda complementa: “Como se vê, carece de fundamento a tese de que os escravos nunca predominaram numericamente sobre os homens livres na região mineradora.” Também constatou a estatística de uma zona mineradora de Mato Grosso, que 20 anos após o início da extração do ouro, apresentou conforme quadro específico, uma população de 3.530 escravos, representando 58% do total daquela região.” (Gorender, 1978, p. 439)

Em seguida, **Gorender** (1978) desloca-se para a questão das *alforrias*, onde ele destaca que:

“As possibilidades de libertação, de que supostamente gozariam os escravos na mineração, também precisam ser colocadas nos justos termos. É certo que muitos escravos furtavam ouro em pó ou mineravam clandestinamente à noite e nos dias de repouso. A mineração teve dois processos institucionalizados de alforria. Um deles, de 1734, mandava libertar o escravo que descobrisse diamante de 20 quilates para cima. O outro, de 1771, estabelecia norma na qual o escravo que delatasse o tráfico de diamantes pelo amo, ganharia a liberdade e parte dos bens do acusado.” (Gorender, 1978, p. 439)

Continuando, **Gorender** (1978) esclarece que aconteceu o contrário, isto é, senhores e escravos tornaram-se cúmplices na extração clandestina e no contrabando de diamantes. Ele também acredita, que a mineração não engendrou uma nova sociedade ou um escravismo de tipo diferente, porém que dela surgiu uma forma peculiar de escravidão colonial, submetida às mesmas leis específicas do modo de produção dominante.

Finalmente, considerando as explicações levantadas e voltando à questão do insucesso da empresa mineira do Brasil no século XVIII, **Maurício Goulart** (1975) desabafa que,

“dispendiosa e ineficiente, é como Caio Prado vê a administração portuguesa dessa época referente à mineração. E continua: A ignorância, a rotina, a incapacidade de organização na sociedade caótica que se instalara nas minas, e cuja constituição não fora condicionada por outro critério que dar quintos a um rei esbanjador e a sua corte de parasitas, e nos restos satisfazer o apetite imoderado de aventureiros, davam-se as mãos para completar o desastre.” (**Goulart**, 1975, p. 133)

E ele continua em tom de indignação que, “desorganizam-se as capitâneas agrícolas, arrebatados seus povoadores pelo fascínio do ouro, depõe Antonil, rumam brancos, pardos, negros e índios das cidades, vilas, recôncavos e sertões: A mistura é de toda a condição de pessoas, homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares, clérigos e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não tem no Brasil convento nem casa.” (**Goulart**, 1975, p. 133)

Este historiador, ainda faz referência ao Padre Andreoni, em relação ao êxodo para as minas, quando o jesuíta afirma que, “para essa gente, não houvera até então governo algum bem ordenado: apenas se guardam algumas leis que pertencem às datas e repartições dos ribeiros. No mais, não há ministros nem justiças que tratem, ou possam tratar, dos castigos dos crimes, que não são poucos, principalmente dos homicídios e furtos.” (**Goulart**, 1975, p. 133)

Assim sendo, é ainda essencial destacar sobre a população escrava, que o eng. **Simonsen** (1978), embora tivesse registrado o número de 600 mil negros destinados ao trabalho das minas, foram necessários mais 260 mil. Ele mesmo diz, quanto à produção mineira:

“Admitimos a produção de 200 gramas de ouro para homem-ano no século XVIII, teríamos, portanto, como escravos usados na mineração, adotando-se a vida média de 7 anos e supondo uma produção geral de 1.200.000 quilos de ouro, um total de 860 mil, dos quais 600 mil ou dois terços seriam importados.” (**Simonsen**, 1978, p.135)

Enfim, sem querer frustrar expectativas sobre análise global do ciclo do café no Brasil, o último capítulo não poderia ter todo este alcance, pois as análises desta dissertação só poderiam atingir a faixa temporal até a abolição da escravidão brasileira; sabemos pois, que a primazia da atividade cafeeira segue até meados do século XX. Daí, o fato da ênfase teórica da *nova expansão capitalista do século XIX* inspirada em **Wallerstein**, ter roubado a cena.

4.4 Os elos do trabalho escravo mineiro do Brasil com o mundo moderno

Considerando o período abordado de 1680-1792, pode-se constatar basicamente que foi um momento singular de fortalecimento de nosso *sistema colonial*, pois, após a vitória dos portugueses sobre os holandeses em Angola (1665), a descoberta das primeiras jazidas de ouro e a destruição de Palmares na última década seiscentista, uma relativa calma formou-se na colônia do Brasil. As primeiras grandes *bandeiras* promoveram o alargamento das fronteiras de tal maneira que o país, rapidamente, dobrou seu território. Portanto, poderíamos admitir um novo impacto territorialista liderado essencialmente pelos paulistas. Contudo, as “*novas terras do Brasil*” seriam fruto de uma miscibilidade entre os novos tratados do século XVIII e a ousadia invasora dos bandeirantes (*Vide anexo 10; mapa de Alencastro, 2000*).

Quanto às interferências internacionais, poderíamos admitir que, com exceção do semiperiférico império hispânico, praticamente não houveram imposições diretas da economia-mundo neste período no Brasil. A colônia finalmente fortaleceu, ou melhor, obteve um fôlego político importante, graças inclusive às lutas entre França e Inglaterra (Guerra dos Sete Anos, Independência dos Estados Unidos e Guerras Napoleônicas) e, também, ao declínio financeiro holandês do final do século XVIII.

João Fragoso (1998), com base no reforço do modelo explicativo de Novais, para a economia colonial de Prado Jr. e aperfeiçoado por Celso Furtado, demonstra que o *Antigo Sistema Colonial* entrou em crise em fins do século XVIII, em virtude da suplantação do capitalismo comercial pela Revolução Industrial, sendo que Londres emanava imposição do livre comércio, acompanhada pelo poder do Marquês de Pombal, de modernizar a economia lusitana. Assim, o historiador em destaque apresentando seu próprio pressuposto, declara que, “entretanto, a conjuntura surgida com as guerras napoleônicas e a consequente transferência da Corte lusa para o Brasil culminaram com o fim do Pacto Colonial, através da abertura dos portos (1808). Ferido no seu cerne, o colapso do sistema seria então definitivo. (**Fragoso**, 1998, p. 70)

Neste tempo, o tráfico de escravos, embora na Europa estivesse declinando, se intensificou tremendamente na América. Somente para a atividade da mineração teriam vindo pelo menos cerca de 600 mil novos escravos para o Brasil. Na Inglaterra iniciou um movimento abolicionista endógeno, rompendo com o antigo regime colonial escravista, no final do séc. XVIII.

Assim sendo, no debate do arcaísmo como projeto, os historiadores apresentam uma inédita teoria, calcada basicamente no pressuposto de que este *Antigo Regime* deveria continuar vingando na colônia do Brasil, pois o mundo moderno e suas tendências revolucionárias poderiam colocar em risco as aristocracias envolvidas naquelas atividades mais rentáveis. Assim, como os próprios historiadores enfatizaram, teríamos pois que, “se tomarmos o século XVIII lusitano, observaremos o amplo domínio de estruturas agrárias tradicionais, configurando, em princípio, a típica paisagem do Antigo Regime: a aristocracia controlava, direta ou indiretamente, metade das terras e seus pares eclesiásticos cerca de 30%.” (Fragoso & Florentino, 2001, p.41)

Em função destas explanações, e, sabendo que neste período o tráfico internacional de escravos tornou-se uma das atividades mais relevantes da economia-mundo, elaborou-se o quadro do número de africanos trazidos para o Brasil na era da mineração. Em seguida, será mostrado o quadro mais completo com o objetivo de possíveis comparativos.

Quadro 3: Número de escravos desembarcados para as atividades mineira e de plantagem		
<i>(Obs.: Aproximadamente 600 mil foram importados para mineração, seg. Simonsen(1978))</i>		
Período	Número de escravos para as diferentes atividades	Percentuais
1676-1700	175.000	10,7%
1701-1720	292.700	17,8%
1721-1740	312.400	19,0%
1741-1760	354.500	21,6%
1761-1780	325.900	19,9%
1781-1790	181.200	11,0%
Total	1.641.700	100,0%
Fonte: Dados de Philip Curtin (in Alencastro, 2000). Percentuais foram inclusos neste texto objetivando mostrar que o apogeu da atividade mineira coincide com o maior tráfico até então.		

Logo, verificou-se na teoria de **Alencastro** (2000), especialmente na tabela (*completa no anexo 6*) baseada em dados de Philip Curtin, vista abaixo adaptada com os dados do Brasil, observa-se os números deduzidos resultantes do tráfico de escravos (*vide mapas anexos 11 e 12*), tornam-se ascendentes novamente após a expulsão dos holandeses até o início do declínio da mineração no século XVIII.

Quadro 4: Estimativa de africanos desembarcados no Brasil (milhares de indivíduos)			
Período	Brasil	Total	Diferença
1451-1550	0,0	119,8	119,8
1551-1575	10	61,3	51,3
1576-1600	40	93,8	53,8
1601-1625	150	237,8	87,8
1626-1650	50	132,3	82,3
1651-1675	185	368,5	183,5
1676-1700	175	602,5	427,5
1701-1720	292,7	855,1	562,4
1721-1740	312,4	926,3	613,9
1741-1760	354,5	1.197,2	842,7
1761-1780	325,9	1.309,7	983,8
1781-1790	181,2	754,1	572,9
1791-1800	233,6	686,7	453,1
1801-1810	241,3	609,0	367,7
1811-1820	327,7	534,3	206,6
1821-1830	431,4	595,3	163,9
1831-1840	334,3	552,1	217,8
1841-1850	378,4	433,0	54,6
1851-1860	6,4	141,2	134,8
1861-1870	0,0	37,5	37,5
TOTAL GERAL	4.029,8	10.247,5	6.217,7
Fonte: Adaptação da tabela de Philip Curtin revista por David Eltis, em Alencastro (2000, p. 69)			
<i>Obs.: A coluna do total inclui toda a América, mais Europa, ilhas atlânticas e São Tomé.</i>			

Importante observar, que a coluna da diferença foi elaborada nesta dissertação, com o intuito de mostrar, que o ponto de máximo do tráfico de escravos é divergente entre o Brasil e as demais colônias juntas. Logo, também constatou-se que, o movimento abolicionista inglês do final do século XVIII foi de grande amplitude, provocando uma queda substancial nas atividades escravistas da economia-mundo, com exceção da atividade do café no Brasil.

Também seria relevante verificarmos a exportação colonial brasileira, a partir dos dados de **Roberto Simonsen** (1978), já que agora estaríamos chegando no período da transição do Brasil colônia para o império, bem como conscientizarmo-nos do fato de que o *café* foi pouco significativo até então.

Quadro 5: Exportação colonial brasileira (1500-1820)		
Atividade	Valor em libras	Porcentagem do total (%)
Açúcar	300.000.000	56,00
Mineração (ouro e diamante)	170.000.000	31,70
Couros	15.000.000	2,80
Pau-Brasil	15.000.000	2,80
Tabaco	12.000.000	2,23
Algodão	12.000.000	2,23
Arroz	4.500.000	0,84
Café	4.000.000	0,75
Cacau, especiarias e outras drogas	3.500.000	0,65
Exportação total	536.000.000	100,00
Fonte: Adaptação de Roberto Simonsen, 1978, p. 381. Refere-se ao período 1500-1820.		
<i>Obs.: Os percentuais foram inseridos nesta dissertação.</i>		

Mas, embora a produção de café tenha sido quase insignificante durante todo o período colonial, a mesma será decisiva nas primeiras décadas do século XIX, de acordo com a especialista que afirma: “O plantio de café foi estimulado pela solicitação crescente do produto, por parte dos países europeus, principalmente depois de cessadas as convulsões político-econômicas provocadas pelas guerras napoleônicas e pelo Bloqueio Continental. No mesmo sentido agiu a demanda dos Estados Unidos que atravessava um período de progresso e melhoria geral de nível de vida.” (Costa, 1982, p. 5)

5 A GRANDE LUTA NO CENTRO E A NOVA EXPANSÃO CAPITALISTA DO SÉCULO XIX (C.1792-1888)

Será avaliado nesta unidade, a ligação deste novo cenário da economia-mundo conforme temática acima proposta, com o trabalho escravo associado à atividade cafeeira do século XIX no Brasil. Isto posto, vejamos agora algumas análises da evolução da economia escravista na época em questão.

Neste capítulo também deverá ser tratado os rumos da economia-mundo européia do final do século XVIII até fins do XIX, com a Inglaterra assumindo a hegemonia do sistema mundial moderno, através de uma série de lutas desde fins do século XVI, e, gradativamente minando as potencialidades econômicas de seus adversários, a começar pelo império hispânico (séc. XVII), depois a Holanda (séc. XVIII) e, por último, a França (séc. XIX).

Assim sendo, retomando a discussão das relações sociais estabelecidas para o Brasil, observa-se um quadro sociológico bem diferente no início da era pós-Inconfidência.

A respeito do escravismo colonial, quanto à análise da *economia posterior à mineração*, (Gorender, 1978), com base nos estudos de Saint-Hilaire mencionou que a transferência da Corte de Lisboa, em 1808, ao Rio de Janeiro, que se tornou o centro político do Império português, depois do Brasil independente, e o impulso tomado pelas plantagens de café no Vale do Paraíba, criaram um mercado estimulante para a produção agropecuária de Minas Gerais. A vida urbana não podia deixar de sofrer brusca retração, bastando ver que a capital, Vila Rica, teve sua população diminuída de 20 mil para oito mil habitantes.^{36 37}

Este estudioso aprofunda a questão, a medida que na sequência mostra seu próprio recorte quando transmite que,

“Ora, o mais significativo a salientar aí consiste em que, neste processo de reconversão, se manteve a estrutura da economia com seu fundamento na grande exploração escravista. Minas Gerais adquiriu a feição singular, no conjunto do país, de uma economia de grandes explorações escravistas produtoras de gêneros alimentícios consumidos no mercado interno. O desenvolvimento posterior da cafeicultura na zona mineira do Vale do Paraíba só fez acentuar o caráter escravista da base econômica.” (Gorender, 1978, p. 448)

³⁶ Cfe. Saint-Hilaire, Op.cit., p.70. (in Gorender, adaptado, 1978, p. 448)

³⁷ Segundo Luccock e Saint-Hilaire (in Gorender, 1978), “a retração urbana foi compensada pelo desenvolvimento da lavoura de gêneros de subsistência, pelo cultivo da cana, do fumo e do algodão, mais tarde do café, por um impressionante incremento da pecuária bovina e suína e ainda por peculiar expansão da indústria artesanal de tecidos com finalidade mercantil.”

5.1 Revoluções e guerras na Europa: a corte portuguesa no Brasil

Antes de iniciar a descrição sobre a economia-mundo e o trabalho no Brasil na virada do século XVIII para o XIX, averiguamos que na tese do sistema mundial moderno, especialmente sobre – *A luta no centro: Fase II* – onde o autor enfatizou que, “não é possível analisar os fenômenos sociais sem os limitar no espaço e no tempo.” Logo, a expressão *revoluções e guerras* condiz com uma *era* que sucede o período de 1600 a 1750, “um período em que a economia-mundo européia passou por uma longa estagnação relativa da produção total do sistema como um todo.” (Wallerstein, 1980, p.241)

Em relação, mais especificamente, ao período 1689-1763, este sociólogo justifica sua escolha temporal, “porque delimita uma época de rivalidade anglo-francesa ininterrupta.”

Dessa forma, sem esquecermos do mérito da Revolução Francesa, cuja renovação de caráter político gerou a queda da monarquia Bourbon e a ascensão burguesa no período 1789-94, na parte sobre *indústria e crescimento*, a história da economia-mundo considera: “A Revolução Industrial que se inicia ou emerge na Inglaterra pelos anos 1750 ou 1760 apresenta-se como um processo de extrema complexidade.” (Braudel, 1998, p.497)

5.1.1 As revoluções da economia-mundo capitalista

Wallerstein (1989) defende que “nenhuma das grandes revoluções dos finais do século XVIII – a denominada Revolução industrial, a Revolução francesa, as independências dos colonos da América – *representou* desafios fundamentais ao sistema capitalista mundial.”

O sociólogo completa então, no que pareceu melhor em espanhol, dizendo: “Lo que sí *representaron* fue un avance en su consolidación y afianzamiento. Las fuerzas populares fueron suprimidas, y su potencial constreñido por las transformaciones políticas. En el siglo XIX esas fuerzas (o más bien sus sucesoras) reflexionarían sobre sus fracasos y construirían una estrategia de lucha completamente nueva, estrategia que sería mucho más organizada, sistemática e autoconsciente.” (Wallerstein, 1989, p. 357)

Todavia, na tese da história do trabalho elaborou-se uma reflexão interessante quando seu autor afirma que, “o móvel do capitalismo é a chamada Revolução Industrial, caracterizada pela evolução tecnológica aplicada na produção e a conseqüente revolução nos processos de produção e nas relações sociais, combinação que confere um caráter social a essa Revolução.” (Oliveira, 2003, p.75)

Contudo, a visão acima é discrepante com a de **Wallerstein** que, por exemplo, em relação a *revolução industrial*, teria considerado tal fenômeno, um mero mito organizativo, pois o sociólogo tem outra concepção sobre revoluções.

E esta magnífica virada econômica provocada pela revolução industrial, teria contribuído para o fortalecimento do sistema como um todo? Certamente que sim, pois veremos que um quadro singular de acontecimentos envolvia diretamente os dois maiores estados centrais, que disputavam a hegemonia da economia-mundo no séculos XVII, o que também provocou no XVIII, entre outros fatores, a referida revolução. E a França estaria no meio desta disputa entre Londres e Amsterdã.

Assim, sobre *indústria, imperialismo e a “interminável” acumulação de capital*, o pesquisador dos ciclos sistêmicos de acumulação destaca quanto ao terceiro ciclo sistêmico de acumulação (o britânico) que, “durante todo o século XVIII, Londres ganhou terreno em relação a Amsterdam como centro rival de altas finanças.” (**Arrighi**, 1996, p.163)

Ele ainda acrescenta que,

“isso resultou dos sucessos britânicos na luta com a França e com concorrentes menores pelo controle exclusivo do comércio com o mundo extra-europeu, bem como da transferência do excedente de capital holandês para empresas britânicas. Ironicamente, porém, foi a derrota imposta à Grã-Bretanha por seus súditos norte-americanos, apoiados pelos franceses em aliança com os holandeses, que deu início à crise terminal do papel holandês nas altas finanças.” (**Arrighi**, 19996, p. 163)

5.1.2 – O fim do Brasil colonial e a formação do império

A presente seção, apresenta que o ponto de viragem do Brasil-colônia para o Império acontece com a vinda da família real em 1808. Assim, mesmo com a instauração do Império luso-brasileiro a partir de 1808, as atividades econômicas não perderam as características de seu sistema colonial, calcado no trabalho escravo, na monocultura e na grande propriedade. Logo, politicamente o Brasil e Portugal iriam formar um império, por interesse da Corte lusitana estabelecida na América, apesar do Brasil continuar sendo periferia da economia-mundo, com tudo que isto implica e supõe.

No entanto, no ponto de vista econômico, as atividades coloniais ainda essencialmente escravistas, seriam prolongadas nestes moldes pelo menos, por mais oitenta anos no Brasil.

Para tanto, voltando a questão da *incorporação de vastas zonas novas* à economia-mundo, vimos na teoria do sistema-mundo a elaboração de um resgate histórico comparativo, quando afirmou-se: “No curso da renovada expansão econômica (e inflação monetária) do período 1733-1817 (aproximadamente), a economia-mundo européia rompeu os limites que havia criado durante o século XVI e começou a incorporar vastas zonas novas à divisão efetiva do trabalho que abarcava.” (Wallerstein, 1989, p.179)

O sociólogo também repassa que foram incorporadas no período em questão, algumas áreas consideradas externas desde o século XVII, tais como os impérios russo e otomano, o subcontinente índio e a África Ocidental. Na seqüência ele complementa que, “estas incorporações tiveram lugar na segunda metade do século XVIII e na primeira metade do XIX. O ritmo, como sabemos, se acelerou e aos finais do século XIX e princípios do XX o mundo inteiro, inclusive aquelas regiões que nunca haviam feito parte da área externa da economia-mundo capitalista foram arrastadas ao seu interior.” (Wallerstein, 1989, p. 179)

Assim sendo, em nossa história econômica, podemos ver que, “a era colonial termina propriamente para o Brasil em 1808, embora a separação oficial date de 14 anos depois. Naquela primeira data se transfere para a colônia o governo português na pessoa do Soberano reinante e de sua Corte que fugiam aos exércitos napoleônicos invasores do Reino europeu.” (Prado Jr., 1962, p.103)

Recorrendo à historiografia na história da formação econômica brasileira, sobre o passivo colonial, Celso Furtado afirma que:

“A repercussão no Brasil dos acontecimentos políticos da Europa de fins do século XVIII e começo do seguinte, se por um lado acelerou a evolução política do país, por outro contribuiu para prolongar a etapa de dificuldades econômicas que se iniciara com a decadência do ouro. Ocupado o reino português pelas tropas francesas, desapareceu o entreposto que representava Lisboa para o comércio da colônia, tornando-se indispensável o contato direto desta com os mercados ainda acessíveis.” (Furtado, 2003, p.99)

Assim sendo, sobre a segunda era de grande expansão capitalista, recortou-se analiticamente que, “também no Brasil Napoleão precipitou os acontecimentos provocando a fuga do príncipe regente Dom João a este país.” (Wallerstein, 1989, p. 356) Na seqüência, o mesmo escreve que o rei português proporcionou a independência do Brasil, quando ao invés de retornar a Portugal em 1815, elevou o Brasil a categoria de reino recíproco.

Em função do exposto até aqui, e em relação a data acima coincidente com o ano da batalha final das Guerras Napoleônicas em *Waterloo*³⁸ (na Bélgica de hoje), a Inglaterra assumiu a hegemonia da economia-mundo.

5.2 Hegemonia britânica e o advento do ciclo do café no Brasil

Retomando as considerações sobre o ciclo britânico de acumulação, podemos então assinalar que,

“a retaliação da Grã-Bretanha contra os holandeses, depois da Guerra da Independência norte-americana, aniquilou-lhes o poderio marítimo e infligiu perdas significativas a seu império comercial nas Índias Orientais. Em consequência, uma das crises reiteradas que vinham minando o mercado financeiro de Amsterdã desde o início da década de 1760 roubou-lhe a posição central na economia-mundo européia.” (Arrighi, 1996, p.163)

Dessa forma, retomando o debate sobre o comércio triangular já mencionado no capítulo anterior desta dissertação, o autor da tese sobre capitalismo e escravidão, acrescenta: “As ilhas das Índias Ocidentais tornaram-se o eixo do Império Britânico, de importância imensa para a grandeza e prosperidade da Inglaterra.” (Williams, 1975, p. 58)

Em consequência disto, sobre o *desenvolvimento do capitalismo britânico* no período 1783-1833, o autor acima destaca: “Longe de ser um desastre nacional, como era geralmente considerada na Inglaterra e no mundo na época, a independência americana na realidade assinalou o fim de uma era antiquada e o aparecimento de uma nova. Nessa nova era não havia lugar para o monopólio das Índias Ocidentais.” (Williams, 1975, p. 141)

Ainda a respeito do colonialismo britânico, Williams (1975) alertou ainda que a expansão das forças produtivas na Inglaterra, foram estimuladas e tornadas maduras pelo sistema colonial; este sistema, na nova era, atuou como um freio que teve de ser removido.

E por falar em expansão produtiva, Emília Viotti da Costa (1982), inicia sua tese alegando ser impossível saber a respeito do início da produção cafeeira nas províncias que se tornaram os principais centros exportadores do produto durante o Segundo Império.

³⁸ Com base em estudiosos consagrados da história geral, constatou-se que, apesar da Inglaterra ter perdido a parte que lhe coube na batalha, tornou-se hegemônica. Este evento é, sem dúvida, um importante ponto de viragem na história mundial. O surgimento do imenso exército prussiano (aliado dos ingleses), no momento em que os britânicos estavam prestes a se render, provocou o diferencial para a vitória final das potências coligadas contra a França desde 1794 (expulsão dos ingleses do porto de Toulon – Sul da França).

Antes de retomarmos o debate da nova produção, ligando nossa história econômica com o resto do mundo, teríamos que, “o antigo sistema colonial, fundado naquilo que se convencionou chamar o pacto colonial, e que representa o exclusivismo do comércio das colônias para as respectivas metrópoles, entra em declínio. Prende-se isto a uma transformação econômica profunda: é o aparecimento do capitalismo industrial em substituição ao antigo e decadente capitalismo comercial.” (Prado Jr., 1962, p.125)

Assim, **Carlos R. de Oliveira** (2003) sobre as duas fases da Revolução Industrial, nos afirma que, “a primeira (1760-1850) corresponde ao período de transformações tecnológicas e sociais promovidas basicamente no setor têxtil e na introdução, em outros setores, da máquina a vapor na produção, em substituição às antigas fontes de energia até então empregadas.” (Oliveira, 2003, pgs. 75-76) Dessa forma, **Simonsen** (1978), em função da decadência do colonialismo mercantil e voltando a discussão sobre atividade cafeeira, podemos inferir que,

“muito antes de ser iniciada esta cultura no Brasil, já estava em moda, na Europa, o consumo do café. A exportação de café só se tornou importante a partir de 1816. Entre esse ano e 1822, saíram pelo porto do Rio de Janeiro, cerca de 2.600.000 arrobas. Não será exagerado, portanto, avaliar em cerca de 4 milhões de libras o valor total da exportação do café na era colonial, das quais mais de 80% pertencem ao período compreendido entre 1810 e 1822.” (Simonsen, 1978, p.375)

5.2.1 *Política inglesa contra o tráfico português de escravos*

Paralelamente a sua revolução industrial, de acordo com **Williams** (1975), a Inglaterra também articulava políticas externas visando seus interesses, impondo sanções para a abolição do trabalho escravo colonial dos países europeus, sendo que, em 1783 os adversários do tráfico de escravos foram elogiados pelo 1º ministro Lorde North, embora o mesmo admitisse que, “*este comércio se tornou necessário para as nações da Europa.*”

Assim, **Eric Williams** (1975) ainda ironizou, sobre as palavras do ministro, que os traficantes de escravos e os plantadores de cana teriam esfregado as mãos de alegria, pois as colônias das Índias Ocidentais ainda eram os encantos do Império, as jóias mais preciosas das conquistas inglesas. Em seguida, destacou que, enquanto, no século XVIII, todos os importantes interesses da Inglaterra se alinhavam ao lado do monopólio e do sistema colonial, após 1783, um por um, cada um desses interesses se manifestou contra o monopólio e o sistema escravista. Assim, constatamos que prevaleceram as diretrizes da nova classe burguesa industrial.

Com referência ao declínio do tráfico europeu de escravos no período 1763-1793, segundo a teoria do sistema-mundo, teríamos que, “una de las cuestiones más debatidas y peor planteadas, siempre presente em el estudio del comercio de esclavos durante este período, es la de la rentabilidade del tráfico de esclavos.” (Wallerstein, 1989, p.199) O estudioso também argumenta que as guerras franco-britânicas provocaram a decadência deste tipo de comércio.

Resgatando o capítulo da *desagregação do escravismo* no início do século XIX, especialmente no tocante à postura inglesa contra o tráfico de africanos pelas demais nações européias, **Suely Queiroz** (1993) analisa que, “dessa forma, o capitalismo industrial passa a exigir a quebra das prerrogativas coloniais herdadas do mercantilismo. O comércio livre será o objetivo ambicionado.” (Queiroz, 1993, p. 60)

E como aconteceria este novo comércio? A historiadora pode responder-nos que: “Para alcançá-lo era preciso golpear fundo o regime monopolista mercantil, no qual a escravidão e o tráfico constituíam peças essenciais. O ataque a estes levaria à destruição daquele.” Continuando o recorte, ela explica que, “por isso, importantes grupos ingleses ligados aos novos interesses unem-se na investida contra o cativo e o monopólio. O comércio negreiro já não era fundamental para tais grupos. E a escravidão também não.” (Queiroz, 1993, p.60)

Diante do exposto, a estudiosa pode confirmar o recorte acima, agora a respeito da *lei do mais forte*, quando afirmou que:

“A Grã-Bretanha inicia então pertinaz campanha contra o comércio negreiro internacional, sendo Portugal o maior alvo. Natural que assim fosse: além de profundamente envolvido no tráfico, a escravidão africana enraizara-se há longo tempo em suas colônias, em especial no Brasil, onde a terra era muito barata em relação à das Antilhas. Com a mão-de-obra servil, o agricultor brasileiro podia oferecer seu açúcar na Europa a um preço ruinoso para os concorrentes das Índias Ocidentais, agora obrigados ao pagamento de salários.” (Queiroz, 1993, p. 61)

A pesquisadora destaca também, a resistência do governo brasileiro quanto às pressões britânicas para a extinção do tráfico negreiro, afirmando: “Em represália, o Parlamento aprova em 1845 o chamado Bill Aberdeen, que considerava lícito o apresamento de qualquer embarcação negreira e conferia aos ingleses poder de jurisdição sobre as mesmas. Por esse ato unilateral e arbitrário, navios brasileiros podiam, assim, ser julgados pelos tribunais britânicos.” (Queiroz, 1993, p.64)

5.2.2 *Os escravos do café são escravos do Brasil*

Antes de entrar no debate de **Celso Furtado** (2003) sobre a *gestação da economia cafeeira*, no capítulo anterior – declínio a longo prazo no nível de renda: primeira metade do século XIX - o economista repassou que, “condição básica para o desenvolvimento da economia brasileira na primeira metade do século XIX, teria sido a expansão de suas exportações. Fomentar a industrialização nessa época, sem o apoio de uma capacidade para importar em expansão, seria tentar o impossível num país totalmente carente de base técnica.” (**Furtado**, 2003, p.112)

Este autor, na sequência, sobre a economia cafeeira nos relata que,

“difícilmente um observador que estudasse a economia brasileira pela metade do século XIX chegaria a perceber a amplitude das transformações que nela se operariam no correr do meio século que se iniciava. Havia decorrido três quartos de século em que a característica dominante fora a estagnação ou a decadência. Ao rápido crescimento demográfico de base migratória dos três primeiros quartéis do século XVIII sucedera um crescimento vegetativo relativamente lento no período subsequente.” (**Furtado**, 2003, p. 116)

Continuando seu argumento, **Furtado** (2003), sobre o *café* (introduzido no Brasil desde começos do século XVIII e cultivado apenas para consumo local), assume importância comercial em fins deste século. Ele complementa que, “no primeiro decênio da independência o café já contribuía com 18% do valor das exportações do Brasil, colocando-se em 3º lugar depois do açúcar e do algodão. E nos decênios seguintes já passa para primeiro lugar, representando mais de 40% das exportações.” Referindo-se ao século XIX, ele afirmou: “O segundo e principalmente o terceiro quartel do século passado são basicamente a fase de gestação da economia cafeeira.” (**Furtado**, 2003, págs. 119-120)

Quando o café adquire importância mundial no início do Brasil-império, nos 3º e 4º decênios do século XIX, começou a se constituir no Brasil um incremento na população escrava (via tráfico) de 250 a 300 mil ³⁹ indivíduos destinados estes para o cultivo, produção e exportação do café, principalmente para a Europa e os Estados Unidos. Logo, o Brasil era um país com uma expressiva massa de trabalhadores cativos para uma só atividade, enquanto se extinguiu a escravidão nas Antilhas inglesas. ⁴⁰

³⁹ Estatística encontrada nos trabalhos de Maurício Goulart (1975) e Roberto Simonsen (1978).

⁴⁰ Um discurso do senador do Império, Silveira Martins, revelava a importância dos escravos para a lavoura do café, quando afirmava: “O Brasil é o café e o café é o negro.” (in **Queiroz**, 1993, p.29)

5.3 O trabalho escravo na nova atividade mundial agrícola brasileira

Antes de entrarmos na segunda parte deste capítulo, com enfoque voltado à cadeia mercantil do café desta feita sob forte influência do hegemônico império britânico, poderíamos averiguar interessante recorte sobre o imenso tráfico negreiro do porto do Rio de Janeiro, estabelecido no período de 1790 a 1830.

Assim, os organizadores da tese do arcaísmo destacam que,

“atracaram mais de 1.500 negreiros, cujas entradas cresceram a uma média anual de cerca de 5%. Traduzidas em escravos, elas (as entradas) significaram a importação de cerca de 700 mil escravos. Aceitando-se que o Brasil tenha importado 3,6 milhões de africanos entre os séculos XVI e XIX, os 41 anos de importações cariocas representam cerca de 1/5 dos desembarques de 350 anos!” (Fragoso & Florentino, 2001, p.95)

5.3.1 A divisão do trabalho na nova cadeia mercantil

Vejamos nesta seção, o espaço de Wallerstein associado às desigualdades de Braudel, iniciando pelo primeiro, que, resgatando o longo século XVI na tese do sistema mundial, o estudioso, sobre as semiperiferias na encruzilhada, coloca:

“Um elemento constante numa economia-mundo capitalista é a divisão hierárquica (e espacialmente distribuída) do trabalho. No entanto, um segundo elemento constante é a capacidade de variação da localização da atividade econômica, e por conseguinte das zonas geográficas concretas, no sistema mundial.” (Wallerstein, 1980, p.179)

Assim, voltamos ao debate sobre a nova divisão do trabalho européia, cuja origem desde o século XVI, se alicerçou sobre o pressuposto da “emergência de um novo quadro econômico de ação, qual seja, a economia-mundo européia baseada em métodos capitalistas.” (Wallerstein, 1974, p. 128)

Portanto, lembrando a história da economia-mundo sobre a ordem econômica e a divisão internacional do trabalho, em uma ferrenha crítica ao mundo moderno afirmou-se que, “todavia, com a modernidade, a *primazia econômica torna-se cada vez mais pesada: orienta, perturba, influencia as outras ordens*. Exagera as desigualdades, encerra na pobreza ou na riqueza os co-participantes da economia-mundo, atribui-lhes um papel e, ao que parece, por muito tempo.” (Braudel, 1998, p. 37)

Em seguida, após **Braudel** (1998) ter elaborado considerações a respeito de David Ricardo (1817), em que as relações entre dois países dependem dos custos comparativos praticados na produção, onde a troca externa tende para o equilíbrio recíproco e não pode deixar de ser lucrativa para os dois parceiros, conclui ainda que “as relações de força entre nações derivam de estados de coisas por vezes muito antigos. Para uma economia, uma sociedade, uma civilização, ou mesmo um conjunto político, um passado de dependência, uma vez vivido, revela-se difícil de ser rompido.” (**Braudel**, 1998, p.39)

Quanto à realidade brasileira, o historiador destaca que, “os brasileiros, independentes desde 1822, sentiam-se ainda ontem, e mesmo hoje, numa situação colonial, não com relação a Portugal, mas com relação à Europa e aos Estados Unidos.” Assim, ele enfatiza um dito popularizado no Brasil, dizendo que “hoje é comum o gracejo: “Não somos os Estados Unidos do Brasil, mas o Brasil dos Estados Unidos.” (**Braudel**, 1998, p.39)

Dessa forma, voltando ao debate dos capítulos anteriores desta dissertação, onde foi argüido que, com exceção das atividades acessórias de subsistência, praticamente todo o trabalho desenvolvido no Brasil colonial estava diretamente interligado e subordinado às cadeias mercantis do açúcar e da mineração (ouro e diamante), podemos continuar averiguando a interrelação entre o sistema-mundo e a atividade cafeeira no Brasil. Com a queda dos preços do açúcar no mercado internacional e o já mencionado declínio da atividade mineradora (por exaustão das jazidas entre outros fatores) no final do século XVIII, o *café* iria ser fortemente incorporado ao processo de produção agrícola no fim do período colonial. Para tanto, formou-se nova cadeia mercantil, o que proporcionaria novo fôlego às aspirações dos estratos superiores da sociedade brasileira, bem como os capitalistas europeus e americanos. **Celso Furtado** (2003), quanto ao problema da mão-de-obra, afirma que,

“pela metade do século XIX, a força de trabalho estava basicamente constituída por uma massa de escravos que talvez não alcançasse 2 milhões de indivíduos. Qualquer empreendimento que se pretendesse realizar teria de chocar-se com a inelasticidade da oferta de trabalho. O primeiro censo demográfico, realizado em 1872, indica que nesse ano existiam no Brasil aproximadamente 1,5 milhão de escravos.” (**Furtado**, 2003, p. 123)

Emília Viotti da Costa (1982), quanto à *expansão cafeeira e a mão-de-obra escrava*, destaca que o café oferecia maior lucro, exigindo menos capitais e cuidados mais simples, estando menos sujeito às avarias de transporte do que o açúcar.

5.3.2 *A população escrava na atividade cafeeira*

O café, cultivado em larga escala na América – e particularmente no Brasil - durante o século XIX, tornou-se um dos maiores fatores produtivos para a acumulação dos estratos superiores da economia-mundo capitalista. Segundo **Costa** (1982), a crescente demanda internacional do café teve como efeito a intensificação do tráfico de escravos e a progressiva concentração destes trabalhadores nas áreas cafeeiras.

Como já visto anteriormente, segundo dados de **Simonsen** (1978), teriam sido importados algo em torno de 250 mil escravos para a produção cafeeira do Brasil. No entanto, foram deslocados escravos de outras áreas do país em função desta atividade, como menciona abaixo o estudioso da formação econômica do Brasil, a respeito da mobilização endógena de mão-de-obra para a nova atividade agrícola adotada entre a última década do século XVIII e os começos do século XIX.

O novo empreendimento mobilizou mão-de-obra escrava de outras regiões do Brasil, o que ficou evidente na abordagem da formação econômica brasileira que,

“ao crescer a procura de escravo no sul para as plantações de café intensifica-se o tráfico interno em prejuízo das regiões que já estavam operando com rentabilidade reduzida. As decadentes regiões algodoeiras – particularmente o Maranhão – sofreram forte drenagem de braços para o sul. A região açucareira, mais bem capitalizada, defendeu-se melhor.” (**Furtado**, 2003, p. 125)

Retomando a monumental tese – “Da Senzala à Colônia” - da historiadora **Emília Viotti** (1982), na unidade sobre a *expansão cafeeira*, e, em especial quanto à predominância do trabalho escravo, primeiramente nos diz que a produção do café trazia consigo o escravo, pois ele fora desde os primórdios da colônia, a mão-de-obra preferida. A atividade cafeeira seria grande responsável pelo *aumento do número de escravos e por mudanças nas estatísticas*. Como exemplo, a autora, com base em dados de Stanley Stein (1961) indica que em 1823, Bahia e Pernambuco possuíam quase 390 mil escravos, Minas e Rio, respectivamente 215 e 150 mil, enquanto São Paulo apenas 21 mil escravos. Ela acrescenta: “São Paulo passará com o Rio e Minas a deter, em 1887, 50% da população escrava do país. Os lavradores que avançavam pelo interior do vale fluminense e se fixavam nas terras paulistas e mineiras, não encontravam outra solução para o problema da mão-de-obra.” (**Costa**, 1982, p. 10)

5.4 O domínio econômico inglês e a abolição da escravatura mundial

Qual seria o elo de ligação entre a hegemonia inglesa na economia-mundo na segunda metade do século XIX e o fim do trabalho escravista no Brasil? Vejamos dois horizontes de análise para viabilizarmos uma resposta plausível, pois assim, teríamos dois observatórios distintos: da economia em sua totalidade e da evolução do trabalho mundial.

Quanto à economia-mundo, a revolução industrial inglesa associada no seu início com o trabalho escravo nas suas colônias, trouxe forte sustentação ao imperialismo decorrente, resultando inclusive, na vitória militar e conseqüentemente política da Inglaterra no contexto europeu, a partir do final das Guerras Napoleônicas, em 1815.

Em relação à evolução do trabalho na economia-mundo, os ingleses adotaram ao longo do século XIX, com relativa rapidez, a forma assalariada em todas as suas atividades e nas suas colônias. A Inglaterra também impôs pressão sobre as demais nações européias e respectivas colônias, no intuito de abolir o trabalho escravo no âmbito mundial, visando ampliar o leque comercial das mercadorias elaboradas no parque fabril britânico, mercadorias estas direcionadas desta feita, também para a nova classe de trabalhadores assalariados formada na América e no resto do mundo (é o que se chama na Teoria Kaleckiana, *departamento de produção de bens de consumo para trabalhadores*).

Complementando, **Immanuel Wallerstein**, referindo-se a Williams (1975), face aos resultados da Guerra de Independência dos Estados Unidos e da Revolução Industrial, as colônias açucareiras foram consideradas irrelevantes para o capitalismo britânico.⁴¹ O primeiro declara ainda que, segundo Anstey: “A tese mais fundamental é que o comércio de escravos, somado ao trabalho escravo nas plantações de açúcar, foi uma das fontes principais de acumulação de capital para a denominada Revolução Industrial da Grã-Bretanha.” (in **Wallerstein**, 1989, p. 200)

Voltando à historiadora, temos a premissa de que, “toda uma mentalidade senhorial e escravista se forjara durante os séculos de economia colonial, o recurso ao trabalho livre não parecia necessário quando o escravo provava até então sua eficácia. (Costa, 1982, p. 10)

⁴¹ Segundo **Williams** (1944), os capitalistas britânicos impuseram com êxito, uma tripla reforma sucessiva: contra o comércio de escravos em 1807, contra a escravidão em 1833 e contra os arraiais de açúcar em 1846. (in **Wallerstein**, 1989, p.200)

5.4.1 *A campanha abolicionista e o fim da monarquia imperial*

A partir da Guerra do Paraguai, despertou finalmente, os ânimos do anti-escravismo no Brasil. Agregaram-se vários grupos em torno desta causa, embora estivessem os mesmos engajados em outros propósitos direcionados a um poder em contraponto à velha monarquia, apesar de D.Pedro II ser abolicionista.

Contudo, na historiografia do escravismo brasileiro observou-se ainda que, houveram inclusive muitas resistências internas para se pôr de vez, o fim do trabalho escravo associado às diferentes *atividades* do Brasil agro-exportador da metade do século XIX, notadamente *a do café*. Logo, teríamos quanto à *persistência do sistema escravista nas zonas cafeeiras*, que, “enquanto a *população escrava* decrescia nas cidades, aumentava nas zonas rurais. Nos meados do século, ela representava, quase exclusivamente, a força de trabalho utilizado nas fazendas.” (Costa, 1982, p. 132)

Voltando à campanha anti-escravista, sobre o engajamento do exército com os abolicionistas, e as pressões inglesas pró-abolição desde a Era Napoleônica, **Queiroz** (1993) pode contribuir, dizendo:

“O novo clima encoraja os escravos remanescentes a fugirem por iniciativa própria. Até então, haviam sido desestimulados pela impossibilidade material de superarem a coesão construída pelo sistema para reprimi-los. Mas os abolicionistas rompem essa coesão e eles, agora, contribuem com a sua quota para o desaparecimento da instituição de que foram vítimas por tão longo tempo. Fogem às centenas (os escravos), rumando para os centros urbanos e ninguém pensa em detê-los ou denunciá-los. Em abril de 1888, as notícias publicadas atestavam o colapso nacional da escravidão.” (Queiroz, 1993, p. 77)

Ampliando este debate, sobre a *desagregação do escravismo*, a pesquisadora **Suely Queiroz** (1993), referindo-se aos abolicionistas destaca que, para Joaquim Nabuco – o grande teórico do movimento -, a escravidão era ilegal, ilegítima e violadora da fé pública. Este intelectual também argumentara que o escravismo provoca a ruína econômica do país impossibilitando seu progresso material, rebaixando a política, habituando-lhe ao servilismo, impedindo a imigração, desonrando o trabalho manual, retardando a aparição das indústrias e excitando o ódio entre as classes.

5.4.2 A nova política da era da abolição no Brasil

É a partir da abolição da escravatura em maio de 1888, e, da proclamação da república um ano e meio depois, que o Brasil viria a se constituir como estado republicano e “independente” em definitivo, perante o sistema mundial interestatal. A derrubada da monarquia estabelece um quadro político concreto e diferenciado na nossa história.

Enquanto o Brasil tentava se adequar à nova situação política republicana, a Inglaterra ainda exercia sua influência em nível global e, mais ainda, sem sombra de dúvidas, era ainda a potência hegemônica do final século XIX.

Contudo, no final deste século, os Estados Unidos começariam a se impor no sistema-mundo, graças ao seu rápido e *notável crescimento industrial* desde antes da Guerra Civil (1861-1865), expansão esta que possibilitou também a sua acumulação financeira.

Assim sendo, quanto ao debate sobre o quarto ciclo sistêmico de acumulação (o *norte-americano*), **Giovanni Arrighi** (1996) demonstra que as estratégias e estruturas de acumulação de capital que moldaram nossa época, surgiram nos últimos 25 anos do século XIX. Logo, em sua tese com o mui apropriado subtítulo – “Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo” – fundamenta: “A *belle époque* da era eduardiana marcou o ponto alto do imperialismo de livre comércio da Grã-Bretanha. A riqueza e o poder das classes proprietárias, não só da Grã-Bretanha, mas de todo o mundo ocidental, atingiram níveis sem precedentes.” E completa: “Todavia, a crise sistêmica do regime de acumulação britânico não fora resolvida e, no espaço de uma geração, faria ruir com estrépito todo o edifício da civilização do século XIX. O mais grave problema subjacente enfrentado pelo regime britânico ainda era a intensidade da competição intercapitalista.” (Arrighi, 1996, p. 277)

Quanto às origens deste novo quadro político, poderíamos resgatar parte da teoria dos finais do escravismo brasileiro, estritamente sobre a decadência do sistema escravista, onde a autora nos revela inicialmente que, “com os progressos da Revolução Industrial e do novo capitalismo, o sistema escravista desaparecera do mundo colonial. A partir da Guerra de Secessão e principalmente depois da vitória dos nortistas e a extinção da escravidão nos Estados Unidos, o escravismo perdeu rapidamente suas bases.” (Costa, 1982, p. 187)

Interligando este processo com o nosso país, esta historiadora, na sequência continua: “Nas Antilhas francesas, não havia mais escravos desde meados do século. Em Porto Rico, decretou-se, em 1873, a abolição da escravatura e o mesmo ocorreu em Cuba, sete anos mais tarde. O Brasil permanecia isolado: *bastião da escravatura*.” (Costa, 1982, p. 187)

Emília Viotti da Costa (1982), destaca ainda com base em trabalho de Joaquim F. de Godoi (1887), que, a maior parte dos cafeicultores do Vale do Paraíba tinha a opinião de que a escravidão ainda deveria perdurar alguns anos, sendo que a substituição do trabalho escravo deveria ser feita com cautela, juntamente com medidas que não perturbassem a ordem e a riqueza.

Finalmente, ela desdobra que, “em conclusão, o escravo que nos primeiros tempos fora de baixo custo e fácil aquisição, tornara-se pouco a pouco caro e difícil de obter. Ao mesmo tempo, ampliavam-se as possibilidades de aproveitamento do imigrante.” (Costa, 1982, p. 202)

Em complemento, salienta também: “A multiplicação das vias férreas, os aperfeiçoamentos técnicos do processo de beneficiamento do café, a especialização progressiva da fazenda, o fenômeno de urbanização das últimas décadas, as novas perspectivas econômicas, criavam aos poucos, quando não impunham, novas condições de trabalho.” (Costa, 1982, p. 202)

Enfim, relacionando este conjunto de aspectos com o novo panorama político estabelecido momentos antes da abolição, a estudiosa finaliza seu raciocínio, nos dizendo ainda: “*O braço escravo revelava-se cada vez mais oneroso e improdutivo dentro da nova realidade econômica.*” (Costa, 1982, págs. 202-203)

Desta feita, podemos agora partir para uma última análise, buscando efetuar alguma ligação entre a *economia-mundo capitalista* (que no final do século XIX não seria mais uma conjuntura eminentemente europeia) com o processo de desagregação do sistema escravista brasileiro. De certa forma, boa parte desta explicação já foi tratada aqui. No entanto, ficaram lacunas, onde foi necessário a abordagem de uma curiosidade histórica, qual seja, o fato de que apesar da Inglaterra ter sido tão imponente - inclusive exigindo a nossa abolição do trabalho escravo - inicia seu declínio econômico justamente nos momentos finais de nosso processo abolicionista.

5.5 Imposições hegemônicas e a crise do final da escravocracia brasileira

No período abordado do presente capítulo, que vai da Inconfidência até a Abolição, as interferências internacionais no Brasil seriam essencialmente as franco-britânicas, em especial as inglesas. **Blackburn** (2003), teria batizado a sucessão de conflitos entre França e Inglaterra em prol da hegemonia política e econômica, ao longo do século XVIII e nas primeiras duas décadas do século XIX, de *guerras anglo-francesas*.

Sendo assim, a partir da vitória da coligação de aliados orquestrada pela Inglaterra nas Guerras Napoleônicas, os britânicos incrementam sua campanha no sentido da *abolição do escravismo mundial*. Poderosos grupos ingleses ligados à burguesia industrial e aos abolicionistas, vinham em campanha aberta contra o trabalho escravo desde as duas últimas décadas do século XVIII.

A partir de comentários de Eric Williams, no tocante às polêmicas entre quacres abolicionistas e traficantes de escravos, na Inglaterra no ano de 1783, **Suely Queiroz** (1993) abre importante debate sobre a *desagregação escravista*, mostrando por exemplo, que o processo abolicionista ocorreu com maior intensidade na Inglaterra, onde as condições estruturais permitiam à acumulação necessária ao surgimento da Revolução Industrial. Entravam em crise as instituições criadas pelo mercantilismo: o pacto colonial e a escravidão.

A historiadora também argumenta que, “dessa forma, o capitalismo industrial passa a exigir a quebra das prerrogativas coloniais herdadas do mercantilismo. O comércio livre será o objetivo ambicionado. Para alcançá-lo era preciso golpear fundo o regime monopolista mercantil, no qual a escravidão e o tráfico constituíam peças essenciais. O ataque a estes levaria à destruição daquele.” (**Queiroz**, 1993, p. 60)

Quanto às imposições inglesas pelo fim do trabalho escravo no Brasil, não foram aceitas pelos patriarcas escravocratas. Foi abolido sim, o tráfico de escravos a partir de 1850, mas não as atividades escravistas. Pedro II fez intermediações, no sentido de apaziguar ânimos exaltados dos abolicionistas, bem como amenizar as interferências britânicas. O imperador brasileiro foi bastante hábil neste aspecto, pois, ao mesmo tempo em que procurava se relacionar bem com as autoridades inglesas, também conseguia atenuar os conflitos entre a aristocracia patriarcal escravista e a burguesia intelectual abolicionista no Brasil.

Assim, **Emília Viotti da Costa** (1982), apresenta importante contribuição sobre nossa formação de consciência emancipadora, quando retrata o largo período de 1822 a 1888 (que justamente representa bem esta última unidade dissertativa), alegando que tal época abrangeu duas gerações, e, durante a qual teriam ocorrido profundas transformações na estrutura econômica e social do país. Ela bem complementa que, “em particular nas áreas cafeeiras e açucareiras mais diretamente ligadas ao modo escravista de produção, o comportamento da sociedade transformou-se definitivamente em face da escravidão.” (**Costa**, 1982, págs.374-375)

João Fragoso (1998), de acordo com trabalhos de Cardoso de Mello e Ciro Cardoso, destaca que foi necessário esperar pela emergência do trabalho livre assalariado, em finais do século XIX, inclusive para a garantia do abastecimento interno de alimentos. O modo de produção escravista colonial do País não foi derrubado pela Independência, desaparecendo (o modo de produção) somente em 1888.

Finalmente, na tese da colônia em movimento, quanto ao *comércio e fortuna no mundo agrário escravista*, a autora demonstra uma larga visão temporal sobre aspectos de nossa colonização, quando afirma, por exemplo que, “durante toda a sua história, o Brasil registrou um alto grau de mobilidade espacial de seus habitantes, tornando-se um lugar, por excelência, de forasteiros. Toda área colonial ao se tornar atraente à produção, em particular à agroexportação, sofria uma confluência relativamente rápida de homens e capitais.” (**Faria**, 1998, p. 163)

Sheila Faria (1998) ainda destacou que, a ocupação de terras foi intensa nos primeiros anos de colonização, e, continuou em ritmo mais lento até os dias atuais. E nas próprias palavras, ela enfatiza ainda que, “quanto mais se desvendavam os segredos naturais dos trópicos, homens e capitais dirigiam-se para as respectivas áreas.” (**Faria**, 1998, 163)

6 CONCLUSÃO

A partir da concepção braudeliana sobre a história da economia-mundo européia dos séculos XV ao XVIII, e, da teoria de Wallerstein que norteia a questão da emergência da criação do mundo moderno, o que gerou sua unidade maior de análise chamada de sistema mundial, teríamos, o ponto de partida para a análise da forma de controle de trabalho escravista no âmbito das relações sócio-econômicas pré-estabelecidas no Brasil colonial.

A principal hipótese levantada no início desta dissertação começou com *a dívida sobre até que ponto haveria a relação entre sistema-mundo e escravismo no Brasil*. Durante boa parte da confecção deste trabalho parecia não existir os elos necessários para confirmar a hipótese. Entretanto, após um primeiro fechamento dos capítulos descritivos acompanhados por uma primeira parte metodológica, bem como a inserção, em especial, dos historiadores Luiz Alencastro e Robin Blackburn, começou a ficar mais claro que de fato existiam ligações consistentes entre a escravidão brasileira e o sistema capitalista mundial.

Assim, duas interpretações analíticas de relevância, do ponto de vista sócio-econômico, foram levantadas nesta dissertação: (1) a análise crítica da criação do mundo moderno; e, (2) a análise da evolução do trabalho escravo no Brasil colonial. Logo, estabelecer os elos de ligação entre o escravismo colonial brasileiro e as cadeias mercantis da economia-mundo capitalista tornou-se um grande desafio apesar dos novos historiadores pesquisados.

Deste modo, foi necessário um trabalho parcelado, sendo construído uma pequena síntese em várias etapas, com fins de buscar elementos temporais e espaciais, que possibilitasse um caminho mais seguro para a finalidade última em estabelecer as tais ligações entre o sistema-mundo e o Brasil escravista.

Para tanto, constatou-se que, nos séculos XVI e XVII, a colônia portuguesa americana fora invadida em várias ocasiões pelos estados do centro da economia-mundo européia. Outra interferência significativa efetivou-se através da União Ibérica. Estas interferências afetaram profundamente nosso desenvolvimento colonial, inclusive o tráfico de escravos e a organização dos engenhos e das plantagens ao longo do imenso litoral e de algumas áreas interioranas.

No primeiro capítulo descritivo, que corresponde à incorporação do Brasil à economia-mundo no período 1500-1580, teríamos em conclusão complementar, conforme Blackburn (2003), que o comércio atlântico de escravos gerou uma *desinserção* do africano em um sistema inesperadamente novo de relações sociais.

Na segunda parte descritiva, Alencastro demonstra a relevância do tráfico de escravos para a economia-mundo, e, por conseguinte, para o sistema colonial das Américas, apresentando inclusive uma crítica a Wallerstein e Braudel que teriam considerado o tráfico negreiro apenas como um segmento do comércio triangular.

Na sequência, no terceiro capítulo descritivo, a ênfase estaria na nova atividade econômica e no novo tipo de trabalhador mineiro, divididos entre os assalariados e os escravos. Houve, segundo observações, um incremento no tráfico interno em direção às áreas de mineração, número que possivelmente ultrapassou um quarto de milhão de trabalhadores escravos.

Na quarta etapa, a descrição emerge na direção da nova expansão capitalista e no fim da adoção mundial pelo trabalho escravo face às pressões inglesas, embora no Brasil as elites escravocratas ainda persistiriam com esta forma de controle de trabalho, que por sua vez, foi muito bem sucedida durante mais de 350 anos de nossa história. Tal persistência dos estratos superiores ao longo do século XIX, gerou um estado de ânimos conflitante dentro e fora das fronteiras nacionais.

De fato, a Inglaterra foi o estado-nação que mais tirou proveito dentro dos limites do sistema mundial capitalista europeu, tanto pelas formas escravistas de plantagem e mineração adotadas no Novo Mundo, quanto, na sequência, pela sua imposição para o mundo como um todo, do trabalho assalariado no século XIX, em função inclusive da Revolução Industrial que se consolidava nesta época.

Embora esta última conclusão pareça óbvia aos mais esclarecidos no assunto em um primeiro momento, não implica em redundância admitir que, apesar de Wallerstein considerar que havia incompatibilidade entre formação de império e hegemonia na economia-mundo, foi justamente a Inglaterra que inicialmente à margem deste sistema no século XV, foi aos poucos fortalecendo o seu território após as lutas internas no século XVI, assistindo a hegemonia global holandesa e seu declínio no século XVII e lutando contra a França no século XVIII.

Assim, a Inglaterra, saindo vitoriosa nas Guerras Napoleônicas em 1815, pois tinha as potências aliadas mais fortes ao seu lado, tais como Prússia e o Império Austríaco, finalmente abre seu leque expansionista além-mar praticamente sem oposição durante quase todo o século XIX. Com isto, sendo os ingleses os protagonistas da 1ª revolução industrial e considerados vencedores do maior conflito entre nações até então, puderem eles preparar o caminho da implantação de uma 2ª etapa de revolução industrial, inventando maquinário e novos modelos organizativos pelo mundo afora, bem como adotando uma forma de relação social que se estenderia por todos os seus domínios, e, não satisfeitos, impondo ao resto do mundo, o trabalho assalariado.

Enfim, poderíamos observar resumidamente que, um dos principais elos de ligação entre a evolução do trabalho escravo no Brasil e o sistema-mundo capitalista, leva-nos a maior conclusão de que, irrefutavelmente, os britânicos interferiram decisivamente na economia-mundo como um todo, e, particularmente na economia colonial luso-brasileiro, em diferentes graus de intensidade e nas mais diversas épocas, desde meados do século XVI até pelo menos à extinção do tráfico de africanos na década de 1850.

Deste modo, se não fosse os episódios das guerras anglo-francesas de acordo com a abordagem dos historiadores estudados, certamente a Inglaterra teria interferido bem mais ao longo do século XVIII e no início do XIX, nas Américas e no Brasil.

Contudo, em função da magistral articulação internacional orquestrada pelos ingleses, principalmente a partir dos primeiros estágios da revolução da manufatura liderada por eles, foi-lhes possibilitada as condições ideais, não só para desequilibrar o jogo político a seu favor na concorrência pela hegemonia econômica mundial, mas também na viabilização de um novo império diferente de qualquer outro que já existira.

7 REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, L.F. *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo, UNESP, 1996.
- ARRUDA, J.J.de A. & PILETTI, N. *Toda a História*. São Paulo: Ática, 1999.
- BLACKBURN, R. *A construção do escravismo colonial*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2003.
- BRAUDEL, F. (1969, Flamarion, Paris) *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva S.A., 1992.
- _____ (1986) *Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII – O Tempo do Mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, vol.3, 2ª tiragem.
- _____ *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II – Tomo 1*. México: Fondo de Cultura, 1987.
- _____ *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II – Tomo 2*. México: Fondo de Cultura, 1995.
- _____ *Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII – Os Jogos das Trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, vol.2.
- ECO, H. *Como se faz uma Tese*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

FARIA, S. de C. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FLORENTINO, M. *Em Costas Negras*. São Paulo: Schwarcz, 1997.

FRAGOSO, J. & FLORENTINO, M. *O Arcaísmo como Projeto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, J. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FREIRE, G. *Casa Grande & Senzala. Introdução à História da Sociedade Patriarcal Brasileira*. São Paulo: Livraria José Olympio, 1950.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1995.

_____ *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2003, 32ª ed.

GOLDENSTEIN, L. *Repensando a Dependência*. São Paulo: Paz e Terra S.A., 1994.

GORENDER, J. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

GOULART, M. *A Escravidão Africana no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

GENOVESE, E.D. *O mundo dos senhores de escravos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GRUPPI, L. *Tudo começou com Maquiavel*. Porto Alegre: L& PM, 1980.

HOLANDA, S.B. de. (1936) *Raízes do Brasil*. São Paulo: Schwarcz, 2003.

HOPKINS, T.K. & WALLERSTEIN, I. M. *Commodity Chains in the Capitalist World-Economy Prior to 1800*. Review of Contributions in Economics and Economic History, London, number 149, p.17-34, 1986.

LAPA, J.R.do A. *O Sistema Colonial*. São Paulo: Ática, 1994.

LOVEJOY, P. E. *A Escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MALHEIRO, A.M.P. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. Petrópolis: Vozes Ltda., 1976.

MARX, K. (1890) *O Capital: O processo de produção de capital*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1996, Livro 1.

MATTOSO, K.M. de Q. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

MEILLASSOUX, C. *Antropologia da Escravidão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

NABUCO, J. *A Escravidão*. Recife: Massangana, 1988.

OLIVEIRA, C.R.de. *História do Trabalho. Série Princípios*. São Paulo: Ática, 2003.

PRADO JR., C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.

QUEIROZ, S.R.R.de. *Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Ática, 1993.

QUEVEDO, J. & ORDOÑEZ, M. *A Escravidão no Brasil: trabalho e resistência*. São Paulo: FTD, 1999.

SIMONSEN, R. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1978, 8ª ed.

WALLERSTEIN, I.M. *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____ *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

_____ *O Sistema Mundial Moderno*. Porto: Afrontamento, 1974, vol.I.

_____ *O Sistema Mundial Moderno*. Porto: Afrontamento, 1980, vol.II.

_____ *El Moderno Sistema Mundial*. México: Siglo XXI Editores, 1999, vol.I.

_____ *El Moderno Sistema Mundial*. México: Siglo XXI Editores, 1999, vol.III.

_____ *O Fim do Mundo como o Concebemos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WILLIAMS, E. *Capitalismo e Escravidão*. Rio de Janeiro: Americana, 1975.

TILLY, C. (s/d) *Coerção em Capital e Estados Europeus: 1990-1992*. São Paulo: Edusp.

8 APÊNDICE

Apêndice 1: Capítulo 4

Formulismo proposto para um melhor entendimento do ciclo minerador

Não observando a menção aos custos totais da mineração por nenhum autor e sabendo de antemão que normalmente estes custos se tornam muito elevados, principalmente quando as rochas matrizes são pouco enriquecidas em teores (o caso do Brasil), e, também consciente de que o levantamento de custos mesmo que tivessem sido realizados, seriam de uma abstração do tamanho dos mesmos, poderia agora colocar a seguinte função propositiva: $\mathbf{RLM} = \mathbf{ET}$, onde *Resultado Líquido da Mineração* é igual à *Exportação Total*.

Continuando, os autores levam-nos à dedução, onde teríamos ainda que, $\mathbf{RLM} = \mathbf{RB} - \mathbf{CT}$, sendo que o resultado líquido seria igual a diferença entre o resultado bruto (todo o processo de extração e seleção do minério) e os custos totais.

Estes custos englobariam os salários dos garimpeiros, os equipamentos e utensílios do minerador e, os custos de vigilância e manutenção dos escravos. Também acredito ser importante incluir aqui no universo dos custos totais, o lucro dos senhores das minas, pois o mesmo não seria computado no *resultado final* expresso na bibliografia.

O que interessava às metrópoles européias engajadas na economia-mundo respectiva, foi o *resultado final líquido da mineração*, o que corresponde simplesmente a um valor global de exportação incluindo as taxas de tributação, que no caso luso-brasileiro significava um valor médio de 20% (o quinto da Coroa de todo o minério exportável da colônia). Logo, temos: $\mathbf{ET} = \mathbf{MP} + \mathbf{TT}$, onde o *total da exportação* seria igualado a *meios de pagamento mais tributos ao tesouro*. Agora sim, podemos nos direcionar para uma fórmula geral, seguindo a lógica que foi inspirada em números historicamente reconhecidos, apresentando primeiramente que: $\mathbf{RB} - \mathbf{CT} = \mathbf{MP} + \mathbf{TT}$, onde, passando \mathbf{CT} à direita obtemos $\mathbf{RB} = \mathbf{CT} + \mathbf{MP} + \mathbf{TT}$. Sendo assim, voltei para o meu rabisco lá do início de minha idéia, quando escrevi simplesmente $\mathbf{PT} = \mathbf{CT} + \mathbf{TC} + \mathbf{EXP}$. É fácil verificar aqui, que produção total seria equivalente aos *custos totais* mais *tributação da Coroa ao tesouro* e, mais o *valor exportável* para trocas comerciais (Ex.: tecidos e farinha, por exemplo).

Concluo então que $\mathbf{RB} = \mathbf{PT}$, pois a produção total nada mais é do que resultado bruto global, ou seja, todo o processo que envolve as atividades de uma determinada jazida ao longo de pelo menos um ano de exploração. Também ainda poderíamos obter, mais duas equações igualadas, que viria a compor a síntese de tudo até aqui exposto *stricto sensu*, quais sejam elas então no formato $\mathbf{CT} + \mathbf{TC} + \mathbf{EXP} = \mathbf{CT} + \mathbf{MP} + \mathbf{TT}$.

Logo, anulando os custos totais de lado a lado, teríamos na sobra, $\mathbf{TC} + \mathbf{EXP} = \mathbf{MP} + \mathbf{TT}$. Caso tributos da Coroa se iguallassem aos tributos totais arrecadados, obteríamos enfim a equação $\mathbf{MP} = \mathbf{EXP}$, o que é bastante óbvio, a medida que o valor para trocas mercantis deve expressar os meios de pagamento, enquanto o mesmo deveria ser relativo às exportações excluindo os percentuais da arrecadação total nacional. Então, aquelas *155 milhões de libras* já citadas, corresponderiam aos produtos que Portugal não tinham em sua conjuntura endógena.

Finalmente, nossa história econômica demonstra: “O Barão de Humboldt, conforme já vimos, aponta uma produção total para o Brasil, no período compreendido entre 1500 a 1803, de 194 milhões de libras, dos quais 155 milhões registrados e 39 milhões contrabandeados.” (Simonsen, 1978, p.284)

Com esta informação, posso fazer outro cálculo, que não necessariamente anularia o primeiro, onde : $\mathbf{PT} = \mathbf{RB} = \mathbf{TE} (1/5 \mathbf{C}) + \mathbf{CTM}$. A diferença aqui, é que o *total da exportação* coincidiu com o valor total de tributação da Coroa, que em média correspondia à quinta parte do minério entregue na fundição. O *custo total do minerador* (creio ser impossível conhecer) não interessava à metrópole. O que realmente preocuparia Portugal, de acordo com **Roberto Simonsen** (1978), seriam as eventuais fraudes, cuja ação fiscalizadora das intendências não detectavam a tempo.

Apêndice 2

Quadro 6: Produção de metais e cálculo suplementar

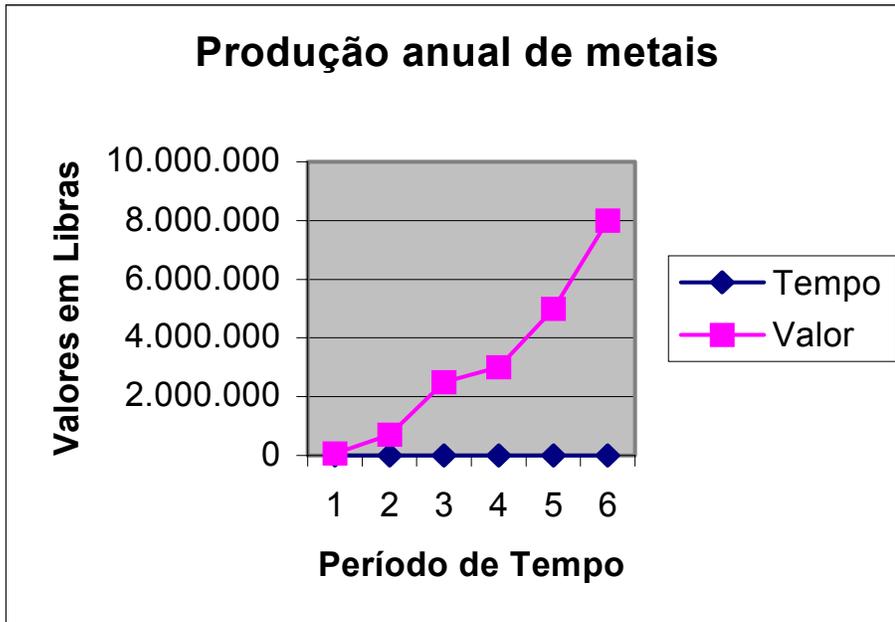
Produção metais na América	1492-1800	em Libras	
Período	Duração	Tempo	Valor
1492-1500	8 anos	1	60.000
1500-1545	45 anos	2	700.000
1545-1600	55 anos	3	2.500.000
1600-1700	100 anos	4	3.000.000
1700-1750	50 anos	5	5.000.000
1750-1800	50 anos	6	8.000.000

Obs.: Prod.anual média de metais (1492-1800)

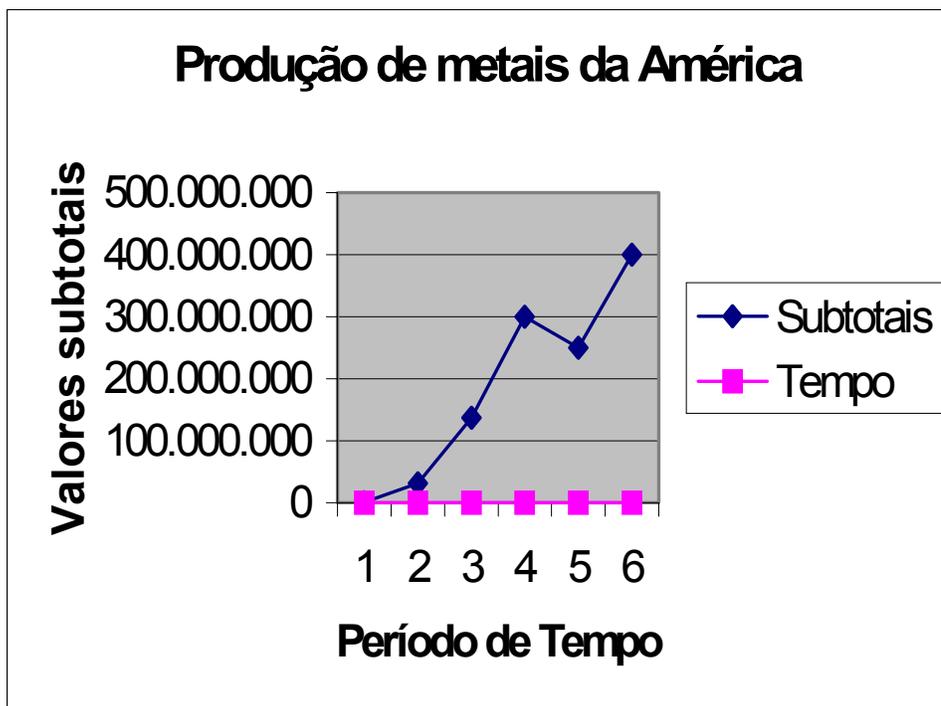
Fonte: Adaptação de R.Simonsen, 1978, 8ª ed.

Cálculo suplementar da produção total

Prod.anual	nº de anos	Subtotais	Tempo
60.000	8	480.000	1
700.000	45	31.500.000	2
2.500.000	55	137.500.000	3
3.000.000	100	300.000.000	4
5.000.000	50	250.000.000	5
8.000.000	50	400.000.000	6
Total	produção	1.119.480.000	em libras
Tot.aprox.	em R\$	5.597.400.000	
Tot.aprox.	em U\$	1.805.613.000	



Apêndice 3: Quadro 7 – Gráficos da Produção de Metais



Apêndice 4: Capítulo 5

A partir de 1811, de acordo com dados de Philip Curtin (in **Alencastro**, 2000), ocorreu uma nova e grande recuperação do tráfico, devido ao novo ciclo incorporado na atividade econômica brasileira, o do café. Outros fatores também contribuíram fortemente para a maior intensificação do tráfico de trabalhadores africanos, na primeira metade do século XIX, tais como: a vinda da família real para o Brasil e o aumento populacional no século XIX, conforme *quadro 8* abaixo, do trabalho de **Quevedo & Ordoñez** (1999):

Ano	Branco Livres	Mulatos Livres	Índios Livres	Total livres	Escravos	Total
1798	1.010.000	406.000	250.000	1.666.000	1.582.000	3.248.000
	31,9%	12,5%	7,7%	52,1%	47,9%	100%
1818	1.043.000	585.500	259.400	1.887.900	1.930.000	3.817.900
	27,3%	15,3%	6,9%	49,5%	50,5%	100%
1850	2.436.000	2.732.000	302.000	5.520.000	2.500.000	8.020.000
	31%	34%	3,8%	68,8%	31,2%	100%
1872	3.787.289	4.245.428	386.955	8.419.672	1.510.806	9.930.478
	38,1%	42,8%	3,9%	84,8%	15,2%	100%
Fonte: Perdígão Malheiro (1867); A Escravidão no Brasil (1976).						

Apêndice 5 : Quadro 9

Observou-se na tabela acima, a brutal diferença a menor no número de escravos após a Guerra do Paraguai, algo em torno de um milhão de indivíduos. Agora é o momento de lançar mão da tabela sobre o número de escravos que teriam vindo para o Brasil, desde a Inconfidência até o final do tráfico, na década de 1850.

Quadro 9: Número de escravos importados no período 1791-1860 para todas as atividades		
Período	Número de escravos	Percentuais
1791-1800	233.600	12,0%
1801-1810	241.300	12,3%
1811-1820	327.700	16,8%
1821-1830	431.400	22,1%
1831-1840	334.300	17,1%
1841-1850	378.400	19,4%
1851-1860	6.400	0,3%
Total	1.953.100	100,0%
<i>Fonte: Philip Curtin (in Alencastro, 2000). Percentuais incluídos com objetivo de mostrar que o apogeu do tráfico de escravos coincide com o início da expansão da atividade cafeeira no Brasil.</i>		

Segundo relato da história econômica brasileira, durante o período colonial o café contribuiu com apenas 4 milhões de libras das exportações brasileiras do produto, representando este valor menos de 1% do total exportado. O engenheiro enfatiza em nota a parte que, “já, a exportação total do Brasil independente ainda não alcançou 3,5 bilhões de libras, nas quais o café figura com pouco mais de 2 bilhões.” (Simonsen, 1978, p. 381)

O café produzido em larga escala no sudeste brasileiro durante o Brasil Império, foi destinado à exportação para países da Europa e para os Estados Unidos.

Diante disto, **Simonsen** (1978) percebeu, considerando as primeiras edições de seu manual lançado na década de 1940, o total das exportações do período colonial em torno de 540 milhões de libras, bem como sua menção que até a presente data, o total das exportações no Brasil ainda não teriam alcançado 3,5 bi de libras, o café teria até então (1940-49), superado todas as demais exportações com participação de pouco mais de 2 bilhões de libras em relação a todas as exportações registradas em nossa história econômica até a data acima.

Apêndice 6: Conclusão

Quadro 10: Atividades coloniais (nº de escravos por atividade e por período de 50 anos)

ERA	XVI/2	XVII/1	XVII/2	XVIII/1	XVIII/2	XIX	TOTAL
<i>Açúcar</i>	25.000	180.000	300.000	270.000	300.000	275.000	1.350.000
<i>Mineração</i> -	-		20.000	150.000	280.000	150.000	600.000
<i>Café</i> -	-		-	-		250.000	250.000
<i>Pecuária</i>	2.000	8.000	20.000	50.000	100.000	150.000	330.000
DATA	3.000	12.000	20.000	203.000	400.000	436.000	1.100.000
TOTAL	30.000	200.000	350.000	750.000	950.000	1.350.000	3.630.000
POP. TOT.	60.000		1.000.000?		3.250.000		9.930.000
POP.ESC.	15.000		500.000?		1.580.000		1.510.000

Fontes: Maurício Goulart (1975), Júlio Chiavenato (1999), Roberto Simonsen (1978) e Philip Curtin (in Alencastro, 2000).

Obs. 1: Data é um código especialmente adotado para esta dissertação, que significa “Serviços domésticos – algodão – tabaco – atividades acessórias (couro/pau-brasil).”

Obs. 2: Para a atividade da pecuária foi realizado um cálculo em função do acréscimo populacional entre 1550 e 1850.

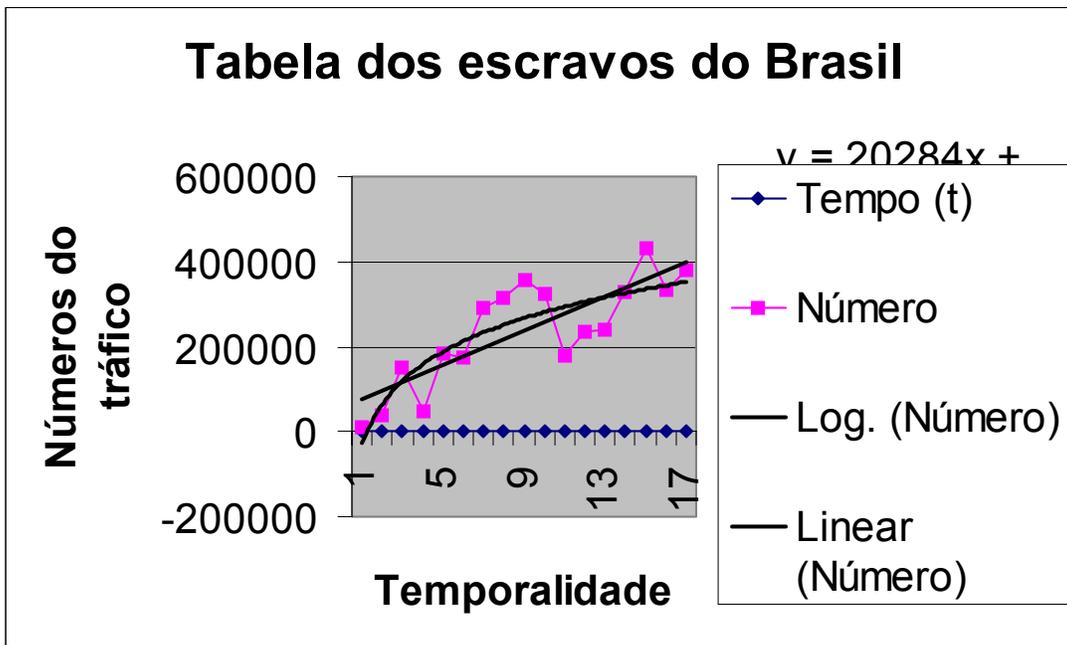
Apêndice 7: *Quadro 11*

Tabela dos escravos do Brasil

Estimativa do número de escravos africanos desembarcados no Brasil

Período	Tempo (t)	Número	Percentual
1551-1575	1	10.000	
1576-1600	2	40.000	
1601-1625	3	150.000	
1626-1650	4	50.000	
1651-1675	5	185.000	4,59% Final das grandes invasões!
1676-1700	6	175.000	
1701-1720	7	292.700	
1721-1740	8	312.400	
1741-1760	9	354.500	8,80% Apogeu da mineração!
1761-1780	10	325.900	
1781-1790	11	181.200	
1791-1800	12	233.600	
1801-1810	13	241.300	
1811-1820	14	327.700	
1821-1830	15	431.400	10,71% Expansão da economia cafeeira!
1831-1840	16	334.300	
1841-1850	17	378.400	
1851-1860	18	6.400	
Total		4.029.800	

Fonte: Philip Curtin, in Alencastro (2000).



Fonte: Philip Curtin, in Alencastro (2000).

9 ANEXOS

ANEXOS

ANEXO 1 – Mapa das rotas do Mediterrâneo na Idade Média (in Arrighi, 1996)

ANEXO 2 – Quadro dos séculos longos e os ciclos sistêmicos de Arrighi (1996)

ANEXO 3 – Mapa da economia-mundo europeia e os tentáculos de Braudel (1998)

ANEXO 4 – Mapa do “pólo” industrial do Norte de Braudel (centro de Wallerstein)

ANEXO 5 – Gráfico do desembarque de africanos na América (Alencastro, 2000)

ANEXO 6 – Tabela de estimativa global do tráfico de africanos (Alencastro, 2000)

ANEXO 7 – Mapa do ocidente africano entre os séculos XV e XVII (Alencastro, 2000)

ANEXO 8 – Mapa de rotas do tráfico africano no século XVII (Alencastro, 2000)

ANEXO 9 – Mapa das guerras na região central africana no séc. XVII (Alencastro)

ANEXO 10 – Mapa da expansão territorial do Brasil no séc. XVII (Alencastro, 2000)

ANEXO 11 – Mapa das rotas escravistas nos séculos XVII e XVIII (Alencastro)

ANEXO 12 – Mapa das navegações do Atlântico Sul (Alencastro, 2000)